



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

ANDRESSA ARAÚJO DE ARAÚJO

**SURDEZ E PRECONCEITO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDANTES  
SURDOS E DOS PAIS DE SURDOS**

Janeiro, 2018

São Cristóvão/SE

ANDRESSA ARAÚJO DE ARAÚJO

**SURDEZ E PRECONCEITO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDANTES  
SURDOS E DOS PAIS DE SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Processos Sociais e Relações Intergrupais

Orientador: Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva

Janeiro, 2018

São Cristóvão/SE

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A663s      Araújo, Andressa Araújo de  
Surdez e preconceito : uma análise a partir dos estudantes surdos e dos pais de surdos / Andressa Araújo de Araújo ; orientador Joilson Pereira da Silva. – São Cristóvão, 2018.  
143 f. : il.

Dissertação (mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Psicologia social. 2. Surdez. 3. Surdos - Educação. 4. Discriminação. 5. Estudantes deficientes. 6. Família. I. Silva, Joilson Pereira da, orient. II. Título.

CDU 316.647.8-056.263

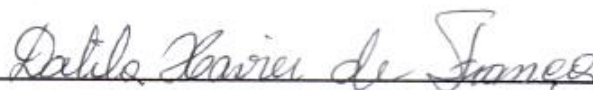
**COMISSÃO JULGADORA**

Dissertação da discente Andressa Araújo de Araújo, intitulada **Surdez e Preconceito: Uma Análise a partir dos Estudantes Surdos e dos Pais de Surdos**, defendida e aprovada em 09/01/2018, pela banca examinadora composta pelos professores



---

**Prof.<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup>. Joilson Pereira da Silva**  
**(Orientador)**



---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>o</sup>. Dalila Xavier de Franca**  
**(Membro interno - Universidade Federal de Sergipe)**



---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>o</sup>. Rita de Cacia Santos Souza**  
**(Membro externo ao Programa - Universidade Federal de Sergipe)**

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos surdos, pela admiração que carrego, especialmente por suas constantes lutas e conquistas. Revelaram-me um novo sentido de vida, fazendo-me perceber a beleza do silêncio, através de suas mãos e expressões.

## AGRADECIMENTOS

Este estudo fez todo o sentido para mim. Uma verdadeira experiência de aprendizado e de oportunidade de encontro comigo e com o outro.

Nada disso teria sido possível sem as pessoas que me acompanham e apoiam a minha trajetória e decisões:

A Deus por sempre iluminar meu caminho, minhas escolhas, por me dar sabedoria, ideias e a habilidade de planejamento e de determinação para executar esta dissertação, mesmo com tantos outros compromissos profissionais.

Aos meus pais, Heloísa e Alcides, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com honestidade e respeito, amparando-me, nos momentos difíceis, dedicando-me tempo, atenção, apoio e orientação. Agradeço ainda pelas leituras constantes do meu trabalho, pelos vários *feedbacks* construtivos e pelas orientações, objetivando sua melhoria... por abraçar junto comigo esta causa e entender as minhas “ausências”, além de apoiar as minhas escolhas. Vocês são a minha base e a minha fortaleza.

Tão importante quanto, o agradecimento especial vai para meu irmãozinho, Andrey, por ser um exemplo de equilíbrio e comprometimento. Nossa relação fortifica-se a cada dia. Você, mesmo com várias atividades, está cada dia mais próximo e nossas conversas são muito importantes para o meu crescimento e mudança. Adoro seus conselhos, suas mensagens e sua amizade!

A minha família, representada por primo (as), tios, avós e tios avós, pela sempre torcida e ajuda, mesmo que de longe. E a Rose, também parte da família, pelo carinho, cuidado e amor.

Aos meus amigos, em especial a Janice, Thay, Manu, Aline, Tássia, Mona, Bruninho, Carlos, Rafa e Charles pela torcida e por caminharem sempre junto, ajudando-me, quando preciso, entendendo as minhas negativas em alguns convites de saídas e, especialmente, por acompanhar e torcer por minhas conquistas.

Ao meu namorado, por entender o significado desta dissertação para mim... Por compartilhar de cada passo dado... sempre com palavras positivas, e com um “Tudo vai dar certo!”... por alegrar-me e tornar esta caminhada mais leve.

À Diretoria do SEBRAE/SE, por aceitar o acordo de realizar o mestrado, mediante compensação, e perceber a importância do mesmo para meu desenvolvimento como “gente”.

Às minhas colegas da Unidade de Gestão de Pessoas, do SEBRAE/SE, local em que trabalho: a Bethânia, pelas liberações de expediente quando precisei, entendendo a importância do Mestrado na minha vida, a Dorinha, por sempre se importar comigo e por acompanhar minhas alegrias e dificuldades, a Patrícia por sua torcida, a Marleide, por ter-se sobrecarregado, muitas vezes, quando precisei estar ausente, apoiando as atividades sob minha responsabilidade com maestria e a Emily, pelas ajudas com as atividades do dia-a-dia.

Aos amigos que fiz no mestrado, especialmente os da Linha de Pesquisa 02, com quem tive maior proximidade: Laís, Beatriz, Emília, Francis e Israel, e também a Renatinha, amiga que fiz na Graduação e que estava, desde o começo, comigo, mesmo quando não nos víamos ou falávamos com tanta frequência.

Ao meu orientador, Joilson Pereira da Silva, por ter-me ajudado nos *insights* para a escrita deste tema, que tanto me encantou, pela sua paciência e dedicação, além das horas de conversas e orientação ao telefone, aos finais de semana e nos dias de semana, quando preciso.

À banca de qualificação e de defesa, composta por Dalila Xavier de França e Rita de Cácia Santos Souza, além do meu orientador, pelas correções pontuais, pelas dicas e pela sensibilidade em valorizar meu objeto de estudo.

Aos sujeitos das pesquisas, pelo compromisso e sinceridade depositada na pesquisa e aos intérpretes, pela sua dedicação e ajuda.

Por fim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram-me e dirigiram-me palavras de encorajamento e de incentivo. O meu sempre MUITO OBRIGADA!

## RESUMO

Referir-se à surdez é, automaticamente, aludir ao preconceito. Afinal, os surdos, durante um longo período da história, não foram aceitos na sociedade; ao contrário, foram afastados e não tiveram atendidas suas necessidades sociais e educacionais. O presente estudo trata sobre a surdez e o preconceito e objetiva compreender a experiência do preconceito, sofrido por surdos universitários, durante o período escolar, na proposta inclusiva, bem como analisar a concepção dos pais de surdos acerca do preconceito sofrido pelos seus filhos. Para tanto, foram realizados quatro estudos relacionados à temática surdez e preconceito. No Estudo 1, apresentou-se uma análise conceitual referente ao tema. No Estudo 2, desenvolveu-se um Estado da Arte, envolvendo os artigos que correlacionam o tema surdez e o preconceito, no período compreendido de janeiro de 2006 a dezembro de 2016, em duas bases de dados: SciELO e Pepsic. O objetivo foi identificar o que tem sido investigado e o que ainda precisa ser pesquisado acerca da temática e, a partir daí, desenvolver uma agenda de estudos para futuras pesquisas. Executaram-se análises bibliométricas e de conteúdo de 15 artigos, que preencheram os critérios de inclusão da pesquisa. Os resultados evidenciaram a necessidade de novos estudos na área. O Estudo 3 teve como objetivo compreender a experiência do preconceito vivenciado pelos surdos universitários, durante sua trajetória escolar, na proposta inclusiva. Para tanto, realizou-se um grupo focal com cinco surdos universitários e, para verificar os dados, utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin. Os resultados deste estudo revelaram manifestações de preconceito, através das sinalizações dos surdos, em relação à experiência escolar, até o Ensino Médio, tais como: a obrigação em oralizar em sala de aula; a ausência de intérpretes; *bullying*; violências verbais; discriminações e exclusões. A partir dos mesmos sujeitos, métodos de estudo e de análise, produziu-se um artigo (Estudo 4) sobre a Inclusão Escolar dos surdos, com o objetivo de compreender a experiência destes



universitários, durante sua trajetória escolar, na proposta inclusiva. Os resultados demonstram que as políticas de inclusão não acontecem efetivamente para todos: o que ocorre é a integração ou uma (pseudo) inclusão. Percebeu-se que as experiências de escolarização dos surdos analisadas nesse estudo, foram determinadas por condições precárias de ensino, comprometidas pelas dificuldades de acesso destes à língua natural, pela falta de intérprete e pelo predomínio da língua portuguesa no ensino. Posteriormente, realizou-se um estudo pioneiro (Estudo 5) que buscou analisar o entendimento dos pais de surdos sobre o preconceito sofrido pelos seus filhos. Participaram oito pais de surdos, que concederam uma entrevista a partir de eixos temáticos, analisados através do *software* IRAMUTEQ. As conclusões deste estudo expuseram, por meio das falas dos pais, como são frequentes os atos de preconceitos sofridos pelos surdos, especialmente originados dos profissionais de saúde, pela família e pela escola. De acordo com os cinco estudos, conclui-se que, apesar dos avanços nas leis, visando, sobretudo, a tratamentos igualitários e sem preconceitos, observa-se ainda como é comum a visão clínica terapêutica da sociedade com relação à surdez e, como consequência, os atos de preconceito.

**Palavras-Chave:** Educação; Família; Preconceito; Surdez.

## ABSTRACT

Referring to deafness is, automatically, allude the prejudice. After all, the deaf, for a long period of history, they were not accepted in society; on the contrary, they were distanced and had not meet their social and educational needs. The present study deal with deafness and prejudice and aims to understand the experience of prejudice suffered by deaf students during the school period, in the inclusive proposal, and to analyze the conception of the deaf parents about the prejudice suffered by their deaf children. For this purpose, four studies related to deafness and prejudice were carried out. In Study 1, a conceptual analysis was presented concerning the theme. In the Study 2, was conducted a systematic review, involving the articles that correlate the theme deafness and prejudice, in the period between January 2006 and December 2016, in two databases: SciELO and Pepsic. The objective was to identify what has been investigated and what still needs to be researched for the subject in question and, from there, to develop a study schedule for future research. Bibliometric and content analyzes were carried out on 15 articles that fulfilled the inclusion criteria of the research. The results evidenced the need of further studies in the area. Study 3 aimed to understand the experience of prejudice experienced by the deaf university students during their school career in the inclusive proposal. For this purpose, a focal group with five deaf college students was performed out and, to verify the data, was used the content analysis proposed by Bardin. The results of this study presented, through the deaf discourses about the school experience until High School, manifestations of prejudice such as: the obligation to oralize in the classroom; the absence of interpreters; bullying; verbal violence; discrimination and exclusion. From the same subjects of study and analyzes, an article (Study 4) on School Inclusion of the Deaf was produced, aiming to understand the experience of deaf university students, during their trajectory, in the inclusive proposal. The results shows that the inclusion policies do not

happen effectively for all: what happens is integration or a (pseudo) inclusion. It was perceived that the experiences of schooling of the deaf in this study were determined by precarious teaching conditions, compromised by the difficulties of their access to the natural language, by the lack of interpreter and by the predominance of the Portuguese language in the teaching. Later, was made an pioneering study (Study 5) that objective the analyze of understanding of deaf parents about the prejudice suffered by their children. Eight parents of deaf people participated, who gave an interview based on thematic axes that were analyzed through IRAMUTEQ software. The results of this study showed, through the parents' talks, how frequent the acts of prejudices suffered by the deaf, especially by health professionals, the family and the school. According to the five studies, the conclude is, in spite of advances in the laws, aiming, above all, at egalitarian treatments and without prejudice, it is also observed how common is the clinical medical view of society regarding deafness and, as a consequence, acts of prejudice.

**Keywords:** Education; Family; Preconception; Deafness.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E FIGURAS.....	XV
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	XVI
APRESENTAÇÃO .....	18
– CAPÍTULO 1 – .....	23
ESTUDO 1: SURDEZ E PRECONCEITO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL .....	23
– CAPÍTULO 2 – .....	45
ESTUDO 2: SURDEZ E PRECONCEITO: REVISANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ..	45
Resumo .....	45
Abstract.....	46
Resumen .....	46
Introdução.....	47
Método.....	48
Resultados e discussão.....	50
Considerações Finais .....	66
Referências .....	68
- CAPÍTULO 3 - .....	72
ESTUDO 3: SURDEZ E PRECONCEITO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS UNIVERSITÁRIOS SURDOS .....	72
Resumo .....	72
Abstract.....	73
Introdução.....	73
Método.....	78
Resultados e Discussão.....	79

Considerações Finais .....	85
Referências .....	87
– CAPÍTULO 4 – .....	91
ESTUDO 4: INCLUSÃO NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS SURDOS UNIVERSITÁRIOS .....	91
Resumo .....	91
Abstract.....	91
Introdução.....	92
Método.....	96
Resultados e Discussão.....	97
Considerações Finais .....	101
Referências .....	102
– CAPÍTULO 5 – .....	104
ESTUDO 5: SURDEZ E PRECONCEITO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS PAIS DE SURDOS .....	104
Resumo .....	104
Abstract.....	104
Introdução.....	105
Método.....	107
Resultados e Discussão.....	108
Considerações Finais .....	127
Referências .....	128
COMENTÁRIOS FINAIS .....	132
REFERÊNCIAS DA APRESENTAÇÃO.....	137
ANEXOS / APÊNDICES.....	138

Anexo A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	139
Apêndice A- Roteiro para Condução do Grupo Focal – Estudo 3 e 4.....	140
Apêndice B - Roteiro de Entrevista – Estudo 5.....	141
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Estudo 3 e 4.....	143
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Estudo 5 .....	144

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

### CAPÍTULO 2 . Estudo 2: Surdez e preconceito: revisando a produção científica

Tabela 1. Artigos publicados sobre surdez e preconceito: Pepsic e Scielo .....	51
--	----

### CAPÍTULO 3. Estudo 3: Surdez e preconceito no contexto escolar: uma análise a partir dos universitários surdos

Tabela 1. Perfil e experiência escolar dos sujeitos da pesquisa .....	79
---	----

### CAPÍTULO 5. Estudo 5: Surdez e Preconceito: Uma análise a partir da concepção dos pais de surdos

Tabela 1. Quadro Perfil dos Participantes .....	109
---	-----

Tabela 2. Caracterização dos participantes e de seus filhos_.....	110
---	-----

Figura 1. Dendograma da classificação hierárquica descendente do corpus “Preconceito e Surdez_.....	113
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AILES** – Associação de Intérprete de LIBRAS do Estado de Sergipe

**ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas

**APA** - Publication Manual da American Psychological Association

**APADA/SE** – Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado de Sergipe

**ASA** – Associação dos Surdos de Aracaju

**ASL** - American Sign Language (língua americana de sinais).

**ASSE** – Associação dos Surdos de Sergipe

**ASTIL** – Associação Sergipana de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS

**CAS/SE** – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às pessoas com Surdez

**CEEJCNJ** – Centro de Educação Especial “João Cardoso Nascimento Júnior”

**CEP-HU/UFS** – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe.

**CESAJU** – Centro de Surdos de Aracaju

**CHD** – Classificação Hierárquica Descendente

**CONAE** – Conferência Nacional de Educação

**EE11A** – Escola Estadual 11 de Agosto

**FENEIS** – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

**FTIL** – Formação de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS

**IC** – Implante Coclear

**INES** – Instituto Nacional de Educação de Surdos

**IPAESE** – Instituto Pedagógico de Apoio a Educação do Surdo de Sergipe

**IRAMUTEQ** - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires



**LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais

**PCA** – Persistência do Canal Arterial

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

## APRESENTAÇÃO

O estudo da surdez refere-se a uma área em construção, permeada de lutas, dificuldades, ideias preconcebidas, mitos, contradições e preconceitos na sociedade. Segundo Witkoski (2009), falar sobre surdez é referir-se ao preconceito, afinal, conforme esclarece Furtado (2008), a história do surdo foi marcada (e ainda é) pela ideia de incapacidade, doença e inferioridade, visto as representações construídas sobre os mesmos.

Martins (2013) corrobora esta afirmação e adverte ainda que, por mais que progressos, avanços e conquistas tenham sido visualizados no âmbito da surdez, em algumas situações, ainda se percebe a não aceitação e o desejo de normalização dos surdos e, por consequência, as manifestações de preconceito. Este trabalho foi desenvolvido partindo-se então da hipótese do preconceito ainda sofrido pelo surdo, em diferentes instâncias, focando-se, especialmente, no âmbito educacional e na visão familiar, uma vez que estas duas áreas influenciam o desenvolvimento educacional dos surdos e, por consequência, a sua identidade.

O interesse pelo tema desta pesquisa deu-se, inicialmente, na graduação, com a confecção de um artigo científico, com o tema Inclusão do surdo em uma escola de ensino regular particular, em 2011. Posteriormente, a autora teve a oportunidade de realizar um estágio curricular, em uma escola inclusiva pública, considerada modelo em Aracaju. Apesar de a escola não contar com alunos surdos, conheceu-se um pouco a realidade dos pais das crianças com deficiência e a dinâmica escolar, incluindo nesta os atores envolvidos no processo da inclusão, suas vivências diárias, práticas e principais dificuldades. Depois, em 2012, elaborou-se uma monografia de conclusão do curso de Psicologia com o título: “Atuação do psicólogo escolar frente à educação inclusiva no município de Aracaju SE” e participou-se de alguns congressos e seminários que envolviam esta temática.

Os temas surdez, identidade e cultura surda não eram temas de domínio, apesar do interesse e curiosidade já anteriormente demonstrados sobre ele. Hoje, existe um encanto e fascínio pela área, sobretudo pela noção de seus desafios, dificuldades e conhecimento do potencial destes sujeitos, seguidas da admiração por todo o seu caminho e por existirem e estarem em expansão às histórias de sucesso destes indivíduos.

Além do interesse particular de se compreender e se aprofundar sobre o sofrimento psíquico que o surdo sofre pela sociedade que tem a oralidade como padrão de normalidade, capacidade e eficiência, o tema foi escolhido por perceber-se os estudos incipientes da área, limitações especialmente no campo da Psicologia Social, e por compreender a urgência, não apenas de teorização acadêmica, mas, especialmente, por haver sujeitos surdos, hoje vistos ainda como incapazes que esperam respostas sociais e práticas contributivas da sociedade, com a esperança de que a sociedade, ao ter curiosidade sobre o assunto, sobre o olhar o “outro” como este outro é, respeitando suas diferenças e alteridade, possa contribuir na luta por esta causa, amenizando as muitas ações ainda discriminatórias e excludentes.

Dentro desta perspectiva, este trabalho foi desenvolvido, objetivando responder a pergunta norteadora: “Quais os preconceitos que os surdos sofrem, na visão dos pais e na dos alunos universitários surdos?”. Este questionamento foi respondido com base na investigação, cujo objetivo geral é compreender a experiência do preconceito vivenciado por surdos universitários, durante sua trajetória escolar na proposta inclusiva e analisar a concepção dos pais de surdos acerca do preconceito sofrido pelos seus filhos surdos. Para atingir este objetivo foram realizados cinco estudos que serão apresentados em cinco capítulos, os quatro últimos em forma de artigos, que relacionam a temática surdez e preconceito.

Visando a um maior aprofundamento na temática em questão, realizou-se, no capítulo 1, uma análise conceitual sobre os temas preconceito e surdez, envolvendo as concepções

clínico terapêutica e sócio antropológica, e os preconceitos específicos contra o surdo: audismo, surdofobia e ouvintismo.

O capítulo 2 trata-se de um Estado da Arte de artigos nacionais que correlacionam o tema surdez e preconceito em duas bases de dados: Portal Scielo e Pepsic, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2016. Neste primeiro estudo, um total de quinze artigos foram encontrados e analisados. Percebeu-se que as produções que se tem hoje sobre surdez e preconceito, em âmbito nacional, dizem respeito à explanação dos preconceitos vivenciados, de forma geral, pelo surdo, ou, de maneira específica, ao considerar, por exemplo, adolescentes com o uso do Implante Coclear (IC), ou a surdez adquirida, na fase adulta, e aos estudos sobre inclusão escolar (ou falta de) inclusão no mercado de trabalho. Além disso, tratam sobre a apresentação e a discussão da influência do modelo clínico terapêutico e socioantropológico sobre a surdez e a sua relação com o preconceito.

O Capítulo 3 aborda a experiência de pessoas surdas, estudantes do ensino superior, quanto ao preconceito sentido na proposta inclusiva, durante sua trajetória escolar. Este estudo foi motivado por entender que na realidade dos surdos, aqui considerando o ambiente escolar, surge uma série de preconceitos, pelas tradicionais dicotomias impostas: normalidade/anormalidade; linguagem oral/linguagem de sinais; deficiente/diferente; cultura ouvinte/cultura surda, que representam hierarquia, ao conferir aos termos o valor de padrão de normalidade (Silva, 2009).

O ambiente escolar inclusivo ainda adere à abordagem oralista e às vezes não oferece outra opção ou perspectiva quando considerando os surdos. E desta forma, ao invés de dispor de intérpretes de libras, de professores qualificados para atender as especificidades dos surdos, utilizando uma metodologia mais visual, eles esperam que o surdo se adeque ao ambiente. Sob essa perspectiva, Skliar (1998) esclarece, o surdo será sempre visualizado como o oposto do ouvinte, com uma conotação negativa, não sendo aceito como um sujeito

com uma diferença específica. Deste modo, os surdos representam para a sociedade a parcela dela que está em desacordo com a norma e com a normalidade, precisando ser ajustado (Santos, 2011).

Depois de esclarecer os pontos principais do preconceito com a surdez, foi possível perceber no capítulo 3 e 4 que os preconceitos nas escolas ocorrem, inicialmente, na forma linguística, visto que as escolas inclusivas são permeadas por normas e princípios dos ouvintes, pelo desconhecimento da língua de sinais e falta de metodologias e tecnologias a serviço das necessidades dos surdos, houve a necessidade de se ter um outro olhar, considerando pessoas que convivem com os surdos, seus familiares, por isso, foi-se idealizado o Capítulo 5 que objetivou analisar a concepção dos pais de surdos sobre o preconceito vivenciados pelos seus filhos.

É interessante ressaltar que alguns pais de surdos, no momento do diagnóstico ou até depois dele, apresentam alguma forma de preconceito e assumem esta condição. De forma geral, porém, posteriormente aceitam a surdez e falam sobre a oportunidade de aprendizado que isso suscitou. Consideram o preconceito como uma forma cruel e defendem seus filhos. Percebe-se que diversos tipos de preconceitos estão presentes no cotidiano dos surdos, os quais têm como autores principais os próprios familiares, a escola e os profissionais da área de saúde.

Assim, os estudos em questão, ao trazer os diversos preconceitos ainda sentidos pelos surdos, como resquícios do modelo clínico-terapêutico, mobilizarão com seus resultados, os profissionais atuantes na área escolar a pensar e a analisar sua atuação, cumprindo o papel de educadores, com atenção às questões de preconceito, de maneira a evitá-los, em um maior respeito às diferenças. Será importante também para as famílias que têm filhos surdos ou para profissionais da área da saúde que atuam com este público, objetivando conhecer suas principais necessidades e sua realidade. Contribuirá de forma geral à sociedade, e à academia.

Esta dissertação está estruturada de forma que após a apresentação dos cinco capítulos, serão exibidos os Comentários Finais deste estudo, com as conclusões e sugestões para futuras investigações. Ressalta-se, por fim, que esta dissertação e os cinco capítulos que a constituem seguem os parâmetros normativos de formatação da American Psychological Association (APA) ou da ABNT, dependendo das normas de publicação exigidas pelo programa de Pós-graduação ou das Revistas as quais os artigos foram submetidos: o primeiro capítulo segue os parâmetros normativos de formatação da American Psychological Association (APA), conforme orientações da Instrução Normativa nº 01/2015 do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS, os capítulos 2 e 3 adotam a APA como norma, considerando-se, nesta escolha, as revistas as quais foram submetidos os artigos para publicação (PUC Minas, Psicologia em Revista e Psicologia, Educação e Cultura, respectivamente). O capítulo 4, intitulado "Inclusão nas Escolas: uma análise a partir das percepções dos surdos universitários" segue as normas ABNT, conforme regra da Revista Educação (Porto Alegre), para a qual foi direcionado. O capítulo 5, por sua vez, foi direcionado para publicação à Revista Geral: Revista Interinstitucional de Psicologia, seguindo as orientações da 6ª edição do Publication Manual da American Psychological Association (APA).

## – CAPÍTULO 1 –

### **ESTUDO 1: SURDEZ E PRECONCEITO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL**

Estudar sobre a surdez exige compreender sua história de lutas, dificuldades, avanços e conquistas. Desta forma, apresentar-se-á a história da surdez sob o ponto de vista internacional, nacional e sergipano.

Na antiguidade grega romana, acreditava-se que os surdos não eram seres humanos competentes, justificando que, uma vez que não podiam ouvir e nem falar, não tinham linguagem e, conseqüentemente, não possuíam pensamento. Assim, os romanos viam os surdos como seres privados de seus direitos legais e confundidos, muitas vezes, com “retardados mentais”. Acreditava-se ainda que eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas e, por isso, abandonadas ou jogadas no rio Tíger. Os gregos consideravam os surdos “animais”, uma vez que julgavam que o pensamento se dava através da fala. Por isso, eram condenados à morte, “lançados abaixo do topo de rochedos de Taygète, nas águas de Barathère” (Strobel, 2009b, p.18).

Neste período, da Antiguidade Clássica, cita-se o filósofo Aristóteles, uma vez que para o mesmo, um dos traços da condição humana é a linguagem. Como, na sua época, os surdos não ouviam e não falavam, na sua visão, não eram humanos (Carvalho, 2010). Esta ideia foi difundida como verdade.

No antigo Egito, por sua vez, os surdos eram respeitados e adorados como deuses por acreditarem serem os enviados para se comunicarem em segredo, “protegiam e tributavam aos surdos à adoração, no entanto, os surdos tinham vida inativa e não eram educados” (Strobel, 2009b, p. 19). Em outras regiões, os mesmos eram oferecidos em sacrifício aos deuses. No

período da Inquisição, foram queimados em fogueiras, pois a ideia de imperfeição, pronunciada pela Igreja, revelava os surdos como seres “imperfeitos” (Talask, 2006).

Além disso, a Igreja Católica, na Idade Média, proibiu que os surdos se casassem, pois, se acreditava que as suas almas não eram imortais justamente porque eles não podiam falar os sacramentos (Moura, Lodi & Harrinson, 1997). Percebe-se que o fato de o surdo não fazer o uso da língua majoritária, oral, os condenou à condição de não humanos.

Esta concepção começou a mudar na Idade Moderna, em 1570 do século XVI, quando apareceram os primeiros educadores de surdos, sendo Pedro Ponde de León o primeiro deles. Ele educava filhos de nobres, para garantir que as crianças pudessem ter direito a herança de seus pais, uma vez que eram capazes de falar (Moura, Lodi & Harrinson, 1997). Desta forma, percebe-se que a educação surgiu com o objetivo de ensinar os surdos a oralizar.

León teve bastante êxito nos métodos de ensino e foi quem “desenvolveu uma metodologia de educação voltada para os surdos que incluía datilologia (representação manual das letras do alfabeto), escrita e oralização” (Bizio, 2008, p. 18), o que foi bastante importante para mostrar para a sociedade da época que, ao contrário do que se pensava, os surdos eram capazes de aprender.

Sendo assim, o trabalho deste professor serviu de base para outros educadores surdos na Idade Moderna, como para Juan Pablo Bonet. Em 1620, Bonet lança, na Espanha, um livro intitulado *Reduccion de lãs letras y artes para enseñar a hablar a los mudos*. Nesta obra, apresenta-se como inventor da arte de ensinar os surdos a falar (Bizio, 2008), através do alfabeto manual, escrita, língua de sinais e manipulação dos órgãos fonoarticulatórios (Moura Lodi & Harrinson, 1997). O método de Bonet, segundo ainda Moura, Lodi e Harrinson (1997), tornou-se referência para vários educadores como Pereire (língua latina), Amman



(língua alemã) e Wallis (língua britânicas), de forma que utilizavam a oralidade, os sinais e o alfabeto manual.

Ainda na Idade Moderna, tem-se o grande nome da Educação dos Surdos, Charles – Michel de l’Epée, fundador do Instituto Nacional para Surdos – Mudos de Paris (Strobel, 2009a) e o primeiro a reconhecer que, diferentemente do que as pessoas pensavam, os surdos não precisam aprender a língua oral para possuir linguagem. Desta forma, neste período, a oralização deixou de ser o foco da educação de surdos. Apesar de acreditar que a Língua de Sinais deveria ser considerada, L’Epée considerava insuficientes os sinais que os surdos usavam para aprender o francês. Por isso, criou os chamados sinais metódicos (Lacerda, 1998), usados até 1830 (Bizio, 2008).

Ainda segundo Bizio (2008), depois da morte de L’Epée, iniciou-se um período de crítica de adeptos do oralismo, liderados por Itard. A surdez passou a ser vista como doença e, portanto, deveria ser tratada. A língua de sinais acreditava-se que interferia, de modo negativo, na proposta da fala dos surdos, e, então, a concepção oralista de educação voltou a ganhar impulso.

Nos Estudos Unidos, em 1816, Edward Galleudt, acompanhado de Laurent Clerc, um dos melhores alunos do Abade L’Epée, criaram a Hartford School. Nela, utilizava-se uma mistura do francês sinalizado com a língua de sinais, adaptado para o inglês (Bizio, 2008). Este autor esclarece:

A Língua de Sinais Francesa, assim, foi aos poucos sendo modificada pelos alunos, iniciando a formação da Língua de Sinais Americana. Além dos métodos franceses que foram aos poucos sendo abandonados, utilizavam-se, na sala de aula, além da ASL (*American Sign Language*), ainda o inglês sinalizado, o inglês escrito e o alfabeto digital (Bizio, 2008, p. 21).

Mais tarde, esta metodologia, acima descrita, seria a Comunicação Total (Ramos & Goldfeld, 1992). De acordo com Goldfeld (1997)

A filosofia da comunicação total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-visuais como facilitadores da comunicação (p. 35).

Utilizando a língua de sinais americana, houve uma ascensão no grau de escolarização dos surdos (Bizio, 2008) e, em 1864, é fundada, por Edward Gallaudet, a Gallaudet University, única universidade de surdo em todo o mundo (Moura, Lodi & Harrinson, 1997). Percebe-se que os sinais ganharam espaço na educação dos surdos, no período acima descrito, porém, devido aos avanços tecnológicos e estudos que facilitavam a aprendizagem da fala pelo surdo, a língua de sinais passa a ser criticada e, a partir de 1860, o método oral volta a ganhar força (Bizio, 2008).

Em 1880, acontece o Congresso de Milão. Neste, reuniram-se vários educadores de surdos de diferentes países e decidiu-se que seriam abandonados os sinais, utilizando-se apenas a fala. Interessante ressaltar que esta situação foi também reflexo da situação econômica antropológica do século, pois os surdos eram vistos como pessoas que não traziam recursos econômicos. E além disso, destaca-se que Alexander Graham Bell, inventor do telefone, em 1873, se tornou professor de fisiologia vocal na Universidade de Boston, e desenvolveu alguns experimentos de acústica, objetivando descobrir conceitos para transmitir a fala eletricamente. A ideia da fala, a partir da oralidade, foi ainda mais difundida a partir da invenção do telefone.

Ressalta-se ainda que seu pai, Alexander Melville Bell (1819-1905), também inventor, havia criado um sistema de educação para surdos. As escolas, deste modo, deveriam utilizar o método oral puro, com a fala como finalidade da educação. Skliar (1998) definiu este método como “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narra-se como se fosse ouvinte” (p. 15).

Skliar (1998) esclarece que o método oral foi aprovado por razões políticas, filosóficas e religiosas. Como forma de garantir que as crianças surdas não utilizariam a língua de sinais, uma das decisões foi afastar os professores surdos e proibir a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) no ambiente escolar. Porém, sob o olhar de Zampiere (2006), “o emprego do oralismo não trouxe os resultados esperados, ou seja, a maioria dos surdos não desenvolveu a fala, a leitura orofacial/labial, o desenvolvimento de linguagem e habilidades de leitura” (p.11).

Nos Estados Unidos, neste período, aconteceu, então, a Convenção Nacional de Surdos-mudos, que foi um encontro com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas surdas (Moura, Lodi & Harrinson, 1997). As ideias apresentadas eram opostas ao que foi decidido no Congresso de Milão. Em 1960, Stokoe, pesquisador norte-americano, iniciou um estudo sobre a língua de sinais, apresentando uma análise descritiva dos elementos linguísticos (nível fonológico e morfológico) da mesma, de forma que ela passou a ser vista como língua, de fato (Quadros, Pizzio & Rezende, 2009). Retorna-se, assim, à proposta da Comunicação Total e, depois, aparece a proposta do Bilinguismo (Zampiere, 2006).

Em 1994 acontece a Conferência de Salamanca, na Espanha, que propõe a Declaração de Salamanca – “reiterando as recomendações de Jomtien e enfatizando a urgência de atendermos às necessidades dos alunos, evitando práticas discriminatórias e excludentes” (CARVALHO, 2010, p. 156). A declaração defende o direito de educação a todos, independentemente das diferenças individuais.

Referente à Educação dos Surdos no Brasil, destaca-se que a primeira iniciativa aconteceu em 1855, quando o professor francês surdo Ernest Huet, a convite de D. Pedro II, chegou ao Brasil para fundar, dois anos mais tarde, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos (Bernarab & Oliveira, 2007), atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), no Rio de Janeiro. O Instituto funcionava como um internato, visto que recebiam surdos de todo o

país, com idades entre 7 e 14 anos, de forma que estes residiam no Instituto, durante todo o tempo, e recebiam educação literária e ensino profissionalizante (Albres, 2005).

Em termos da política educacional, primeiramente, pode-se afirmar que utilizavam a LIBRAS, com influência francesa, e, em momento posterior, a educação brasileira dos surdos aderiu ao movimento iniciado pelo Congresso de Milão (1880), que defendia que a educação de surdo deveria ser desenvolvida através da oralidade.

Em 1911, segundo Goldfeld (1997), o oralismo puro foi estabelecido no Instituto, sendo influenciado pelos acontecimentos internacionais, mas a língua de sinais continuou a ser utilizada até 1957, quando a diretoria Doria e a assessora da professora, Couto, proibiu, oficialmente, a utilização da mesma. Assim, “a qualidade da educação dos surdos diminuiu e as crianças surdas saíam das escolas com qualificações inferiores e habilidades sociais limitadas” (Strobel, 2009b, p. 37).

Em 1975 chega, então, ao Brasil, a Comunicação Total e, em 1980, o bilinguismo, sendo utilizado a partir de 1990. No Brasil, nos anos de 1980, acontece na UFRJ, o início do primeiro grupo de estudos linguísticos da LIBRAS, liderado pela professora Lucinda Ferreira Brito, conhecida como a primeira linguista do Brasil a se dedicar aos estudos das línguas de sinais e, três anos depois é criada a Comissão de Luta dos Direitos dos Surdos.

Em 1987, foi fundada a primeira entidade representativa da comunidade surda, a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) que propaga a importância da Língua Brasileira de Sinais, garantindo, entre outras coisas a oportunidade de inclusão do surdo no mercado de trabalho, o ensino de LIBRAS para os ouvintes e a defesa dos direitos da comunidade surda (Palma, 2012). Atrelado a isso, em setembro de 1994, tem-se um evento que deu grande visibilidade à comunidade surda: Marcha “Surdos Venceremos”, onde os mesmos reivindicaram o reconhecimento oficial da LIBRAS, o direito à educação em LIBRAS e o provimento de intérpretes em espaços públicos.

Esta luta, que começou na década de 90, foi-se acentuando, com o passar do tempo, e alcançando algumas conquistas nos anos seguintes: em 24 de abril de 2002, é promulgada a lei 10.436, reconhecendo a LIBRAS como língua oficial dos surdos no país e entendida como uma “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão e fatos” (Moreira, 2007, p. 6) da comunidade surda no Brasil.

Em 2005, tem-se o Decreto nº 5.626 que regulamenta esta lei. Segundo Carvalho e Nóbrega (2015), através desta Lei, reconhece-se, oficialmente, a LIBRAS e tem-se a garantia da acessibilidade e da difusão de sua língua por meio do ensino. Ela ainda dispõe sobre a formação de professores de LIBRAS e de tradutor-intérprete de LIBRAS.

Algumas conquistas acontecem depois disso: em 2006, surge o Exame de Certificação Tradutor Intérprete de LIBRAS ProLIBRAS, instrutor de LIBRAS e Curso de Letras – LIBRAS Bacharelado e Licenciatura EaD. Em 2010, a lei 12.319, em 01 de setembro, entra em vigor e regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Em 2010, na Conferência Nacional de Educação, CONAE, elaborou-se o Plano Nacional de Educação, que, para Campello e Rezende (2014), representou um retrocesso para educação de surdos no Brasil, pois os surdos não foram considerados: das 11 propostas da comunidade surda, apenas três foram aceitas. O discurso reinante no evento era de que as escolas de surdos eram segregacionistas e, portanto, estava indo contra a Política Nacional de Educação, que defende a inclusão (Campello & Rezende, 2014).

A diretoria de Políticas Públicas e Educação Especial anunciou, em 2011, no INES, a possibilidade de fechamento da escola, de forma que os alunos seriam remanejados para escolas regulares (Campello & Rezende, 2014). Este fato suscitou uma grande revolta na

comunidade surda, pois o INES, além de ser uma escola de surdos, tem para estes um valor histórico muito grande.

Em 2011, outra mobilização nacional no país, conhecida como Setembro Azul, teve o objetivo de reafirmar as lutas e garantir apontamentos específicos sobre a educação dos surdos no Plano Nacional de Educação (PNE) em tramitação no Congresso Nacional (Silva, 2013). As reivindicações, na Câmara dos Deputados, representaram a vitória dos surdos e, com isso, acrescentou-se, na redação do Plano Nacional de Educação, o direito de as pessoas surdas serem educadas em escolas e classes bilíngues e não apenas, em escolas inclusivas.

Na realidade sergipana, por sua vez, de acordo com Souza (2010), a história da Educação dos Surdos iniciou-se em 1962, com a abertura do Centro de Reabilitação “Ninota Garcia”. Esta foi a primeira escola para surdos, funcionando como fundação e escola também para cegos e deficientes mentais. Contudo, não conseguiu atingir o seu objetivo, de forma completa, e fechou em 1996.

De acordo com Silva (2005, citada por Costa, Filho e Souza, 2017), existem, em Aracaju, cinco instituições voltadas ao ensino de alunos surdos: A Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado de Sergipe – APADA/SE (desativada e fechada em 2017, por falta de recursos financeiros); o Centro de Educação Especial “João Cardoso Nascimento Júnior” –CEEJCNJ; a Escola Estadual 11 de Agosto – EE11A; o Instituto Pedagógico de Apoio a Educação dos Surdos de Sergipe – IPAESE; e a Fundação CIRAS/Rosa Azul. Todas, segundo Costa, Filho e Souza (2017), adotam o bilinguismo, oficialmente, porém, a metodologia de ensino aplicada é que varia.

Destes, vale ressaltar que o IPAESE é pessoa jurídica de direito privativo sem fins lucrativo e constitui-se na primeira escola especializada em surdez. Foi fundada em 2000 por pais de surdos, que sentiam dificuldade em encontrar uma escola que atendesse a necessidade

dos seus filhos. Como metodologia de ensino, tem-se o bilinguismo, onde a primeira língua é a LIBRAS e, o português, a segunda língua, na modalidade de escrita.

Além disso, fundou-se em 1965 o Atendimento Educacional Especializado em Sergipe e, em 1991, a Associação dos Surdos de Sergipe (ASSE). Em 2002, acontece no Estado de Sergipe, o primeiro curso de LIBRAS, uma parceria do MEC com a FENEIS, com o objetivo de formar instrutores da LIBRAS ou multiplicadores da língua de sinais para ministrar cursos na área. Em 2006, foi fundada a Associação de Intérprete de LIBRAS do Estado de Sergipe (AILES), renomeada, um mês depois, para Associação Sergipana de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS (ASTIL), para garantir acessibilidade de comunicação ao surdo (Costa, Filho & Souza, 2017).

Segundo os mesmos autores, ainda em 2006, foi criada na SEED, Secretaria de Estado da Educação, o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às pessoas com Surdez (CAS/SE). Implantou-se ainda a Associação dos Surdos de Aracaju (ASA) que teve funcionalidade entre 2011 e 2013 e foi renomeada para Centro de Surdos de Aracaju (CESAJU), em 2013, funcionando até hoje como uma instituição que objetiva promover a integração da comunidade surda de Aracaju, na busca e defesa de seus direitos, desenvolvendo cada vez mais a identidade e cultura surda. Além disso, surgiram cursos de Formação de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS (FTIL), e percebem-se, hoje, algumas faculdades particulares, com cursos de especialização, pós-graduação ou lato senso, em LIBRAS e com matérias obrigatórias ou optativas nos cursos de graduação. Em 2014 foi criada e ofertada à comunidade na Universidade Federal de Sergipe a Licenciatura em Letras Libras.

#### 1) Concepção clínica terapêutica e socioantropológica

A surdez no início de sua história, mais especificamente, e por muito tempo, foi concebida a partir do conceito teórico clínico-terapêutico, que, como o próprio nome sugere,

refere-se à patologia, ao déficit biológico, focaliza a perda auditiva e percebe o surdo como deficiente. O oralismo, neste caso, é reconhecido como o padrão da normalidade. Segundo Skliar (2013), o surdo nesta concepção é considerado uma pessoa que não ouve, “é definido por suas características negativas; a educação se converte em terapêutica, o objetivo do currículo escolar é dar ao sujeito o que lhe falta: a audição, e seu derivado, a fala” (p.105).

A partir da década de 60, do século XX, o modelo clínico-terapêutico começou a ser questionado, em especial, por duas observações, conforme aponta Skliar (2013), que fizeram com que outros especialistas, principalmente educadores que trabalham com surdez, discordassem da abordagem clínica terapêutica, originando a perspectiva socioantropológica da surdez. São elas: primeiro, o fato de que os surdos formam comunidades cujo razão que os liga é a língua de sinais; e, segundo, pois se percebeu que filhos surdos de pais surdos demonstram uma identidade mais equilibrada, melhores níveis acadêmicos, condições de leituras semelhantes aos ouvintes e não apresentam tantos problemas sociais e afetivos quando comparados aos filhos surdos de pais ouvintes.

A partir da década de 80, do século XX, ganha força então o modelo socioantropológico. Este corresponde a uma nova visão sobre a surdez, de respeito à diferença, contrária à concepção de deficiência, imposta pelo modelo clínico (Dalcin, 2009). Percebe a surdez como pertencente a interações normais, nas quais a língua de sinais é respeitada e vista como fundamental para o desenvolvimento linguístico e cognitivo do surdo (Bisol, Simioni & Tânia, 2008).

Assim, analisa-se que, apesar de a visão socioantropológica ter ganho espaço, ainda hoje existem resquícios do modelo clínico terapêutico, de forma que o contexto da vida dos surdos apresenta muitas dificuldades, sobretudo, pela comunicação diferente e pelo desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais por parte da sociedade, o que acaba culminando na segregação e até no preconceito em relação aos mesmos.



## 2) Preconceito e preconceito específico contra o surdo: Audismo, Surdofobia e Ouvinitismo

Desta forma, é necessário esclarecer ao leitor os caminhos percorridos nos estudos do preconceito, no campo da psicologia social, para entender os estudos atuais do preconceito contra os surdos.

Para Tajfel (1981), o preconceito e a discriminação devem ser abordados numa perspectiva social. Destaca-se a importância do indivíduo na “busca da sua identidade através de sua inserção num grupo social, considerando-se os componentes: cognitivo (consciência da pertença ao grupo); avaliativo (noção de pertença ao grupo); e emocional (aspectos cognitivos e avaliativos de pertença ao grupo acompanhados de emoções)” (p. 261). E esclarece que a comparação grupal leva as pessoas a formarem atitudes preconceituosas, pois a consciência da existência de outros grupos gera um processo de comparação entre "nós" e "eles". Assim, o grupo acaba por favorecer o próprio grupo e discriminar os outros como maneira de afirmar a própria identidade.

Assim, têm-se os estudos com os chamados “grupos mínimos”, em que os conflitos ou a separação entre grupos atingem todo o seu significado quando relacionadas com a percepção de diferenças em relação a outros grupos. O próprio autor Tajfel (1981) afirma: “a razão para a diferenciação cognitiva, comportamental e avaliatória intergrupo encontra-se na necessidade dos indivíduos em dar significado social, através da identidade social, a situação intergrupo, experimental ou qualquer outra” (p. 313).

Nesta visão, Pereira (2002) enfatiza que os indivíduos defendem e determinam o valor de seus grupos, enquanto rejeitavam os grupos externos. Aborda, assim, os conceitos sobre preconceito e discriminação, partindo-se da existência do estereótipo, ou seja, definidos como sistemas de crenças socialmente compartilhadas. Os estereótipos, aqui considerados os

negativos, são criados, alimentados e repetidos, tornando-se preconceitos, concomitantes a ações discriminatórias. Myers (1995) delinea o preconceito como atitudes arbitrárias e injustificáveis contra um grupo e seus membros individuais; enquanto a discriminação é manifestada por comportamentos hostis contra os mesmos.

Na visão de Pereira (2002), a discriminação “se exprime por meio da adoção de padrões de referência em relação aos membros do próprio grupo e/ou de rejeição dos membros do grupo externo” (p.52), sem base de juízos de valor. Esta rejeição determina o preconceito: “refere-se a uma atitude injusta e negativa em relação a um grupo ou a uma pessoa que se supõe ser membro do grupo” (p. 77), que fomenta a formação e a conservação de julgamentos sociais pré-concebidos e, assim, promove a injustiça e legitima o processo de exclusão social.

Levando-se em consideração o surdo e a forma que são evidenciados os preconceitos contra os mesmos, pode-se demonstrar um exemplo simplório: a denominação/termos deficiente auditivo, surdo-mudo e mudo, constantemente usados pela sociedade para se referir ao surdo. Cardoso (2016) nota que ainda se presenciam as pessoas fazendo uso destas terminologias, que, para a comunidade surda, transmitem uma mensagem negativa de preconceito. Os termos surdo-mudo ou mudo não estão corretos, pois os surdos não apresentam, necessariamente, um comprometimento no aparelho fonador e neurológico e, por este motivo, não têm nada que o impeça de falar, portanto, não são, necessariamente, mudos (Santos, 2015). Uma vez que não ouvem, eles têm o processo de fala dificultada, mas podem ser estimulados, caso desejem. Pinto (2012) ressalta que a expressão “deficiente auditivo” traz a concepção de que o surdo é portador de uma enfermidade que precisa ser tratada para consertar seus defeitos.

O termo surdo é, então, preferência da maioria dos surdos e das pessoas próximas a suas realidades, como terminologia para se referirem aos mesmos, como tentativa de diminuir

a estigmatização, visto que os identificam como diferente (Dorziat, 1999). Segundo Gesser (2008), o termo surdo “rejeita o discurso ideológico dominante construído nos moldes do oralismo, que localiza o surdo em dimensões clínicas e terapêuticas da cura, da reeducação, da normalização”, demonstrando o “discurso pautado em paradigmas da diversidade linguística e cultural” (p. 225).

Importante salientar que a LIBRAS é usada pela grande maioria dos surdos com a proposta de se aproximar de sua identidade e cultura. Entretanto, alguns surdos aceitam a denominação deficiente auditivo e fazem a escolha pela oralização. Tanto uma situação, como a outra, podem ser permeadas de manifestações de preconceito: os ouvintes podem ter reações de preconceito contra o surdo que utiliza a LIBRAS; os surdos, contra os ouvintes e já os surdos que utilizam a LIBRAS como forma de comunicação, pode ter manifestações preconceituosas contra o surdo que oraliza e vice-versa. Salientando que foco nos capítulos desta dissertação foi dado aos preconceitos vivenciados pelos surdos que utilizam a LIBRAS como forma de comunicação e busca de identidade.

Vale-se ressaltar que existem duas formas principais de manifestações de preconceito: manifestos e sutis. Pode-se considerar que as amostras de preconceitos manifestos foram predominantes por muito tempo e, hoje, percebem-se cada vez mais comuns manifestações de preconceitos sutis, embora ainda se visualizem formas manifestas. Estes últimos constituem-se como uma das primeiras formas de expressar o preconceito, a partir de uma maneira mais explícita de difundir atitudes negativas contra um indivíduo ou grupo (Lima & Vala, 2004). O preconceito é visto como negativo, respaldado especialmente pelos processos sociais de tolerância e respeito às diferenças e aos tratamentos igualitários e até às penas e às sanções. Então, cada vez mais, percebem-se formas sutis de manifestação de preconceito.

Para explicar essas novas expressões do preconceito (Lima & Vala, 2004), denominados de sutis, Fleury e Torres (2010, p. 79) esclarecem que “o fenômeno se adequou

a novos valores, novas ideologias e normas sociais, produzindo uma nova modalidade de pensamento e expressão do preconceito que atende a essa nova realidade”. O preconceito sutil é, então, uma forma disfarçada de promulgar os preconceitos. Nele, os sentimentos preconceituosos são, de certa forma, reprimidos e expressados, através de gestos cotidianos, uma vez que os agentes opressores têm o preconceito sem se dar conta, não o admitem e, geralmente, o justificam. Como exemplo, é comum escutar-se as falas seguintes: “eu não tenho preconceito contra o surdo” e depois “ele é surdo? Nossa, mas é tão inteligente”, contradizendo, de certa forma, a primeira oração verbalizada por ele.

Na realidade dos surdos, como preconceito explícito ou manifesto, exemplificam-se a violência, xingamentos, agressões físicas e verbais e, sutilmente, brincadeiras, piadas, exclusões e apelidos que, aparentemente, são “inocentes”. Witkoski (2009), autora surda, no artigo intitulado *Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada*, aborda alguns exemplos de preconceitos sentidos pelos surdos, nas suas versões mais sutis. Explica que são muito observados, com excesso de olhares, e narra também uma situação ocorrida com ela, quando foi participar de uma defesa de tese de doutorado sobre a educação dos surdos. Antes do evento, explica que foi apresentada para a autora e a mesma fala: “*Eu tive uma amiga que teve um problema como o seu (referindo-se ao processo de ensurdecimento), foi operada e ficou normal*”. E ela respondeu “*Eu sou normal*”, demonstrando a ignorância e falta de conhecimento de alguns indivíduos da sociedade e discriminação. Além disso, percebem-se outros exemplos que representam o processo de discriminação do surdo: a falta de legendas em português ou de tradução em LIBRAS dos programas televisivos e de outros similares, além dos conteúdos de uma aula de ensino regular, que utiliza como recurso a leitura da palavra falada.

O preconceito contra o surdo aparece, de forma intensa, e existem expressões específicas para se referir a ele: audismo, surdofobia e ouvintismo. A seguir, os termos são conceituados e explica-se alguma diferença que possa existir entre eles.

A expressão *audism* (em inglês) foi mencionada pela primeira vez pelo professor americano surdo, Humphries, em 1975, em sua dissertação intitulada "Comunicar-se em Culturas Surdez-Audição e Aprendizagem de Línguas", obra que revela a noção de que alguém é superior com base em sua capacidade de ouvir ou de se comportar da maneira de quem ouve (Humphries, 1977, citado por Martins & Klein, 2012).

O termo ficou adormecido por 15 anos até Harlan Lane resgatá-lo (Martins, 2013). A autora, em 1992, pede emprestado o termo utilizado pelo educador Tom Humphries: “denominá-lo-ei “audismo”. Em seu clássico livro, “A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada”, Lane analisa o audismo enquanto “forma de dominação dos ouvintes, reestruturando e exercendo a autoridade sobre a comunidade surda” (Lane, 1992, p.52). Porém, é importante destacar-se que existe uma diferença entre os termos audismo, utilizado por Humphries, aplicado “a atitudes e práticas individuais”, e a utilizada por Lane, ampliando-o para “atitudes institucionais e de grupo, bem como práticas de opressão das pessoas surdas” (Martins & Klein, 2012, p. 4).

O sujeito surdo é visto, neste sentido, como digno de pena e dependente (Lane, 1992). O audismo é, então, o preconceito contra o sujeito surdo, especificamente, enxergando-o como alguém incapaz (Silva, Campelo & Novena, 2012). É como se eles fossem rotulados por coisas negativas, ratifica Martins (2013) e, por isso, o audismo diz respeito às barreiras, falta de convívio e comunicação, enfrentados pelo surdo no decorrer da história.

Para Garrow (2011), existe um sistema de excesso de privilégio para aqueles que podem ouvir e falar, em comparação ao surdo. O autor, ao discutir o audismo, contempla, de forma clara, este conceito em seu estudo:

O audismo é a postura ideológica que humaniza com base na capacidade de ouvir e falar ao mesmo tempo desumanizando a incapacidade de ouvir e falar através do domínio das instituições sociais, culturais, políticas, linguísticas, educacionais e econômicas que se manifestam em um tecido complexo (p. 2).

Bauman, Bahan e Montenegro (2008, citado por Martins, 2013, p. 55), ratifica que há ainda uma outra dimensão a ser considerada dentro do Audismo para as discussões que aqui se fazem, visto que *“Todo el tiempo había esta forma de opresión sin una palabra que la describiera. Ahora, con un nombre, ya tenemos una herramienta para mostrar claramente varios actos de opresión”* e este resulta em um estigma para as pessoas que não ouvem, configurando-se em uma forma de poder, de discriminação (Bauman, 2004).

Além desse termo, há ainda a surdofobia, que pode ser causada pelo audismo, que é um tipo de preconceito mais incisivo contra o surdo, ou, conforme declara Silva, Campelo e Novena (2012), é um tipo de exclusão ou aversão ao surdo. Os termos audismo e a surdofobia são conceitos parecidos, no geral, mas apresentam diferenciação. Silva, Campelo e Novena (2012) enfatizam o exemplo no ambiente de trabalho para diferenciar os termos audismo e surdofobia: quando um surdo não pode participar de um processo seletivo por argumentações de que um surdo não será capaz de cumprir as tarefas, esta aversão ao surdo é entendida como surdofobia; já o audismo é quando se permite a participação de um surdo no processo seletivo e ele é aprovado, porém, no momento de assumir sua posição na empresa, são dadas funções diferenciadas, de menor complexidade, colocando o surdo no *status* de coitado, delegando-lhe funções inferiores a sua capacidade.

Há ainda o termo ouvintismo. Apesar de existir diferença quanto aos termos, alguns autores usam este termo com o significado próximo de audismo. Skliar (1998) utiliza este termo para as “práticas discursivas e dispositivos pedagógicos colonialistas, em que ser, poder, conhecer dos ouvintes constitui uma norma, não sempre visível, por meio da qual tudo é medido e julgado” e para “descrever o domínio dos ouvintes sobre os surdos” (p.15). Para o autor, há ainda outra dimensão a ser considerada nestes “discursos hegemônicos”, que

abranchem o “ouvintismo – o que veem os ouvintes sobre a surdez – e o oralismo – a forma institucionalizada do ouvintismo” (p.15). São percepções dos ouvintes que fazem o surdo se perceber como ter que ser ouvinte.

Na visão de Perlin (2005), o ouvinte sempre está em posição superior, presente nas relações de poder e de dominação, “onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber” (p. 58). Assim, o ouvintismo designa, do ponto de vista acadêmico, o estudo do surdo a partir da visão da deficiência, da clinicalização.

O ouvintismo teve e tem espaço na sociedade, mesmo com tantas conquistas dos surdos, pois, conforme destaca Skiliar (1998), contou com a cumplicidade da medicina, considerando-se, inclusive, o implante coclear (IC) e também, dos pais e familiares dos surdos, professores, profissionais de saúde e de alguns surdos que concordam com a visão da ciência e da tecnologia, idealizando que estes falem e escutem. “Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (p. 15).

Embora o (re)conhecimento e discussão dos termos ouvintismo, surdofobia e audismo sejam recentes, há muitos séculos, suas manifestações vêm sendo percebidas na sociedade, no que se referem aos surdos. Estas formas de preconceitos foram moldadas, sobretudo, a partir do processo de normalização e hierarquização, uma vez que a sociedade classifica e demarca fronteiras, determinando quem pertence (está incluído) ou não pertence (está excluído), de acordo com a norma, fixada pelo processo de hierarquização.

Assim, entende-se a importância e necessidade de estudar a surdez e o preconceito, como forma de entender os desafios, barreiras a se adaptar e mudanças a serem realizadas na concepção da sociedade como forma de mitigar os preconceitos ainda existentes. Assim, no capítulo seguinte será apresentado o que se tem de produções que envolvem o temática surdez e preconceito, em âmbito nacional, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2016.

## REFERÊNCIAS

- Albres, Neiva de Aquino. (2005). *História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande – MS*. Petrópolis / RJ: Editora ARARA AZUL. Recuperado em 12 de novembro de 2017, de [www.editora-arara-azul.com.br](http://www.editora-arara-azul.com.br).
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Rio De Janeiro: Zahar.
- Bernarab, L; Oliveira, C. S. (2007). Estudo da Língua Brasileira dos Sinais e da Língua dos Sinais Francesa Através da sua Formação e da Influencia do Segundo Congresso Internacional de Milão na Educação dos Surdos. *IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*. Londrina/PR. Recuperado em 05 de novembro de 2017, de [file:///C:/Users/Tutor/Downloads/Bernarab%20e%20Oliveira%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Tutor/Downloads/Bernarab%20e%20Oliveira%20(1).pdf).
- Bisol, C. A., Simioni, J. & Tania, S. (2008) Contribuições da Psicologia Brasileira para o Estudo da Surdez. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Vol.21, N.3.
- Bizio, L. (2008). *Considerações sobre o Ensino de Língua Portuguesa para Surdos*. Dissertação de Mestrado. Programa em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Universidade Católica de São Paulo/ PUC, São Paulo, SP.
- Campello, A. R.; Rezende, P. L. F. (2014). Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR.
- Cardoso, I. G. (2016). Surdo-Mudo ou Mudo, Deficiente Auditivo ou Surdo: Qual dessas terminologias pode-se adotar? *Revista Virtual De Cultura Surda*. Edição Nº 17 / Fevereiro. Petrópolis – RJ: Editora Arara Azul.



- Carvalho, N. S. (2010). *Surdez e Bilinguismo: Perspectivas, Possibilidades e Práticas na Educação para Surdos*. Monografia de Graduação. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia/UFBA, Salvador, BA.
- Carvalho, V. O.; Nobrega, C. S. R. . (2015). A história de educação dos surdos: o processo educacional inclusivo. In: *II Seminário Potiguar: Educação, Diversidade e Acessibilidade - uma questão de efetivação de direitos*, Mossoró, RN.
- Costa, E. da S.; Ferreira Filho, G. & Souza, V. dos R. M. (2017). História Da Educação Dos Surdos Sergipanos. *Revista Virtual De Cultura Surda*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado em 29 de outubro de 2017, de [http://editora-arara-azul.com.br/site/revista\\_edicoes](http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes).
- Dalcin, G. (2009). *Psicologia da Educação de Surdos*. Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS na Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Dorziat, Ana. (1999). *Deficiente Auditivo e Surdo: uma reflexão sobre as concepções subjacentes ao uso dos termos*. Recuperado em 26 de junho de 2017, de <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/.../6encontrogesurdezdeein.pdf>>.
- Fleury, A. R. D. & Torres, A. R. R. (2010). *Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas*. Curitiba: Juruá.
- Garrow, E. (2011). *Personal Communication*. In *school: What educators need to know*. School Business Affairs, 77(4), 8–10.
- Gesser, A. (2008). Do Patológico ao Cultural na Surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. *Trabalhos em Linguística Aplicada (online)*. vol.47, n.1, pp.223-239. Recuperado em 7 de maio de 2017, de <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132008000100013>>.
- Goldfeld, M. (1997). *A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-Internacionalista*. São Paulo: Plexus.

- Lacerda, C. B.F. de. (1998). Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Cad. CEDES*. Campinas, SP. Recuperado em 29 de outubro de 2017, de <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>.
- Lane, H. A. (1992). *Máscara da Benevolência*. A Comunidade Surda Amordaçada. Tradução: Cristina Reis. Lisboa: Instituto Piaget - divisão editorial.
- Lima, M. E., & Vala, J. (2004). *As Novas Formas de Expressão do Preconceito e do Racismo. Natal: Estudos em Psicologia*.
- Martins, Francielle C. (2013). *Discursos e Experiências de Sujeitos Surdos sobre Audismo, Deaf Gain e Surdismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.
- Martins, F. C., & Klein, M. (2012). Estudos da Contemporaneidade: Sobre Ouvintismo / Audismo. *Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS.
- Moreira, P.A.L. (2007). O fator linguístico na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo da criança surda. *Revista virtual de cultura surda e diversidade*, Salvador, BA.
- Moura, M. C. de; Lodi, A. C. B. & Harrison, K. M. P. (1997). História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: Lopes Filho, Otacílio de C. *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo: Roca.
- Myers, D. G. (1995). *Psicologia Social*. México: McGraw-Hill.
- Palma, N. de O. (2012). *LIBRAS: Instrumento De Inclusão Escolar Do Aluno Surdo*. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Neuropedagogia e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, do Centro Sul Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação, São Joaquim, SC.
- Pereira, M. E. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: Edusp.
- Perlin, G. T. T. (2005). Identidades surdas. In Skliar, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.

- Pinto, D. N. (2012). *Língua Brasileira De Sinais*. Rio de Janeiro: Lexikon.
- Quadros, R. M. de; Pizzio, A. L. & Rezende, P. L. F. (2009). *Língua Brasileira de Sinais I*. Licenciatura e Bacharelado em Letras-LIBRAS na Modalidade a Distância, UFCS, Florianópolis, SC. Recuperado em 29 de outubro de 2017, de <file:///C:/Users/Tutor/Downloads/Quadros%20Pizzio%20e%20Rezende.pdf>
- Ramos, C.R. & Goldfeld, M. (1992.). Vendo Vozes: Os passos dados na direção da realização de um programa para crianças surdas. *Revista GELES*, Rio de Janeiro: Babel.
- Santos, Gilmar A. Dos. (2015) *Memória surda: discurso e identidade*. Dissertação De Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Memória surda: discurso e identidade. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Silva, J. G., Campelo, L. B. B., & Novena, N. P. (2012). Desejos e afetividades que não querem calar: o grupo LGBT surdos de Pernambuco. *Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Metodológicas*, Caruaru, CE.
- Silva, W. L. B. da. (2013). Políticas Públicas de Educação, Formação de Professores e Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: As Experiências da Rede Pública Municipal de Ensino de Petrópolis/RJ. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. FE/UFF, Niterói, RJ.
- Souza, R. C. S. (2010). *Gênese da educação de surdos em Aracaju*. Sergipe: Ed. UFS.
- Skliar, C. (org.) (2013). *Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação.
- Skliar, C. B. (1998). Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: Skliar, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- Strobel, Karin. (2009a). *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. UFSC.

- Strobel, Karin. (2009b) *História da Educação de Surdos*. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância. UFSC: Florianópolis, SC.
- Tajfel, H. (1981). *Mudança Social e psicologia Social*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Talask, Anamelia Gomes. (2006) *Psicologia e surdez: a importância do conhecimento da língua brasileira de sinais (LIBRAS) pelo gestalt-terapeuta*. Dissertação de mestrado. Faculdades Integradas Maria Thereza, Niterói, RJ.
- Witkoski, S. A. (2009). Surdez E Preconceito: A Norma da Fala e o Mito da Leitura da Palavra Falada. *Revista Brasileira De Educação*. Rio De Janeiro: ANPED.
- Zampieri, M. A. (2006). *Professor Ouvinte e Aluno Surdo: Possibilidades de Relação Pedagógica na Sala de Aula com Intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. UNIMEP, Piracicaba, SP.

## – CAPÍTULO 2 –

### **ESTUDO 2: SURDEZ E PRECONCEITO: REVISANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Andressa Araújo de Araújo e Joilson Pereira da Silva

#### **Resumo**

Este estudo objetivou compreender de que modo a surdez e o preconceito vêm sendo investigados na literatura científica nacional. Para isso, realizou-se uma revisão nos periódicos, mais especificamente nas bases de dados Portal SciELO e Pepsic, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2016, sendo que um total de quinze artigos foram analisados. Os resultados e a discussão tratam da análise bibliométrica e da análise de conteúdo. Percebe-se que a maioria dos trabalhos são qualitativos. Apesar de a visão socioantropológica ter ganhado espaço, a visão clínica terapêutica ainda é presente e, por causa disso, os preconceitos, humilhações e discriminações são sentidos pelos surdos, que não preenchem o padrão de normalidade imposto pela maioria, ouvinte. Pode-se concluir que há um longo percurso a ser trilhado para familiares, profissionais e pesquisadores desenvolverem a temática e conscientizarem a população, objetivando mitigar o preconceito ainda existente.

**Palavras-Chave:** Deficiência auditiva; Preconceito; Surdez.

## **STUDY 2: DEAFNESS AND PREJUDICE: REVIEWING SCIENTIFIC PRODUCTION**

### **Abstract**

This study aimed to understand how deafness and prejudice have been investigated in Brazilian scientific literature. For this, a review was carried out in the periodicals, more specifically in the SciELO and Pepsic website databases, from January 2006 to December 2016, and a total of fifteen articles were analyzed. The results and the discussion are about bibliometric and content analysis. It is realized that the majority of the works are qualitative. Although the socio-anthropological view has gained ground, the therapeutic clinical view is still present and because of this prejudices, humiliations and discrimination are felt by the deaf, who do not meet the standard of normality imposed by the majority, the listeners. It can be concluded that there is a long way to go for family members, professionals and researchers to develop the theme and raise awareness of the population, in order to mitigate the prejudice that still exists.

**Keywords:** Hearing deficiency; Preconception; Deafness.

## **ESTUDIO 2: LA SORDERA Y PREJUICIO: REVISIÓN DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA**

### **Resumen**

Este estudio tuvo como objetivo comprender cómo la sordera y los prejuicios están siendo investigados en la literatura científica nacional. Para eso, se llevó a cabo una revisión en periódicos, más específicamente en las bases de datos SciELO portal y Pepsic, entre enero de 2006 a diciembre de 2016, ha sido analizado un total de quince artículos. Los resultados y la

discusión se ocupan del análisis bibliométrico y análisis de contenido. Se observa que la mayoría de los trabajos son cualitativos. Aunque la visión socio-antropológica ha ganado terreno, la visión medico-terapêutica todavía está presente y, debido a eso, los prejuicios, la humillación y la discriminación son experimentados por los sordos que no cumplen con los estándares normales impuestas por la mayoría oyente. Se puede concluir que hay un largo camino que debe ser recorrido para familias, profesionales e investigadores para desarrollar el tema y concientizaren la población, con el objetivo de mitigar el prejuicio que aún existen.

**Palabras clave:** Pérdida de audición; prejuicio; sordera

### Introdução

Na luta histórica dos surdos, identifica-se que eles foram, por muito tempo, não aceitos na sociedade. Na antiguidade, excluídos e rejeitados; séculos depois, inferiorizados e perseguidos pelos nazistas. Goldfeld (1997) afirma que os surdos eram percebidos com piedade e compaixão e a surdez, como castigo de deuses, sendo, por isso, enfeitiçados, abandonados e castigados. Embora algumas leis tenham sido levantadas, sobretudo quanto à inclusão social e escolar e discussões sobre as diferenças estejam em evidência, ainda hoje, os surdos sofrem preconceito por não preencherem o padrão cristalizado de normalidade.

No Brasil, os estudos sobre o preconceito apresentam uma história ainda recente: somente aparecem, a partir da década de 90 do século XX em manuais de psicologia social; enquanto que, nos Estados Unidos, o tema é discutido desde a década de 1920 (Lima, 2006). Muitos autores dedicaram-se a estudar o preconceito, entre eles citam-se: Gordon Allport, Theodor Adorno e Max Horkheimer, Hannah Arendt, Arnold Rose e Agnes Hellu. Allport (1954), um dos primeiros a pesquisar as raízes do preconceito, conceitua-o como uma atitude evitativa ou hostil contra uma pessoa, simplesmente porque ela pertence a determinado grupo. O preconceito, sob o olhar de Hannah Arendt, é percebido como ligado ao passado e, por isso,

torna-se tão forte e perigoso, impossibilitando o juízo e a experiência no presente (Peregrino, 2013).

Cada vez mais, o modelo socioantropológico de surdez, que interpreta o surdo como diferente e não deficiente vem ganhando espaço e respeito, mas, concomitantemente a isso, nota-se que o preconceito definiu e ainda define a história do surdo. A partir disso, a ideia de um estudo de revisão de literatura, denominado Estado da Arte, deu-se com o objetivo de conhecer o que já existe de produção científica sobre a temática Surdez e Preconceito, incluindo os limites, lacunas e informações que possam auxiliar futuras pesquisas. Neste contexto, foi realizado um levantamento bibliográfico dos artigos científicos, desenvolvidos sobre o tema, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2016, em nível nacional. Pretende-se, a partir dos *gaps* existentes no rol de publicações nacionais, elaborar uma agenda de estudos e desenvolver novas produções científicas.

## **Método**

### **Delineamento**

Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, denominada Estado da arte, que, na concepção de Ferreira (2002), faz referência ao que já se tem produzido e descoberto sobre o assunto pesquisado, visando à aquisição de conhecimentos sobre as lacunas e limites que possam contribuir com novos estudos científicos, considerando o que ainda precisa ser desenvolvido a respeito da temática.

Nesta pesquisa, a busca dos artigos foi realizada em conformidade com a base de dados e descritores, critérios de inclusão e exclusão e procedimentos de coletas e análise de dados, previamente delimitados nas seções seguintes:



### **Bases de dados e Descritores utilizados**

A pesquisa foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, através da busca eletrônica de artigos indexados nas bases de dados: Portal SciELO (<http://www.scielo.br/>) e PePSIC (<http://pepsic.bvsalud.org/>), a partir das palavras-chave “surdez e preconceito”, em todos os índices. Foram realizados cruzamentos com as palavras-chaves “surdez e rejeição”, “surdez e exclusão”, “surdo-mudo”, “surdez e humilhação”, “surdo e acessibilidade”, “surdez e deficiência”, sendo estas pesquisadas também em todos os índices, a fim de ampliar o alcance da pesquisa.

### **Critérios de inclusão e de exclusão**

A busca dos artigos nas bases de dados supracitadas se deu por meio dos seguintes critérios de inclusão: 1) publicações de artigos nacionais que estivessem compreendidos entre o período de janeiro do ano de 2006 a dezembro de 2016; b) artigos que abordassem o preconceito e a surdez e c) estudos em formato de artigo científico.

Os trabalhos que tratavam apenas, superficialmente, do tema preconceito e surdez, sem muito conteúdo a ser analisado; artigos repetidos, que não estavam no lapso temporal acima delimitado; e os que não eram no formato de artigos, ou seja, dissertações, teses, etc, fizeram parte do critério de exclusão e não foram considerados para a pesquisa.

### **Procedimento de coleta e análise de dados**

Inicialmente, foram identificadas treze publicações de artigos nacionais no site SciELO do Brasil e seis, no endereço eletrônico do PePSIC, totalizando dezenove estudos.

Foi realizada uma leitura minuciosa dos resumos encontrados a partir da combinação das palavras utilizadas, excluindo-se os trabalhos que não se enquadram nos critérios de inclusão, e, desta forma, quatro artigos foram excluídos, dois do SciELO e dois do PePSIC,

visto não tratarem nitidamente do preconceito e da surdez, foco do trabalho. Assim, quinze artigos nacionais constituem a amostra deste estudo, onze estudos na SciELO e quatro na PePSIC. Após esta primeira seleção realizada pela avaliação dos resumos, os estudos foram lidos na íntegra e separados os seguintes aspectos: autores, ano, base de dados, periódico de veiculação, tipo de estudo, objetivos e principais resultados.

Desta forma, foram realizados dois tipos de análise: dos aspectos bibliométricos e do conteúdo dos artigos através da Análise de Conteúdo de Minayo (1996), onde cada artigo foi incluído em apenas uma categoria de análise.

## **Resultados e discussão**

Os resultados e a discussão apresentados a seguir baseiam-se na análise e descrição das características de quinze artigos. Inicialmente, serão expostos os aspectos bibliométricos e, em seguida, a análise de conteúdo, a partir da Análise de Conteúdo de Minayo (1996) que trata da discussão de três categorias, organizadas de acordo com a similitude dos objetivos e com os principais resultados encontrados.

### **Análise bibliométrica**

Foi realizada esta análise, de acordo com as variáveis: autoria, ano, periódico de veiculação e tipo de estudo, que é mostrado na tabela:

Tabela 1. Artigos publicados sobre surdez e preconceito: Pepsic e Scielo

Base de Dados	Artigo	Autores/ Ano	Periódico de veiculação	Tipo de Estudo
Pepsic	A experiência do adolescente usuário de implante coclear.	Bevilacqua, M. C.; Yamada, M. O.; Zanardi, M. M. B. / 2009.	Psicologia em Revista, Belo Horizonte, MG.	Pesquisa qualitativa.
	Surdos e Homossexuais: A (Des) coberta de Trajetórias Silenciada	Abreu, F. S. D. de; Silva, D. N. H. Zuchiwschi, J. / 2015	Revista Trends in Psychology / Temas em Psicologia, Ribeirão Preto – SP.	Pesquisa qualitativa.
	A inclusão do aluno com perda auditiva na Rede Municipal I de Ensino da cidade de Marília	Seno, M. P. / 2009.	Rev. Psicopedagogia, Marília, SP.	Pesquisa qualitativa.
	Deficiência auditiva e mercado de trabalho: uma visão de empregadores da cidade de Uberlândia-MG	Santos, T. M.; Vieira, L. C.; Faria, C. A. / 2013.	Revista Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, SP.	Pesquisa qualitativa.
Scielo	A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: Que Dizem Alunos, Professores e Intérpretes sobre esta Experiência.	Lacerda, C. B. F. de / 2006.	Caderno do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Campinas, SP.	Pesquisa qualitativa.
	As Implicações Sociais da Deficiência Auditiva Adquirida em Adultos	Morita, I.; Francelin, M. A. S.; Motti, T. F. G. / 2010	Revista Saúde Sociedade, São Paulo.	Pesquisa qualitativa.
	Trajetória Escolar do Surdo no Ensino Superior: Condições e Possibilidades.	Cruz, J. I. G. da; Dias, T. R. da S. / 2009.	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, São Paulo.	Pesquisa qualitativa.
	Um Estudo de Possíveis Correlações entre Representações Docentes e o Ensino de Ciências e Matemática para Surdos.	Borges, F. A.; Costa, L. G. / 2010.	Ciência & Educação, Maringá, PR.	Pesquisa qualitativa.
	Discursos Sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido.	Bisol, C.; Sperb, T. M. / 2010	Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília.	Pesquisa Bibliográfica.

	Deficiência, Surdez e Ideologia no Final do Século XX e Início do Século XXI.	Mcdonnell, P. / 2016.	Educação & Realidade, Porto Alegre.	Pesquisa bibliográfica.
	Do Patológico ao Cultural na Surdez: Para além de um e de Outro ou para uma Reflexão Crítica dos Paradigmas.	Gesser, A. / 2008.	Revista: Trab. Ling. Aplic., Campinas	Pesquisa Bibliográfica.
	Quando a Lei é Surda: Um Caso Recente na História da Relação entre Psicologia e Direito.	Camargos, L.; Belo, F. / 2010.	Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília.	Estudo de Caso.
	Juízos de pessoas surdas sobre humilhação: passado e presente	Andrade, A. N. Alencar, H. M. de / 2010.	Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP.	Qualitativa
	Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada	Witkoski, S. A. / 2009.	Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro.	Pesquisa qualitativa e Relato de experiência
	Surdos e Acessibilidade: Análise de um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	Pivetta, E. M.; Saito; D. S.; Ulbricht, V. R. /2014	Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 1, p. 147-162, Jan.-Mar., 2014 Universidade Federal de Santa Catarina, SC.	Estudo de Caso

Fonte: Arquivo pessoal.

## **Autoria**

No que diz respeito à autoria, cinco trabalhos foram escritos por um autor; cinco por dois autores e outros cinco por três autores. Todos escritos por autores diferentes.

Procedeu-se um levantamento acerca da formação acadêmica dos primeiros autores de cada um dos quinze artigos considerados neste estudo. Verificou-se que oito possuíam doutorado; cinco, mestrado; um, pós-doutorado e, num dos artigos, não se encontrou a formação acadêmica do autor, que pertence à University College Dublin (UCD), Dublin – Irlanda.

Quanto às áreas de conhecimento, constatou-se a seguinte distribuição: seis da área de estudo da Psicologia (Bevilacqua, Yamada & Zanardi, 2009; Santos, Vieira & Faria, 2013; Bisol & Sperb, 2010; Andrade & Alencar, 2010; Abreu, Silva & Zuchiwschi, 2015; Camargos & Belo, 2010); quatro da área da Educação (Lacerda, 2006; Cruz & Dias, 2009; Borges & Costa, 2010; Witkoski, 2009); um da área das Ciências Sociais (Morita, Francelin & Motti, 2010); um da Fonoaudiologia (Seno, 2009) e um da área Linguística (Gesser, 2008).

## **Ano**

Já com relação ao ano em que foram publicados os trabalhos, percebe-se que a maior parte dos mesmos são datados de 2010, representando 33,3% (cinco artigos) do total de artigos; seguido do ano de 2009, com 26,6% (quatro artigos). Os anos de 2007, 2008, 2013, 2014, 2015 e 2016 são representados por um artigo cada.

## **Periódico de veiculação**

Com relação aos periódicos de veiculação, e mais especificamente, à área focal de interesse dos estudos, destaca-se a prevalência, nos estudos nacionais, de revistas ligadas à

Psicologia, num total de seis artigos (Bevilacqua et al., 2009; Abreu et al., 2015; Santos et al., 2013; Bisol & Sperb, 2010; Camargos & Belo, 2010; Andrade & Alencar, 2010) e de Educação; um de psicopedagogia (Seno, 2009); seis de Educação (Lacerda, 2006; Cruz & Dias, 2009; Borges & Costa, 2010; McDonnell, 2016; Witkoski, 2009; Pivetta, Saito & Ulbricht, 2014); um na área de saúde (Morita et al., 2010) e um na linguagem (Gesser, 2008). É importante considerar que 40% do total de artigos são da área focal de interesse da Psicologia e Educação, o que confirma o quanto ela tem ganho espaço e se interessado pelo estudo da surdez. Vale ressaltar, contudo, que o campo de possibilidades é imenso e a área da psicologia deve continuar e aprofundar suas pesquisas para potencializar as reflexões e possíveis ações futuras.

No que se refere à região geográfica de localização dos autores, a relevância aparece na região sudeste e sul, com dez e três artigos, respectivamente, o que, de acordo com Marin, Bueno e Sampaio (2005), deve-se aos estudos avançados sobre o tema, sobretudo no que concerne às duas regiões de maior desenvolvimento do país. Além disso, duas publicações são da região centro-oeste.

### **Tipos de Estudos**

Quanto aos tipos de estudos dos trabalhos analisados, foram encontrados dez relatos de pesquisa empírica, natureza qualitativa, o que representa 80% do total de trabalhos. Um deles, entretanto, apresenta também um relato de experiência, por ser a autora surda e contar sua experiência. Dois são estudo de caso. Do total, três artigos são revisão de literatura, ou seja, 20%.

O fato de serem, em sua maioria, pesquisas qualitativas, permite dizer que, a princípio, os pesquisadores dos estudos nacionais tiveram uma preocupação com a análise do mundo empírico em seu ambiente natural, valorizando o contato direto e prolongado do pesquisador

com o ambiente e com a situação que está sendo estudada, para uma maior compreensão do fenômeno e aproximação com a realidade. Pode-se, porém, considerar uma lacuna no que se refere à investigação desta temática, sob um viés quantitativo, ou quantitativo-qualitativo.

### **Apresentação das Categorias**

A análise de conteúdo permitiu a identificação de três categorias: *A influência do modelo clínico terapêutico e socioantropológico e sua relação com o preconceito*, que trata dos modelos teóricos envolvidos na compreensão da surdez e como alguns estão atrelados ao fenômeno do preconceito; a segunda tem como título *Visualizações e manifestações de preconceitos contra os surdos*, abordando diversos âmbitos ou situações em que estes ocorrem, e a última categoria, denominada *Inclusão e Surdez*, apresenta o que os estudos discutem sobre a questão do preconceito na educação dos surdos e do mercado de trabalho. Estas foram assim classificadas levando-se em consideração os objetivos do presente estudo.

#### **1. A influência do modelo clínico terapêutico e socioantropológico e sua relação com o preconceito**

Esta categoria apresenta os modelos teóricos envolvidos na compreensão da surdez. Percebe-se que ainda existem resquícios do modelo clínico terapêutico e estes podem ser interpretados como explicação para a origem de muitas ações de preconceito e discriminação contra os surdos. Fazem parte deste grupo três artigos, de Gesser (2008), McDonnell (2016) e de Bisol e Sperb (2010), o que representam 20% do total de trabalhos aqui analisados.

Para entender as concepções que permeiam a surdez, é necessário resgatar os dois modelos existentes: o clínico terapêutico e o socioantropológico. O primeiro, como o próprio nome sugere, refere-se à patologia, ao *déficit* biológico, focaliza a perda auditiva e percebe o surdo como deficiente (Skliar, 2000). Nele, o oralismo é reconhecido como o padrão da

normalidade. Esta foi uma concepção muito praticada, especialmente até o século XX, quando começou a ser questionada. Porém, mesmo assim, pode-se afirmar que, atualmente, ainda é comum este pensamento.

A partir da década de 1980, por sua vez, ganha força o modelo socioantropológico. Corresponde a uma nova visão sobre a surdez, de respeito à diferença, contrária à concepção de deficiência, imposta pelo modelo clínico (Dalcin, 2009). Percebe a surdez como pertencente a interações normais, na qual a língua de sinais é respeitada e vista como fundamental para o desenvolvimento linguístico e cognitivo do surdo.

O artigo de Gesser (2008) teve como foco discutir estes dois modelos teóricos, utilizando, porém dos termos patológico e cultural, respectivamente, para discutir estes dois paradigmas ideológicos na educação dos surdos. Para isso, inicialmente, ele apresenta conceitos como deficiente-auditivo, surdo-mudo e mudo, visto serem ainda termos muito utilizados. O autor esclarece as conotações negativas que os nomes sugerem e explica o quanto estão ligados à ideologia dominante ouvinte e aos estereótipos e aos imaginários sociais que constituem o poder e o saber clínico.

Em face da realidade, Gesser (2008) traz a importância de se distanciar dos preconceitos cristalizados e dos discursos dominantes, de se basear não apenas na Educação Especial, contudo, mais especificamente na Educação para Surdos, e passar a nomeá-los de surdos, e não mais, deficientes auditivos.

McDonnell (2016), em seu artigo “Deficiência, Surdez e Ideologia no Final do Século XX e Início do Século XXI”, traça esta discussão do clínico terapêutico e socioantropológico, referindo-se à ideologia de normalização e social, respectivamente. O autor explica em seu estudo que existe, basicamente, uma relação de dominação de um lado, e de outro, a existência de um modelo social de deficiência e um modelo sociocultural de surdez, baseado em ideias de justiça social e de direitos civis.



Assim, o autor McDonnell (2016) conclui que esta última ideologia, a social, marcou mudanças de paradigmas importantes na sociedade ocidental, pois um novo pensamento surgiu em relação à deficiência e à surdez, sendo responsáveis por leis antidiscriminação, além da introdução de reformas estruturais, visando à criação de sociedades mais inclusivas.

Corroborando com este pensamento, Bisol e Sperb (2010), em seu artigo que também discutiu as diferentes abordagens teóricas que orientam o estudo da surdez, trazem os discursos clínico-terapêutico e socioantropológico tradicionais, ressaltando que o último gerou não apenas teorias e pesquisas, mas base para diferentes abordagens terapêuticas, de reabilitação e de educação dos surdos, e para o modo como a surdez passa a ser vista em sociedade.

Visualiza-se que as abordagens teóricas, clínicas terapêuticas e socioantropológica são ainda consideradas atuais e relevantes. Não obstante, percebe-se que outras maneiras de compreender e pensar a surdez são exploradas pelos pesquisadores. O autor apresenta, então, que contribuições da psicanálise e das teorias da narrativa amplificam a compreensão do sujeito surdo (Bisol & Sperb, 2010).

Mesmo utilizando terminologias diferentes, os três artigos referem-se aos modelos teóricos clínicos terapêuticos e socioantropológico: o de Gesser (2008), como paradigma patológico e cultural, respectivamente; de McDonnell (2016), como ideologia de normalização e social; e, por fim, Bisol e Sperb (2010) consideram o modelo clínico terapêutico e socioantropológicos tradicionais e complementam as contribuições já existentes da psicanálise e das teorias das narrativas.

Apesar de a visão socioantropológica ter conquistado espaço, os resultados dos trabalhos desta categoria mostram como ainda ocorrem resquícios da visão clínica terapêutica, e por causa disso, os preconceitos, humilhações e discriminações em relação aos surdos, por

não preencherem o padrão de normalidade que a sociedade, em sua maioria, por ser ouvinte, impõe.

## **2. Visualizações e manifestações de preconceitos contra os surdos**

Esta categoria compreende seis produções, que correspondem a 40% do total de artigos, em que se visualiza o fenômeno do preconceito contra o surdo, em diversos âmbitos ou situações. Nestes estudos, observou-se que o preconceito ainda é muito comum no que diz respeito à surdez e a tudo que a envolve, sendo uma realidade na vida dos surdos. Percebem-se exemplos de preconceitos no cotidiano deles, de forma geral, e de humilhações, em situações específicas, como as implicações da surdez adquirida em adultos; em adolescentes com implante coclear; o duplo preconceito, vivenciado por surdos e homossexuais; e, por fim, a história real de um surdo que foi interpretado como sendo louco.

O preconceito é um “conceito, opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos” (Cunha, 2007, p. 629). Aranson, Wilson e Akert (2002) complementam que as pessoas constroem interpretações do mundo, a partir do que consideram certo; e, daí, impõe sobre as outras uma série de comportamentos, na forma de inclusão ou exclusão e, no caso desta última, os comportamentos podem ser manifestados por preconceito, discriminação e estereótipos.

O artigo de Witkoski (2009) teve como objetivo, considerando os preconceitos que envolvem o ser surdo, discutir as práticas oralistas muitas vezes impostas. Desta forma, o estudo traz, através do resgate de vivências de surdos e da própria vivência da autora, surda, exemplos de formas de preconceito nas diversas esferas pessoais: trabalho, escola e sociedade.

O preconceito sentido na família do surdo é abordado no estudo de Witkoski (2009), especialmente na aceitação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de

comunicação com seus filhos surdos e na resistência para aprenderem-na. Já no âmbito escolar, a autora retrata que, apesar de ter direito a estar incluído em uma sala de aula regular, o surdo percebe dificuldades nesta, pois esbarra na linguagem diferente e isso acaba por excluí-lo.

Andrade e Alencar (2010), no artigo “Juízos de pessoas surdas sobre humilhação: passado e presente”, trata da humilhação sobre o surdo e teve como objetivo comparar os juízos morais de pessoas surdas sobre a reação a uma humilhação, vivenciada no passado, e sobre a reação hipotética a uma humilhação similar no presente.

Como resultado, no artigo de Andrade e Alencar (2010), a diferença temporal influenciou os juízos dos participantes: as reações ligadas ao passado significam “ausência ou rompimentos de vínculos em relação ao agressor” e “defesa da integridade física”, quanto ao presente, trata-se de “ausência ou rompimento de vínculo”, “solução de conflito” (p. 08).

A perspectiva do ouvintismo, em voga durante tanto tempo, ainda é presente e suas medidas provocaram constantes humilhações e constrangimentos aos surdos desde sua infância, uma vez que sua identidade surda não foi concebida, reconhecendo-se a surdez não como uma diferença e sim, como anormalidade, baseando-se na concepção clínico-terapêutica, de que isso precisaria ser corrigido através da oralização (Andrade & Alencar, 2010).

Ainda sobre o preconceito e os discursos baseados na norma, Abreu et al. (2015), em seu artigo “Surdos e Homossexuais: A (Des)coberta de trajetórias silenciadas”, abordam o enfrentamento do duplo preconceito: ser surdo e homossexual. O artigo apresentou como objetivo investigar as narrativas de sujeitos surdos sobre as suas primeiras experiências homossexuais e o enfrentamento do duplo preconceito.

Na visão dos autores, a heterossexualidade ainda é vista como a descrição da norma, sendo institucionalizada, e a homossexualidade foi assumida como um discurso médico-

moral. Existe uma dualidade opositora entre os dois, distinguindo o anormal e o normal (hierarquizado), bem como uma valorização de um sobre o outro. Assim, também, acontece com a surdez como deficiência ou diferença. Por esta razão, o surdo e o homossexual sofrem duplo preconceito, por estarem, duas vezes, indo “contra” o padrão cristalizado de normalidade imposto pela sociedade. Os sujeitos da pesquisa negam, inclusive, a condição de homossexual para a sociedade, como forma de proteção ao duplo preconceito.

Bevilacqua et al. (2009), através do artigo intitulado “A experiência do adolescente usuário do implante coclear”, entrevistou quatro adolescentes do sexo feminino com IC (Implante Coclear), objetivando compreender a vida destes adolescentes com IC e como vivem diversos contextos: escola, família, namoro; enfim, questões que permeiam o fenômeno adolecer.

Os resultados obtidos demonstram que o contexto escolar era marcado por dificuldades, especialmente no que se referem à língua portuguesa. Com relação ao namoro, ou ao “ficar”, percebe-se sentimentos de vergonha, inferioridade e preconceito e estereótipo. Já com relação à amizade, os participantes comentaram que o IC favoreceu a comunicação e o relacionamento interpessoal, mas a exclusão e rejeição também fazem parte da realidade vivida por elas, assim como o estigma da deficiência.

Morita et al. (2010), no artigo que objetivou analisar as implicações da surdez, adquirida em adultos, na vida familiar, social e no trabalho, perceberam que a vergonha e discriminação fazem-se muito presentes na vida dos sujeitos, resultando na exclusão social, na dificuldade de adaptação, no isolamento e na frustração e até na depressão.

É importante salientar que existe uma Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, implantada a partir de 2004, que ampara o deficiente, mas nem sempre é assimilada pela sociedade e pela própria pessoa com deficiência. São necessários recursos para a reabilitação

e à divulgação de conhecimentos, que garantam ultrapassar os, até então, desafios de uma sociedade ouvinte-majoritária (Morita et al., 2010).

No artigo “Quando a Lei é Surda: Um Caso Recente na História da Relação entre Psicologia e Direito”, Camargos e Belo (2010) analisaram o caso de José, um surdo que foi tomado como louco. O surdo cometeu uma tentativa de homicídio e foi considerado louco, recebendo uma medida de segurança para internação, o que revela a periculosidade em torno da ideia de loucura e o preconceito que estigmatiza a deficiência, além da falta de acessibilidade. A lei, inicialmente, revelou-se surda, visto que não tinha recursos e pessoas que pudessem compreender a sua língua. O Tribunal de Justiça, posteriormente, conseguiu um programa auxiliar e José teve seus direitos de defesa e de se expressar reconhecidos, não com o objetivo de isentar-se de sua responsabilidade, porém de ser tratado com um sujeito de direito e deveres. Este fato demonstra o desconhecimento da sociedade, a estigmatização existente e a falta de acessibilidade, imposta ao surdo, nos diversos âmbitos.

Face ao exposto, verifica-se que os estudos compilados nesta categoria revelaram que, apesar das leis e dos progressos já existentes, os estudos comprovam o quanto os surdos ainda sofrem humilhação, discriminação, exclusão e preconceito.

### **3. Inclusão e Surdez**

Esta categoria compreende seis artigos, ou 40% do total de artigos, onde cinco têm como propósito investigar a inclusão escolar, e um artigo, a inclusão e acessibilidade do surdo no mercado de trabalho.

Cinco artigos, mais especificamente, dos autores Seno (2009), Borges e Costa (2010), Pivetta et al. (2014), Lacerda (2006) e, Cruz e Dias (2009), trazem a realidade do processo educativo com a proposta da inclusão, demonstrando as suas dificuldades, sobretudo de diferença de linguagem/comunicação, o que acaba culminando em uma forma de preconceito.

Antes de apresentar os achados, é importante ressaltar que a prática social da inclusão no Brasil iniciou-se na década de 1980. Entretanto, o processo da inclusão deu-se, somente, em 1990, com um modelo de educação, denominado Inclusão Escolar (Minghetti & Kanan, 2010), o qual tem como proposta que todos os alunos sejam aceitos e recebam uma educação de qualidade.

Atualmente, nota-se que a inclusão escolar se constitui em um dos temas mais debatidos no contexto educacional. Vários fatores impulsionam este fato como, por exemplo, o caráter excludente da sociedade contemporânea, a situação da escolarização no país e as políticas educacionais em relação à inclusão escolar das pessoas com necessidades educativas especiais. Porém, na prática, a inclusão acontece? Existe discriminação ou preconceito?

É basicamente sobre isto que os artigos escolhidos para esta categoria tratam.

No seu artigo, Seno (2009), ao entrevistar 34 professores da Rede Municipal de Ensino do Município de Marília que lecionam para alunos com perda auditiva, percebeu que a maioria dos participantes demonstrou preocupação em atuar com o aluno surdo, sobretudo, por causa da falta de conhecimento específico para se lidar com ele. O despreparo do professor, confirmado neste estudo, é um dos fatores mais relevantes na inclusão.

Nesta visão, Borges e Costa (2010) investiga as representações docentes acerca dos temas relacionados ao universo do ensino de surdos e observou também que os educadores não têm uma formação que contemple o preparo para atuar com a Educação Especial. No caso particular do surdo, a comunicação, ou sua falta, acaba acarretando prejuízo de ensino e aprendizado para os surdos. Os autores esclarecem que, mesmo contando com a presença de um intérprete com conhecimento amplo de LIBRAS, este nem sempre tem entendimento do conteúdo e acaba passando o que entendeu, transmitindo, muitas vezes, informações divergentes do professor.

O trabalho de Lacerda (2006), por sua vez, focaliza uma experiência de inclusão de aluno surdo da quinta série do ensino fundamental de uma escola da rede privada. Os participantes do estudo foram dois alunos ouvintes, uma criança surda, dois professores e dois intérpretes e os resultados indicam problemas no espaço escolar, como: desconhecimento da surdez e suas implicações no que se referem à educação, dificuldades com adaptações curriculares e estratégias de aula, dificuldade na interação professor/intérprete, a incerteza de seus papéis em sala de aula e a exclusão do aluno surdo nas atividades. A inclusão no ensino fundamental, objeto do estudo, é muito restritiva para o aluno surdo, oferecendo pouca oportunidade de desenvolvimento em seus diversos aspectos: sociais, afetivos, de identidade, linguístico, visto que não partilham de uma língua comum (Lacerda, 2006).

Já o estudo de Cruz e Dias (2009) objetivou conhecer as condições dos surdos que frequentam o ensino superior. Os resultados apontam que as condições dos surdos no ensino superior são de dificuldades, de impedimentos, de abandono e de rejeição. Os surdos têm dificuldade de aprendizagem e, muitas vezes, fazem trabalhos extraclasse para recuperar suas notas. A grande dificuldade enfrentada é o não compartilhamento de uma língua comum, e, em muitos casos, a falta de ajuda de um intérprete de LIBRAS, o que não permite seu avanço no ambiente de aprendizado.

Na realidade, percebe-se que o ideal da inclusão não é tão simples quanto parece e a principal problemática que envolve a questão da inclusão é a comunicação divergente e a falta de preparo da escola para receber estes alunos; e dos professores, para adaptar seus currículos, suas aulas e garantir um processo de aprendizado.

Conforme afirma Borges e Costa (2010), “o sistema escolar parece ser incapaz de lidar com a deficiência, haja vista que suas deficiências se revelam maiores que as dos deficientes” (p. 582). Desta forma, como se percebe na realidade do surdo, as políticas de inclusão, muitas

vezes, acabam trazendo efeito contrário: maior isolamento e menores possibilidades educativas.

Neste sentido, sabe-se que a tecnologia é considerada uma das formas encontradas para garantir a inclusão e acessibilidade da maioria das pessoas, permitindo a inserção, em um mesmo espaço, de todos os autores sociais possíveis, eliminando barreiras de espaço físico, apresentando conteúdos e informações de diversas formas. Buscou-se verificar, no artigo de Pivetta et al. (2014), se o ambiente *Moodle* possui acessibilidade para pessoas surdas. A pesquisa foi realizada através de dois tipos de avaliação: avaliação automática e avaliação subjetiva por usuários, sendo que, posteriormente, os resultados foram confrontados.

Como resultados do estudo acima, percebeu-se que a tecnologia facilita, mas existem algumas possibilidades de melhoria: aliar o uso de recursos visuais aos conteúdos apresentados em português, bem como valorizar o uso da língua de sinais e suas variantes (como o *SignWriting*) para maior compreensão do ambiente. O autor esclarece que é fundamental que os surdos participem dos conteúdos dos cursos, no que se referem às ferramentas pedagógicas, que devem ser tratadas com características da língua de sinais (Pivetta et al., 2014).

Notou-se que o campo inclusivo é amplo e merece atenção, pois envolve grandes discussões e controvérsias. Muita coisa pode e deve ser feita em prol das pessoas com necessidades especiais e da sua educação, buscando sempre a inclusão escolar e não somente a integração. A efetividade da inclusão escolar ainda se apresenta como um grande desafio e necessidade.

A discussão sobre a inclusão no mercado de trabalho foi vista no artigo de Santos et al. (2013), que objetivou investigar a percepção de empregadores referente à contratação e à inclusão social dos funcionários com surdez. Percebeu-se que a motivação dos funcionários de recursos humanos para contratação das pessoas com deficiência auditiva se deu, pela



maioria dos entrevistados, por tentativa de cumprir a determinação do Ministério Público do Trabalho e dois dos entrevistados responderam que, para promover a inclusão social.

Mesmo existindo o Decreto 3.298/1999, que obriga as empresas com cem ou mais empregados preencherem de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social, reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência, nota-se que a inserção do surdo no mercado de trabalho pode ainda ser considerada um privilégio para poucos. Algumas empresas, por sua vez, só contratam para cumprir a lei, utilizando os surdos para garantir a percentagem legal de indivíduos a serem contratados, não se preocupando com as reais necessidades e com a inclusão e acessibilidade. Geralmente, nestas empresas, o surdo assume cargos considerados de baixo prestígio, com jornadas de trabalho extensas e com baixos salários.

Santos et al. (2013) considera que a inserção ou integração dos surdos nas empresas é um processo unilateral, existindo esforços para se atender a lei vigente, esquecendo-se da necessidade de modificação da dinâmica da empresa, sobretudo das soluções para equacionar os problemas relacionados à comunicação. Desta forma, os surdos passam a sofrer com o isolamento, privando-se de compreender o que se passa naquele ambiente. É necessária a contratação de interpretes nas empresas ou de cursos de capacitação em LIBRAS para os funcionários, de forma que diminuam a distância entre surdos e os ouvintes e permitam a compreensão e comunicação.

Na análise do artigo de Santos et al. (2013), correlacionada com as fundamentações teóricas sobre o assunto, compreende-se que as maiores dificuldades do surdo no mercado de trabalho são a inserção e permanência destes profissionais, uma vez que muitas contratações dos surdos se limitam a cumprir a lei, não se atentando nas suas reais necessidades de adaptação e formação profissional. Na prática, o surdo precisa se adaptar ao ambiente de trabalho e não o inverso. Percebe-se, ainda, a falta de respeito às diferenças e a descrença em

suas capacidades cognitivas e profissionais, o que configura o ainda preconceito contra os surdos.

### **Considerações Finais**

O presente estudo, denominado estudo bibliográfico, ou Estado da arte, objetivou compreender de que modo a surdez e o preconceito vêm sendo investigados na literatura nacional, nos últimos 10 anos, para visualizar as tendências e lacunas sobre o tema.

Com esse propósito, realizou-se tanto uma análise bibliométrica, quanto uma análise de conteúdo, evidenciando que os estudos são, em sua maioria, qualitativos, representando 80% do total de trabalhos, seguidos de trabalhos teóricos, com 20%. Esta tendência indica que o fenômeno urge em ser mais explorado, principalmente através de metodologias quantitativas ou qualitativas e quantitativas.

Observou-se que as produções que se tem hoje sobre surdez e preconceito, em âmbito nacional, dizem respeito à apresentação e à discussão da influência do modelo clínico terapêutico e socioantropológico e sua relação com o preconceito, ou ainda a explanação dos preconceitos vivenciados, de forma geral, pelo surdo, ou, de maneira específica, ao considerar adolescentes com o uso do Implante Coclear, ou a surdez adquirida na fase adulta e suas implicações, por exemplo. Visualizaram-se também alguns estudos sobre a inclusão escolar e um sobre a acessibilidade e inclusão (ou falta de) no mercado de trabalho.

Quanto aos conteúdos destes últimos estudos sobre a inclusão, destacados acima, já existe uma produção que foca, didaticamente, o tema e os preconceitos são o reflexo da não inclusão, ou da integração, ou mesmo, da exclusão causada pela falta de acessibilidade e de instrumentos que satisfaçam as necessidades do surdo na educação e no mercado de trabalho.

Apesar de a visão socioantropológica ter conquistado espaço, clínica terapêutica ainda se apresenta. Conclui-se que: a) no âmbito educacional, além de se oferecer o atendimento

educacional especializado, que permita um ensino de qualidade (através do conhecimento também da Língua de Sinais) e a participação de um interprete, é importante que os profissionais e alunos envolvidos no âmbito escolar, de forma geral, tenham conhecimento sobre a surdez, quanto às diversas identidades surdas e à LIBRAS. Hoje os surdos são tratados no ambiente escolar ainda como deficientes. Por isso, torna-se imprescindível que suas diferenças sejam aceitas e compreendidas, para que os preconceitos sejam diminuídos; b) no mercado de trabalho, ainda não se encontra acessibilidade para as pessoas surdas, contratando, basicamente, dada a determinação legal; c) no ambiente familiar, é relevante que pesquisas continuem a ser feitas, para que se aumente a consciência dos pais e os ajudem a lidar com o impacto da notícia da surdez, pelas diversas adaptações que este fato exige. Os pais precisam ter em mente a necessidade de contar com as redes de apoio e estimular estratégias de enfrentamento das dificuldades e preconceitos vivenciados.

Diante deste cenário, cabe indagar quais reflexões, posicionamentos e ações a Psicologia pode (ou deve) assumir. Uma das sugestões é pensar o desenvolvimento de uma política de saúde mental e social para os surdos e familiares, a fim de se encontrar estratégias de enfrentamento ou de escuta, visando a mitigar o impacto negativo dos sentimentos envolvidos nas ações sofridas de discriminação e humilhação.

Apesar de já existir um interesse pela temática, ao se considerar sua importância, pode-se afirmar que ainda se encontra pouco documentada no Brasil, tendo sido encontrado um total de 15 artigos empíricos sobre o tema, pesquisados em duas bases de dados. Com o propósito do surgimento de um cenário mais amplo de produções, como sugestão, para futuros levantamentos, enfatiza-se a realização de estudos, considerando-se novas estratégias de busca, como focar em teses e dissertações. Julga-se necessária uma agenda de estudo, que venha a suprimir as lacunas observadas, ampliar e aprofundar questões mais específicas sobre a surdez e o preconceito, como as implicações na educação dos surdos, o modo como a

família percebe o surdo, a escuta do surdo sobre as questões de preconceito e uma análise quanto ao auto-preconceito.

### Referências

- Abreu, F. S. D., Silva, D. N. H., & Zuchiwschi, J. (2015). Surdos e homossexuais: a (des)coberta de trajetórias silenciadas. *Revista Psicologia: teoria e prática* [online]. Vol. 23, no. 3.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Andrade, A. N., & Alencar, H. M. de. (2010). Juízos de pessoas surdas sobre humilhação: passado e presente. *Psicol. Esc. Educ.* [online]. Vol.14 no. 2, Campinas. Recuperado em 03 de fevereiro de 2017, de <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141385572010000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572010000200009)>.
- Aranson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2002). Preconceito: Causas e curas. In: *Psicologia Social*. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Bevilacqua, M. C., Yamada, M. O., & Zanardi, M. M. B. (2009). A experiência do adolescente usuário de implante coclear. *Psicologia em Revista* [online]. Vol. 15, no. 1, p. 69-89, Belo Horizonte. Recuperado em 14 de fevereiro de 2017, de <<http://PePSIC.bvsalud.org/pdf/per/v15n1/v15n1a05.pdf>>.
- Bisol, C., & Sperb, T. M. (2010). Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* [online]. Jan-Mar 2010, Vol. 26 no. 1, Brasília. Recuperado em 05 de fevereiro, de <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a02v26n1.pdf>>.
- Borges, F. A., & Costa, L. G. (2010). Um Estudo De Possíveis Correlações Entre Representações Docentes e o ensino de Ciências e Matemática para surdos. *Revista Ciência & Educação* [online]. Vol.16, no. 3, p. 567-583.

- Camargos, L, & Belo, F. (2010). Quando a Lei é Surda: Um Caso Recente na História da Relação entre Psicologia e Direito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. V. 26 n. 2, p. 387-392.
- Costa, A. B.; Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: Koller. S. H. (Org.) *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso.
- Cruz, J. I. G. da, & Dias, T. R. da S. (2009). Trajetória Escolar do Surdo no Ensino Superior: Condições e Possibilidades. *Rev. Bras. Ed. Esp.* [online]. Vol. 15, n.1, p. 65-80, Marília. Recuperado em 12 de fevereiro de 2017, de <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n1/06.pdf>>.
- Cunha, A. G. (2007). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon.
- Dalcin, G. (2009). *Psicologia da Educação de Surdos*. Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS na Modalidade a Distância. UFSC. Florianópolis, SC.
- Gesser, A. (2008). Do Patológico ao Cultural na Surdez: Para além de um e de outro *ou* para uma Reflexão Crítica dos Paradigmas. *Trab. Ling. Aplic.*, [online]. 47(1): 223-239, Campinas. Recuperado em 18 de fevereiro de 2017, de <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010318132008000100013&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010318132008000100013&script=sci_abstract&lng=pt)>.
- Goldfeld, M. (1997). *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-internacionalista*. São Paulo: Plexus.
- Lacerda, C. B. F. de. (2006) A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que dizem Alunos, Professores e Intérpretes. *Cad. Cedes* [online]. Campinas, vol. 26, no. 69, p. 163-184, Campinas, S. P. Recuperado em 20 de fevereiro de 2017, de <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669>>.
- Lima, P.A. (2006). *Educação inclusiva e igualdade social*. São Paulo: Avercamp.

- Marin, A. J., Bueno, J. G. S., & Sampaio, M. M. F. (2005). Escola como objeto de estudo nos trabalhos acadêmicos brasileiros: 1981/1998. *Anais Cadernos de Pesquisa*. Vol. 35, no. 124, p. 171-199, jan. São Paulo.
- McDonnell, Patrick. (2016). Deficiência, Surdez e Ideologia no Final do Século XX e Início do Século XXI *Educação & Realidade* [online]. Vol. 41, no. 3, p. 777-788, jul. /Set. Porto Alegre. Recuperado em 09 de fevereiro de 2017, de <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217562362016000300777&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362016000300777&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>.
- Minghetti L. R.; Kanan L. (2010). A. Atuação do Psicólogo no contexto da inclusão escolar de crianças com necessidades especiais. *Visão Global*, v. 13, n. 2, p. 419-440, jan./jun. Joaçaba, SC.
- Morita, I., Francelin, M. A. S., & Motti, T. F. G. (2010). As Implicações Sociais da Deficiência Auditiva Adquirida em Adultos. *Saúde Soc.* [online]. V. 19, n.1, p. 180-192.
- Peregrino, G. (2013). Por Um Olhar Arendtiano ao Preconceito Contra Surdos. *VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*. PUC, Londrina – PR.
- Pivetta, E. M., Saito; D. S., & Ulbricht, V. R. (2014). Surdos e acessibilidade: análise de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação Especial*. [online]. Vol. 20, no. 1. P 147-162. Recuperado em 17 de fevereiro de 2017, de <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141365382014000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382014000100011)>.
- Santos, T. M., Vieira, L. C., & Faria, C. A. (2013). Deficiência auditiva e mercado de trabalho: uma visão de empregadores da cidade de Uberlândia-MG. *Revista Psicologia: teoria e prática*. Vol. 15, no 2.
- Seno, Marília Piazzzi. (2009). A inclusão do aluno com perda auditiva na Rede Municipal de Ensino da cidade de Marília. *Revista Psicopedagogia* [online]. 26(81): 376-87. São Paulo. Recuperado em 03 de julho de 2017, de

<[http://PePSIC.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01038486200900030000](http://PePSIC.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01038486200900030000)

5. >.

Skliar, C. B. (2000). *A formação de professores (surdos e ouvintes) desde a perspectiva da diferença*. Rio de Janeiro: UERJ.

Witkoski, S. A. (2009). Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. *Revista Brasileira de Educação*. Vol.14, no. 42 set./dez.

### - CAPÍTULO 3 -

#### **ESTUDO 3: SURDEZ E PRECONCEITO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS UNIVERSITÁRIOS SURDOS**

Andressa Araújo de Araújo e Joilson Pereira da Silva

##### **Resumo**

Diante da necessidade de aprofundar o debate a respeito dos estudos sobre a surdez e o preconceito, no ambiente escolar, objetivou-se compreender a experiência do preconceito vivenciado pelos surdos universitários durante sua trajetória escolar na proposta inclusiva. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, através de um grupo focal. A análise foi realizada através do método de análise de conteúdo proposta por Bardin. Percebe-se como resultados, a condição imposta aos surdos em sua trajetória escolar, sendo obrigados, muitas vezes, a oralizar em sala de aula, além de ser considerável a ausência de intérpretes, o *bullying* sofrido pelos mesmos, as violências verbais, discriminações e exclusões. Podem-se intuir os preconceitos que ocorrem, de forma geral, pelo não conhecimento da língua de sinais e da identidade/comunidade surda, pelos ouvintes, e pelo sistema escolar com proposta inclusiva.

**Palavras-Chave:** Educação; Preconceito; Surdez.



### **STUDY 3: DEAFNESS AND PREJUDICE IN THE SCHOOL CONTEXT: AN ANALYSIS FROM DEAF UNIVERSITY**

#### **Abstract**

In view of the need to deepen the debate about deafness and prejudice in the school environment studies, the objective was to understand prejudice experienced by the deaf university students during their school career. For that, a qualitative research was carried out through a focus group. The analysis was performed using the content analysis method proposed by Bardin. As a result, the condition imposed on the deaf in their school career is perceived, and they are often being forced to speak oral language in the classroom, besides the lack of interpreters, the bullying suffered by them, verbal violence, discrimination and exclusions. Can be intuited that prejudices occur, in general, by the lack of knowledge of sign language and deaf identity/community, by the listeners, and by the school system with an inclusive proposal.

**Keywords:** Education; Preconception; Deafness.

#### **Introdução**

Pode-se afirmar que os seres humanos são diferentes em suas características, e ao mesmo tempo, apresentam semelhanças e afinidades. A sociedade acaba por demarcar e difundir o padrão cristalizado de normalidade e, os que não se adequam a este, são alvos de preconceito, o que acaba por delimitar o pertencimento dos indivíduos a determinados grupos e os estigmatizar, muitas vezes, excluindo outros.

Muitos autores dedicaram-se a estudar o preconceito, a exemplo de Gordon Allport, Theodor Adorno e Max Horkheimer, Hannah Arendt, Arnold Rose e Agnes Hellu. Allport (1954), um dos primeiros a pesquisar as raízes do preconceito, conceitua-o como uma atitude

evitativa ou hostil contra uma pessoa, simplesmente porque ela pertence a determinado grupo. Segundo Cunha (2007, p. 629), o preconceito é um “conceito, opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos”.

Aranson, Wilson e Akert (2002) complementam que as pessoas constroem interpretações do mundo, a partir do que consideram certo; e, daí, impõem sobre as outras uma série de comportamentos, na forma de inclusão ou exclusão e, no caso desta última, os comportamentos podem ser manifestados por preconceito, discriminação e estereótipos. Segundo Monteiro, Villela e Soares (2014), “o preconceito e a discriminação fazem parte de um processo social de produção de desigualdades que articula diferentes marcadores sociais (classe social, gênero, sexualidade, raça/etnia) e opera por meio da naturalização dos atos de discriminar e de ser discriminado (p. 421) ”.

Viana (2013) esclarece que a naturalização é “um processo de pensamento, que age sobre uma realidade concreta, real, existente, invertendo ela, transformando-a, no plano das ideias, de algo constituído social e historicamente em algo natural” (p. 74). Na realidade dos surdos, eles enfrentam, na sociedade, uma série de preconceitos, pelas tradicionais dicotomias, especialmente de normalidade/anormalidade; linguagem oral/linguagem de sinais; deficiente/diferente; cultura ouvinte/cultura surda, que representam hierarquia, ao conferir aos termos o valor de padrão de normalidade. (Silva, 2009).

Skliar (1998) esclarece, ao se considerar os termos binários, como os acima descritos, o surdo será sempre visualizado como o oposto do ouvinte, com uma conotação negativa, não sendo aceito como um sujeito com uma diferença específica. Isso acaba criando uma série de dificuldades e de exclusões. Na perspectiva do preconceito contra o surdo, surgem denominações específicas, a conhecer: audismo, surdofobia e ouvintismo.

Silva, Campelo e Novena (2012) esclarecem que o audismo é o preconceito sobre o sujeito surdo, enxergando-o como sujeito incapaz. Martins (2013) ratifica este pensamento

quando considera que o audismo traduz as marcas históricas da falta de comunicação e da falta de convívio na sociedade, como uma barreira, uma vez que os surdos convivem como se fossem rotulados por coisas negativas.

No audismo, pode-se perceber que existe a presença da naturalização, ao analisar o surdo com base na marca histórica da incapacidade de comunicação e da impossibilidade de convívio em sociedade e de hierarquização, uma vez que os que ouvem são considerados melhores do que os que assim não podem fazê-lo

Sob este pejorativo do audismo, pode-se provocar algo mais incisivo no plano das discriminações e desigualdades sociais: a surdofobia. Ela pode ser conceituada como “um tipo de exclusão ou aversão ao sujeito surdo, atribuindo ao mesmo o espaço dos *outsiders*, o espaço do gueto” (Silva, Campelo & Novena, 2012, p. 4).

É válido esclarecer que estes dois termos, audismo e surdofobia, embora tenham conceitos que se cruzam e que o primeiro tem a possibilidade de levar ao segundo, no geral, eles são conceitos distintos (Silva, Campelo & Novena, 2012). Santos (2013) exemplifica para se diferenciar audismo e surdofobia, considerando o sistema escolar: a falta de preparo para receber o surdo, pode resultar em um tratamento ora privilegiado, colocando-o no lugar de coitado (audismo), ora evitando inseri-lo nas atividades escolares, alegando que eles não vão acompanhar (surdofobia).

A respeito disto, Mourão e Miranda (2008) afirmam que a naturalização da diferença, que permeia a educação de pessoas surdas, constitui-se em um dos maiores problemas no cenário da educação, por permitir as situações de exclusão sobre os demais alunos. É visível o controle mantido por meio das relações de poder “entre as pessoas consideradas “normais” pelo imaginário popular, em detrimento daquelas que são vistas a partir da sua “anormalidade”, do ponto de vista da cultura dominante” (Mourão & Miranda, 2008, p. 46).

Dentro das escolas, percebe-se que a preeminência dos ouvintes frente aos surdos, resulta, conforme esclarece Skliar (2000), de uma política, determinada historicamente, de naturalização pedagógica e de imposição de uma normativa ouvinte na educação dos surdos.

Sob o olhar e sensibilidade de Fernandes (2003),

o lugar onde a grande maioria dos professores tece suas narrativas é o lugar da clínica, da identidade essencializada e naturalizada, da concepção de linguagem una e homogênea e da pedagogia terapêutica que, em conjunto, delimitam o território da ineficiência, da patologia, do não-saber absoluto, da deficiência, para o exílio do aluno (p. 181).

Para Skliar e Souza (2000), a Educação dos surdos remete “para si um olhar iluminista sobre a identidade de seus sujeitos”, onde produzem estratégias de maturação dos surdos em ouvintes (p. 269). Ressaltam-se, assim, as oposições, ouvinte/ surdo, normalidade/anormalidade, como elemento central na produção de discursos e nas práticas pedagógicas. E complementa que “os sujeitos são homogeneizados e naturalizados, valendo-se de representações sobre aquilo que está faltando em seus corpos, em suas mentes e em sua linguagem” (p. 269). Assim, estabelece-se a eficácia do discurso da normalidade e mascaram-se as questões da política da diferença, na contraposição à surdez como deficiência, ao invés da surdez como diferença.

Pode-se considerar que além dos termos audismo e surfofobia, existe o ouvintismo. Alguns autores, por sua vez, usam o termo ouvintismo com o significado próximo de audismo. O termo ouvintismo ganhou repercussão desde o final da década de 90, no século XX, mantendo-se presente em diversas publicações, como as de Skliar (1998) e Perlin (2005). Ouvintismo seria a ideia de ser o ouvinte superior ao surdo e de a identidade ouvinte ser superior à identidade surda (Martin & Klein, 2012). Percebe-se, mais uma vez, a situação de hierarquização imposta.

Fernandes (2003) explica, neste viés, que “as relações de alteridade são geradas a partir de relações de poder e hierarquização, disputadas em processos de exclusão e inclusão”.

Assim, influenciam o papel das representações e impõem efeito sobre as políticas de identidade. Uma vez que os ouvintes se colocam em uma posição de superioridade, a identidade surda acaba por se apresentar, de forma inferior, pela ideia de naturalização e hierarquização impostas.

A política de integração, para Cromack (2004), faz com que o sujeito surdo se perceba como ter que ser ouvinte, visto que não respeita a sua diferença. Assim, conforme ainda esclarece Cromack (2004): “o surdo será sempre ‘menos’ que o ouvinte, está sempre na desvantagem, sempre no esforço de adaptar-se às condições dos ouvintes (p. 74) ”.

A respeito do preconceito, vale-se destacar, que com a norma do igualitarismo imposta à sociedade, o conceito do termo foi apresentando modificações, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (Souza, 2013) e abriu-se espaço para os estudos das “novas expressões do preconceito”, como denomina Lima e Vala (2004). Hoje, fala-se sobre o preconceito moderno, simbólico, sutil (Souza, 2013). Myers (1995) esclarece acerca do o preconceito implícito (sutil) e do explícito: neste último, o preconceito é manifestado, de maneira clara e direta. Já no sutil, as pessoas reprimem os sentimentos preconceituosos, devido às pressões sociais, orientadas sob a tolerância das diferenças e tratamentos igualitários, fazendo com que o preconceito se manifeste de maneira sutil, silenciosa e, até mesmo, disfarçada.

As manifestações de preconceito, manifestas e sutis, acontecem em diversos âmbitos, porém aqui, estafar-se-á focando na educação dos surdos, mais especificamente, às experiências escolares inclusivas. Exemplificam-se como tipos de preconceitos contra o surdo no ambiente escolar, foco deste osso trabalho: a violência, xingamentos, agressões físicas e verbais, brincadeiras, piadas, exclusões e apelidos que, aparentemente, são “inocentes”. Além disso, percebem-se outros exemplos que representam o processo de discriminação do surdo:

os conteúdos de uma aula do ensino regular, que utiliza como recurso a leitura da palavra falada (Witkoski, 2009).

Levando-se em consideração que a maioria dos surdos teve experiência em uma proposta inclusiva e que os mesmos apresentam peculiaridades, sobretudo, de comunicação, na prática, supõe-se que, apesar das diversas leis acerca da questão da inclusão, as necessidades educacionais dos estudantes surdos não são satisfeitas e suas experiências podem ser permeadas por preconceito e discriminação. A partir disto, o objetivo deste estudo será compreender a experiência do preconceito vivenciado pelos surdos universitários, durante a sua trajetória escolar na proposta inclusiva.

### **Método**

O estudo tem caráter qualitativo. A pesquisa foi realizada em uma Instituição de Ensino Superior- IES - Pública em Aracaju SE. Os participantes da pesquisa foram cinco alunos surdos universitários.

Para compreender e desvendar a problemática e o objetivo presente neste trabalho, como instrumento para coleta de dados, utilizou-se um grupo focal, com roteiro previamente estabelecido. Foi-se apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados com a presença e ajuda de dois intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Utilizou-se recurso audiovisual (gravação), possibilitando que o momento fosse revisto e analisado quantas vezes fossem consideradas necessárias para se capturar as falas e os conteúdos.

Para se realizar a análise do material coletado, foram transcritas as falas dos alunos minuciosamente, através da fala do intérprete de LIBRAS, para que, em seguida, fossem submetidas à técnica da análise de conteúdo de Bardin (2009), através das seguintes fases: 1)

pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética do Hospital Universitário de Aracaju/ Universidade Federal de Sergipe (CEP-HU/UFS), tendo sido aprovado no dia 05/06/2017, de acordo com o parecer nº 2.099.243.

### **Resultados e Discussão**

Os resultados e discussões aqui suscitadas abordam a percepção dos alunos quanto as suas trajetórias escolares, até o ensino médio, e os preconceitos enfrentados pelos mesmos.

Inicialmente, expõe-se o perfil dos alunos surdos (idade e sexo) e dados sobre sua experiência escolar, conforme tabela abaixo. Ressalta-se que os nomes dos participantes são fictícios respeitando o anonimato, conforme prevê a resolução 196/96.

Tabela 1. Perfil e experiência escolar dos sujeitos da pesquisa

Aluno	Sexo	Idade Atual	Número de escolas
Dora	F	35 anos	4 escolas
Carlos	M	36 anos	7 escolas
Mariana	F	24 anos	6 escolas
Lucas	M	30 anos	4 escolas
Arthur	M	44 anos	5 escolas

Fonte: Arquivo pessoal.

Os alunos surdos pesquisados estão matriculados no Ensino Superior. Quanto ao gênero, três são do sexo masculino e dois, do feminino. Além disso, têm idade de 24 a 44 anos de idade. Um tem 24 anos, e os demais, 30 anos ou mais, o que possibilita afirmar que os estudantes surdos estão tendo a possibilidade de ingressar, tardiamente, no Ensino Superior, fato que pode ser explicado pelo relato dos sujeitos, que confirmam que sua trajetória escolar foi marcada por pausas, interrupções e mudanças, sobretudo por dificuldade em encontrar uma escola que atendesse suas especificidades linguísticas.

Nesta perspectiva, Daroque (2011) ressalta que muitos surdos que hoje estão no Ensino Superior, tiveram apenas a opção do Oralismo ou acesso às práticas bimodais da

Comunicação Total, na sua formação na educação básica e no ensino fundamental apenas na década de 80-90 do século XX. Assim, os surdos viveram seus anos de escolarização com os métodos tradicionais de práticas oralistas, visto que, na sua infância, não se discutia a importância da LIBRAS ou da língua de sinais como uma língua. A autora enfatiza que, apesar dos ganhos inegáveis do movimento social das comunidades surdas e da possibilidade de ingresso no Ensino Superior, “os estudantes universitários surdos ainda se deparam com a dificuldade para se apropriarem dos conteúdos acadêmicos pela falta de formação na educação básica e pelo despreparo dos profissionais” (p. 26).

Outras dificuldades podem ser comprovadas, como nos depoimentos a seguir: Dora interrompeu, por um tempo, os estudos, pois casou e engravidou, depois cursou supletivo e Arthur os interrompeu por quatro anos, pois foi experienciar o mercado de trabalho, após adoeceu, e se aposentou. É válido ressaltar que Dora, Carlos e Arthur fizeram supletivo. Arthur, após finalizar o Supletivo, fez ainda um curso pré-vestibular.

Importante salientar que a maioria dos alunos tiveram experiências em escolas inclusivas. Além disso, todos os sujeitos surdos pesquisados utilizam a LIBRAS como forma de comunicação, alguns, porém, aprenderam-na tardiamente: Dora teve o seu primeiro contato com a LIBRAS aos 14 anos; Carlos, aos 16 anos; Mariana, com nove anos; Lucas, com 17 anos; e Arthur, aos 12 anos.

Os pais dos sujeitos pesquisados são ouvintes, e não têm conhecimento da língua de sinais, o que acaba por não permitir uma convivência completa. Ressalta-se que apenas Arthur tem comunicação de LIBRAS com a irmã, pois seus pais também desconhecem esta forma de comunicação.

Sacks (1998) discorre sobre a importância de as crianças surdas estarem em contato com pessoas fluentes na língua de sinais, desde os primeiros meses de idade, para o seu desenvolvimento cognitivo e linguístico. Afirma que, quando a comunicação por sinais for



apreendida, podendo ser fluente aos três anos de idade, torna-se suficiente para a compreensão de informações e aprendizagem da leitura e escrita e, quem sabe, da fala.

Muitos pais, por sua vez, não permitem que o filho surdo aprenda a língua de sinais, outros apresentam resistência para a aprendizagem da LIBRAS e a comunicação com o filho dá-se a partir de sinais caseiros. Quanto a estes, Dalcin (2009) afirma que são compostos por gestos e imitações próximos da mímica, para designar objetos, pessoas, acontecimentos. A este respeito, Lima (1999) adverte que a falta de comunicação pela utilização de outra língua e a resistência para utilizar a LIBRAS reflete a não aceitação pelos pais da surdez do filho. Esta realidade impulsiona uma troca limitada, ou quase inexistente, de informações e experiências, o que distancia o surdo de sua família e vice-versa.

Porém, não se deve apenas “culpabilizar” os pais por esse distanciamento: deve-se pensar, contudo, que as primeiras pessoas que os pais têm contato, após o diagnóstico, são os médicos, que apresentam uma visão clínica da surdez e, depois, a sociedade e as organizações, que pouco conhecimento tem sobre o surdo e ainda pouco realizam pelos familiares. É importante a consciência dos familiares na ajuda da busca de uma identidade e cultura do seu filho surdo, quer a escolha do mesmo seja pela utilização da LIBRAS ou pela oralização.

### **Descrição da categoria**

A análise de conteúdo realizada através, especialmente, do grupo focal com os sujeitos surdos universitários permitiu a identificação de uma categoria: Preconceitos vivenciados pelos surdos na trajetória escolar. Destaca-se que a categoria foi montada de acordo com o consenso de três juízes independentes, e tendo como base os objetivos do estudo.

### **Preconceitos vivenciados pelos surdos na trajetória escolar inclusiva**

Vale ressaltar que foram consideradas as experiências vivenciadas pelos surdos até o Ensino Médio. Nas suas trajetórias escolares, os mesmos sinalizam situações de preconceito na proposta educativa inclusiva, dando ênfase, sobretudo as suas dificuldades de comunicação, uma vez que algumas escolas só aceitavam a oralização, outras não tinham a presença de intérprete, conforme se visualiza abaixo:

*Os professores eram todos oralizados (...) usava aparelho e aconselhava que não usasse a língua de sinais e isso gerava um certo desgaste (...). Não tem intérprete, não tem língua de sinais, sempre fica atrasada nos estudos (...) era horrível, porque eles ficavam tudo conversando, os professores tudo falando e eu não entendia, quer dizer, os colegas também, não tinha interação, preconceito contra mim, sempre conversando, falando, não perguntavam a minha opinião (...) por isso eu me desestimulava e até desistia de estudar (Dora).*

*(...) a professora não detalhava nada, faltava intérprete, como eu ia entender o que ela estava falando? Então, na escola, eu infelizmente em algumas tive que abandonar, pois não tinha a questão do intérprete, não tinha o auxílio e tinha alguns problemas com os outros ouvintes (Mariana).*

Percebe-se que as experiências de escolarização dos alunos surdos foram comprometidas pelas dificuldades de acesso a sua língua natural, a LIBRAS, e pela dificuldade em compreender o português. Uma das questões principais desta exclusão, porém, refere-se ao fato de os professores não terem conhecimento da língua de sinais e por muitas escolas não apresentarem intérprete e, até mesmo, exigirem que os surdos oralizassem. Esta última situação, configura-se como uma discriminação arbitrária negativa dada aos surdos, o audismo, uma vez que é uma atitude de um ouvinte como superior por sua capacidade de ouvir ou também a proibição da língua de sinais (Burađ, 2010).

Desta forma, pode-se afirmar que a questão forte do preconceito nas escolas ocorre quando impõem o português ou o método oral, recusando a LIBRAS, pois mostram que visualizam o surdo como um defeito que precisa ser corrigido, representando uma situação de

desvantagem vivida pelo surdo (Pedreira, 2006) e um obstáculo ao ensino-aprendizado destes sujeitos e à construção positiva de identidade (Witkoski, 2012).

Além disso, os surdos acabam não apresentando possibilidade de interação com outros alunos. Na visão de Crochik (2011), "a ausência dessas adaptações e atitudes indica uma negligência, uma indiferença, que já é ofensiva a quem é esquecido; esse tipo de negligência é uma forma de preconceito expressado pela frieza das relações existentes (p. 70)".

Visualiza-se que as escolas inclusivas ainda são permeadas por normas e princípios dos ouvintes, o que dificulta o desenvolvimento dos surdos e permite facilitar os processos de estigmatizações e preconceitos por parte dos colegas e professores. A respeito dos preconceitos vivenciados pelos mesmos, no ambiente escolar, Dora sinaliza: "*O pior foi o da surdez, porque sou surda, né*".

De acordo com a percepção desta entrevistada, a história da comunidade surda, inclusive e talvez principalmente no âmbito escolar, é marcada pelo preconceito. O surdo foi concebido, por muito tempo, como deficiente, defeituoso, ancorado no paradigma médico e, mesmo apresentando progresso e se aproximando do conceito socioantropológico, que considera o surdo diferente, dado seu peso histórico, ainda se tem resquícios do paradigma clínico.

Um exemplo simplório que considera a surdez uma patologia são os termos deficiente auditivo, surdo-mudo e mudo, constantemente usados pela sociedade para se referir ao surdo. Além dessas denominações, alguns ouvintes ainda utilizam formas pejorativas para ter acesso ao surdo, conforme visto abaixo:

*Eu lembro e fico triste ainda, às vezes, algumas pessoas eram contra mim, me chamavam de burra ou por causa do jeito que eu falava e eu percebia, me lembro disso (...). Eu via a sinalização, normal, alguns faziam mimica, mas criticavam como se eu fosse macaco quando viam sinalizando e eu ficava nervosa, ficava com raiva, "porque tá contra mim"? Eu não sou macaco, eu não gosto não, não me chame assim (Dora).*

Vê-se exposta a forma insultuosa com que os colegas ouvintes se referiam à Dora, chamada de “burra”, “macaca”, etc. O fato de ser assim denominada pode estar pautada pelo falso juízo de que os surdos são pessoas com déficit cognitivo. Já o de ser chamada de macaca, por sua vez, pode estar embasada nos juízos passados, ancorados no discurso científico de pesquisas que envolviam o ensino de alguns sinais a macacos, no final da década de 60 (Peregrino, 2015). Desta forma, faz-se relação de comparação entre os surdos que utilizam as LIBRAS com as pesquisas com símios.

Observa-se que o fato de os alunos e professores não conhecerem ou serem fluentes em LIBRAS, gera, nos alunos surdos, dificuldade de compreensão, de interação e até preconceitos linguísticos, o que desencadeia nos surdos sentimentos negativos, como tristeza e sofrimento, conforme visualiza-se abaixo:

*Eu ficava o tempo todo chorando, não queria contato com ninguém (...) tinha uma certa barreira, um certo receio, eram brigas, às vezes um surto de inveja, foi um momento muito difícil pra mim, as pessoas falavam mal, e eu não sabia por que, não lembro, foi um período que eu briguei muito. Eu sofri muito nisso (Carlos).*

Na concepção de Crochik (2011), a inclusão pode levar também à violência, pois, quando um indivíduo não corresponde ao ideal de outras pessoas, a primeira reação é a hostilidade, uma vez que esta situação não permite equilibrar e amenizar o medo frente ao desconhecido. Este medo, por sua vez, gera a tendência de dominação e a violência, conforme expressado abaixo:

*Na 5ª série eu já era adolescente, eu sentava na cadeira, tinham os colegas surdos, a gente estudava junto, na frente, sentava os ouvintes, atrás só tinha homem, parecia que não tinha vontade de estudar, conversavam o tempo todo, aí às vezes botavam bolinhas de papel no cano da caneta, e sopravam, aí eu chamava a professora, reclamavam com eles, daí botavam de novo, e de novo, eu ficava com raiva, chamava a professora, a professora reclamava de novo (...) (Mariana).*

*(...) Eu lembro de algumas coisas no passado, na lanchonete, durante o intervalo, durante uma aula, a gente foi lanchar, estava comendo normal: feijão, arroz, carne, veio algumas pessoas e jogou várias coisas na minha comida, isso é*

*muito ruim, isso é bullying, né porque como é que eu estou fazendo meu lanche e eles vem, né. E eu sempre ficava só (...) tinha essa dificuldade dentro das escolas, tinha esse processo de exclusão (...) sofria muito disso, os alunos usavam giz para perturbar. Eu já pensei várias vezes em abandonar (...) (Lucas).*

*(...) eu sofri um pouco lá, porque eu era surdo, muitos meninos ficavam provocando, isso era bullying, né, provocava, fazia fofoca com meu nome, dizia que eu fazia coisas, eu não entendia nada na realidade, eu ia no banheiro, às vezes jogava bomba por cima da porta, eu no banheiro, aí eu assustado quando ouvia aquele estouro, também na rua, eu caminhando, jogava bola de papel em mim(...) (Arthur).*

Percebe-se, de acordo com os entrevistados, que suas histórias em escolas inclusivas são marcadas por *bullying*, conforme já exposto com alunos ouvintes jogando bola de papel com a caneta, giz, bomba por cima da porta do banheiro, além de provocações e fofocas com seus nomes.

A prática do *bullying* é um grande desafio das escolas atuais, o que pode se configurar como um tipo de preconceito. A dificuldade de verbalizar as ações sofridas pelos surdos, já que não fazem uso da mesma língua, e o receio de serem ainda mais excluídos, provavelmente tornam os estudantes surdos mais vulneráveis a estas práticas (Witkoski, 2012).

### **Considerações Finais**

O presente estudo teve como objetivo compreender a experiência de surdos universitários em suas trajetórias escolares do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Desta forma, conclui-se que os sujeitos da pesquisa tiveram este percurso realmente marcado pelo preconceito, quando em escolas inclusivas, onde havia a proposta da oralização, a ausência de intérprete, quando sofreram xingamentos, foram alvos de brigas, *bullying* e exclusão.

Os preconceitos ocorrem, inicialmente, na forma linguística, pelo não conhecimento da língua de sinais, considerando, sobretudo, que o sistema educativo não adequa ainda suas

metodologias e tecnologias a serviço das necessidades dos surdos. Uma forma de minimizar estes preconceitos é a proposta de ações, a exemplo: aprendizagem de LIBRAS, desde cedo, para os ouvintes, no Ensino Fundamental e qualificação de professores e atores do processo educacional, para que as discussões das diferenças aconteçam e a verdadeira inclusão possa ser pensada e realizada.

De forma geral, são necessárias mudanças e o desenvolvimento de intervenções e práticas educacionais e pedagógicas que levem em consideração as reais necessidades de todos os discentes. Afinal, a pesquisa demonstrou que é comum o sentimento de exclusão dos surdos.

As instituições escolares, como reprodutoras culturais e sociais, devem ajudar na minimização das diferenças e contribuir para o desenvolvimento igualitário dos sujeitos surdos, colaborando para o enfrentamento das diferenças. Desta forma, é de suma importância a existência de palestras, desde cedo, para as crianças, nas escolas, tratando sobre o preconceito e o *bullying*, para que seja formada a consciência do conceito e de sua abrangência.

Percebeu-se nos estudos como é comum o distanciamento dos pais em relação aos surdos, sendo que nenhum deles sabe a Língua de Sinais. Com o foco de se desenvolver melhor o ensino, é preciso também que as escolas atuem próximas aos pais, visto que lutam por um ideal comum: identificação das dificuldades dos surdos e ensino diferenciado através de uma pedagogia que satisfaça as demandas deles e que não os segreguem e os discriminem em hipótese alguma.

O presente estudo abre mais um caminho para os pesquisadores que tenham interesse em estudar o tema proposto, especialmente relacionando à surdez e ao preconceito. Existe, porém, a necessidade de mais pesquisas na área, inclusive como sugestão para futuros estudos, faz-se necessário discutir e aprofundar questões ligadas à surdez e ao preconceito, na

área escolar, e formas de enfrentamento deste último, mas não se limitando aos estudos com surdos universitários de Letras LIBRAS, e sim, pesquisando-se outros cursos de graduação também nas instituições particulares.

Desta forma, além de ampliar a produção científica dada sua relevância teórica, este estudo mobilizará os profissionais atuantes nesta realidade a pensar e a analisar sua atuação, cumprindo o papel de educadores, com atenção às questões de preconceito, de maneira a evitá-los, em um maior respeito às diferenças. Contribuirá à sociedade à medida que permitirá uma melhor compreensão e consciência sobre o sujeito surdo. Enfim, isto levará a aprofundar os debates e respeitar a singularidade da sua constituição e das suas diferenças, eliminando as ideias engessadas e os preconceitos ainda existentes sobre o tema.

### Referências

- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley
- Aranson, Elliot; Wilson, Timothy D. e Akert, Robin M. (2002). Preconceito: Causas e curas. In: *Psicologia Social*. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Edição revisada e atualizada. Lisboa: Edições 70.
- Burad, Viviana. (2010). El audism. *Revista La cultura sorda*. (Online). Recuperado em 28 de novembro de 2016, de <http://www.cultura-sorda.eu>.
- Crochík, J. L. (Org.). (2011). *Preconceito e Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria De Direitos Humanos Da Presidência Da República, SDH, PR.
- Cromack, Eliane M. P. da C. (2004). Identidade, Cultura Surda e Produção de Subjetividades e Educação. *Psicologia Ciência e Profissão*, 24 (4), 68-77. Recuperado em 9 de outubro de 2017, de <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000400009>.
- Cunha, A. G. (2007). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon.

- Dalcin, G. (2009). *Psicologia da Educação de Surdos*. Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS na Modalidade a Distância. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Daroque, Samantha Camargo. (2011). *Alunos Surdos no Ensino Superior: uma discussão necessária*. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa De Pós-Graduação Em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP.
- Fernandes. Sueli de F. (2003) *Educação Bilíngue para Surdos: Identidades, Diferenças, Contradições e Mistérios*. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.
- Lima, M. E. e Vala, J. (2004). *As Novas Formas de Expressão do Preconceito e do Racismo*. Natal: Estudos em Psicologia.
- Lima, R. P. (1999). Reflexão sobre um trabalho com família *Revista Espaço*. Rio de Janeiro, N 111. P 37-39.
- Martins, F. C., & Klein, M. (2012). Estudos da Contemporaneidade: Sobre Ouvintismo / Audismo. *Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS.
- Martins, Francielle C. (2013). *Discursos e Experiências de Sujeitos Surdos sobre Audismo, Deaf Gain e Surdismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.
- Monteiro, S. S.; Villela, W. V.; Soares, P. da S. (2014). É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 24 [2]: 421-440.
- Mourão, M. P.; Miranda, A. A.B. (2008). As teias epistemológicas da educação de pessoas surdas: reconhecer para incluir. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 7, p.44-53, jan. /dez.
- Recuperado em 9 de outubro de 2017, de



file:///C:/Users/Andrey/Downloads/Naturaliza%C3%A7%C3%A3o\_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf.

Myers, D. G. (1995). *Psicologia Social*. México: McGraw-Hill.

Pedreira, Silvia Maria Fangueiro. (2006). Porque A Palavra Não Adianta: Um Estudo Das Relações Entre Surdos/As E Ouvintes Em Uma Escola Inclusiva Na Perspectiva Intercultural. In: *A Educação De Surdos/as: um campo de lutas e tensões*. Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

Peregrino, Giselly dos Santos. (2015). Preconceito Contra A LIBRAS: O que relatam discentes surdos usuários de Língua de Sinais. *IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação*. Campina Grande – PB: Editora Realize.

Perlin, G. T. T. (2005). Identidades surdas. In Skliar, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.

Sacks, O. (1998). *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, H. T. S. dos. (2011). Diferença, Surdez e Educação. *Revista do Difere -*, v. 1, n. 1, jun/2011. Recuperado em 20 de outubro de 2017, de file:///C:/Users/Andrey/Downloads/Diferen%C3%A7a,\_Surdez\_e\_Educa%C3%A7%C3%A3o\_-\_SANTOS\_(USAR\_HIERARQUIA)%20(2).pdf

Santos, S. F. (2013). *Educação Ambiental: Recursos Imagéticos na Produção de Significação de um Sujeito Surdo*. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, RS.

Silva, M. M. (2009). *Subjetividade e Surdez*. UNI-BH / UNICAMP. Recuperado em 20 de outubro de 2017, de file:///C:/Users/Andrey/Downloads/COLE\_1690.pdf.

- Silva, J. G.; Campelo, L. B. B.; Novena, N.P. (2012). *Desejos e afetividades que não querem calar: o grupo LGBT surdos de Pernambuco*. Trabalho apresentado no evento: Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Metodológicas, Caruaru.
- Skliar, C. B. (1998). Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: Skliar, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- Skliar, C. B. (2000). A formação de professores (surdos e ouvintes) desde a perspectiva da diferença. In *Encontro Nacional de Professores de Didática e Prática de Ensino*, 10, 2000, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: UERJ.
- Skliar, Carlos B., Souza, Regina Maria de. (2000). O debate sobre as diferenças e os caminhos para (re)pensar a educação. In: Azevedo, J. C., Gentili, P., Krug, A. E Simon, C. (orgs). *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre.
- Souza, J.M. (2013). *Bullying: Uma das faces do preconceito homofóbico entre jovens no contexto escolar*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, UFS: São Cristóvão - SE.
- Viana, Nildo. (2013). Naturalização e desnaturalização: o dilema da negação prático. *Revista Espaço Livre*. Vol. 8, num. 15, jan. jun./. Recuperado em 12 de novembro de 2017, de file:///C:/Users/Andrey/Downloads/Naturaliza%C3%A7%C3%A3o\_e\_desnaturaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf.
- Witkoski, S. A. (2012). *Educação De Surdos, Pelos Próprios Surdos: Uma Questão de Direitos*. UFPR: CRV.
- \_\_\_\_\_. (2009). Surdez e Preconceito: A Norma da Fala e o Mito da Leitura da Palavra Falada. *Revista Brasileira De Educação*. Rio De Janeiro: ANPED.

## – CAPÍTULO 4 –

### **ESTUDO 4: INCLUSÃO NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS SURDOS UNIVERSITÁRIOS**

Andressa Araújo de Araújo e Joilson Pereira da Silva

#### **RESUMO**

A proposta educacional inclusiva defende que todos os alunos devem ser aceitos e receber uma educação de qualidade. Sendo assim, este artigo objetiva compreender a experiência dos alunos surdos universitários, durante sua trajetória escolar, na proposta inclusiva. Este estudo é qualitativo e tem como sujeitos cinco surdos universitários. Como instrumento para coleta de dados, utilizou-se um grupo focal, com roteiro previamente estabelecido. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo de Bardin. Percebe-se que a realidade escolar inclusiva não acontece efetivamente: ocorrem apenas discursos, resoluções, decretos e leis, mas, na realidade, faltam políticas efetivas. A escola regular com proposta inclusiva precisa ampliar as possibilidades e diminuir as diferenças para a geração presente e para as futuras, reduzindo as situações excludentes que ainda acontecem.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Surdez; Trajetória Escolar.

### **STUDY 4: IN SCHOOLS: AN ANALYSIS FROM THE PERCEPTIONS OF UNIVERSITY DEAFTS**

#### **ABSTRACT**

The inclusive educational proposal advocates that all students should be accepted and receive quality education. Thus, this article aims to understand the experience of the deaf university students during their school career, in the inclusive proposal. This study is qualitative and has as subjects five deaf college students. As a tool for data collection, a focal group was used, with a previously established script. Data were analyzed through the Bardin content analysis. As a result, it can be seen that inclusive school reality does not happen effectively: only speeches, resolutions, decrees and laws occur, but in reality, effective policies are lacking. The regular school with an inclusive proposal needs to widen the possibilities and reduce the differences for the present and future generation, reducing the exclusionary situations that still happen.

**Keywords:** Inclusive education; Deafness; School Trajectory.

## **ESTUDIO 4: INCLUSIÓN EN LAS ESCUELAS: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LAS PERCEPCIONES DE LOS SURDOS UNIVERSITARIOS**

### **RESUMEN**

La propuesta educativa inclusiva defiende que todos los alumnos deben ser aceptados y recibir una educación de calidad. Siendo así, este artículo objetiva comprender la experiencia de los sordos universitarios, durante su trayectoria escolar, en la propuesta inclusiva. Este estudio es cualitativo y tiene como sujetos cinco sordos universitarios. Como instrumento para la recolección de datos, se utilizó un grupo focal, con un itinerario previamente establecido. Los datos fueron analizados a través del análisis de contenido de Bardin. Se percibe que la realidad escolar inclusiva no ocurre efectivamente: ocurren sólo discursos, resoluciones, decretos y leyes, pero en realidad faltan políticas efectivas. La escuela regular con propuesta inclusiva necesita ampliar las posibilidades y disminuir las diferencias para la generación presente y para las futuras, reducción de las situaciones excluyentes que aún ocurren por veces.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva; Sordera; Trayectoria Escolar.

### **1. Introdução**

Inicialmente, cabe apresentar o ideal da palavra educação, que é um direito fundamental que deve ser garantido a todas as pessoas, sendo, inclusive, um meio para realização de outros direitos igualmente fundamentais. Segundo o documento Preconceito e Discriminação no ambiente escolar, do Governo do Estado de São Paulo, de 2009, a educação “deve estimular o pleno desenvolvimento da pessoa, de suas potencialidades, valores e atitudes em favor de uma sociedade mais justa e menos desigual” (LIMA, VAINBERG & ARATANGY, 2009, p.11-12).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 em consonância com os princípios que regem a Constituição Federal Brasileira, no tocante aos princípios e fins da Educação Nacional (Título II) determina no artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para se analisar a atual realidade da educação dos surdos, é necessário resgatar-se um pouco da sua história e considerarem-se as leis e os avanços neste campo para, posteriormente, questionarem-se, na prática, os acontecimentos efetivos.

Antigamente, as pessoas com algum tipo de deficiência eram pertencentes a um sistema educativo que só atendia indivíduos de alguma forma excluídos do processo regular, chamada Educação Especial, que resultava em uma educação especializada e clínica. Muitas críticas a este modelo foram feitas, basicamente porque se dizia que, nestas instituições, acontecia, prioritariamente, um conjunto de terapias individuais, fazendo com que as atividades acadêmicas ocupassem pouco horário diário na vida dos alunos, não sendo a educação escolar uma prioridade.

Confirma Lima (2006, p. 28), preconizando que, até 1960, “a Educação Especial só recebia um contingente de 10 a 15% do total dessas crianças e, além disso, a população que conseguia ter acesso à Escola Especial quase nada aprendia, condenada a exercícios mecânicos e repetitivos”. A educação especial continuou sendo uma opção de atendimento às pessoas com diferenças e/ou deficiências, mas, a partir do ano de 1970, surgiu um movimento denominado Educação Integradora, ou chamado de “filosofia da integração em educação especial”, que defende a inserção de pessoas com diferenças e/ou deficiências em redes regulares de ensino (MAGALHÃES & CARDOSO, 2011, p.34), tentando-se uma ruptura com o sistema vigente. Nesta, os deficientes poderiam ser incluídos com os demais alunos.

Somado a este movimento, muitos eventos e leis contribuíram para a proposta inclusiva de educação, em nível mundial, destacando-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975) e, de maneira mais direta, a Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, quando líderes de 100 países propuseram acabar com o analfabetismo até o ano de 2000 (BOTEGA, 2005). Através desta, existe uma série de recomendações voltadas à melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizado, para todos os alunos (CARVALHO, 2010).

Quatro anos mais tarde, acontece a Conferência de Salamanca, na Espanha, que propõe a Declaração de Salamanca – “reiterando as recomendações de Jomtien e enfatizando a urgência de atendermos às necessidades dos alunos, evitando práticas discriminatórias e excludentes” (CARVALHO, 2010, p. 156). A declaração defende o direito de educação a todos, independentemente das diferenças individuais (MENDES & SILVA, 2001).

No Brasil, em 1990, veio a política de Educação para Todos, iniciada na Declaração de Salamanca, com o objetivo de educar todos no mesmo espaço (LACERDA & SANTOS,

2013), e que contaram com políticas públicas, programas de governo, pesquisas e eventos que giraram em torno do tema Educação Inclusiva. A proposta inclusiva tem a intenção de dar um passo adiante do que se chamou, até agora, de integração. Assim, o termo inclusão demonstra, mais claramente, o direito de todos à educação, devendo os indivíduos não apenas fazer parte da comunidade escolar, como também se sentirem acolhidos e receberem um ensino de qualidade (SÁNCHEZ, 2005).

Ainda devem-se considerar os marcos legais da Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); o Decreto nº 3.298 (1999) que consolida as normas de proteção das pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências: preconiza sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, sendo considerado um crime o preconceito.

Além desta, tem-se o Plano Nacional de Educação (2001) e as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001); Programa Educação Inclusiva (2003) e, por fim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) (FREITAS, 2009, apud JOHNSON, 2011).

E, por fim, em julho de 2015, foi atualizada a Lei Federal 7853 e acordado o Estatuto da Pessoa com deficiência, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146. A respeito do Direito à Educação, a Lei dispõe que é dever do Estado, da comunidade escolar, da família e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, “colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (parágrafo único).

A educação especial, porém, continuou por um período sendo uma opção de atendimento às pessoas que apresentavam alguma diferença ou deficiência, sendo estimulada a participação destas, na escola regular, tentando-se uma ruptura com o sistema vigente. A abertura para uma educação inclusiva fez modificar o paradigma: antes, através da educação especial, o clínico-médico, que isolava as pessoas com deficiência, passa para o paradigma sócio antropológico, que fomenta o ideal de integração e inclusão.

Em outras palavras, na educação especial, o foco de atenção estava nos problemas do indivíduo e nas suas condições, mas, com a proposta inclusiva, o foco passou a ser a necessidade de modificação das instituições sociais e escolares, de forma que levassem em conta as relações de igualdade e diversidade e atendessem os diferentes sujeitos (LIMA, 2006).

Hoje, os surdos contam, além da opção da escola com a proposta inclusiva, em algumas cidades, com escolas especializadas, que consideram o bilinguismo. Quadros (1997, p.27) destaca que “o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem

a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar”. Esta última tem sido apontada como a mais adequada para o ensino dos surdos, visto que considera a língua natural, língua de sinais e, a partir dela, há o ensino da língua escrita.

Para Stumpf (2008) a escola é responsável por ajudar no desenvolvimento da identificação positiva: a identidade surda, uma vez que os surdos estariam convivendo entre pares. A importância desta escola reside também no fato de se considerar a educação bilíngue e, por consequência, a fluência na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a aproximação com a cultura surda (WITKOSKI, 2011).

Entretanto, a respeito destas escolas que utilizam o bilinguismo, Strobel (2006) adverte que estas opções não atingem todos os surdos: apenas 82,3% dos municípios, sendo assim, por exemplo, ficam excluídos desta oportunidade surdos que moram em cidades pequenas e que não contam com a comunidade surda. Então, conclui-se que as escolas com propostas inclusivas seriam a forma mais fácil de acesso a alguns surdos e as suas famílias.

Mais especificamente sobre a educação de alunos surdos, além das leis nº. 9394/96 e nº. 10.436/02, do Decreto nº 5626/2005 que dispõe sobre a LIBRAS como língua reconhecida e o direito de contarem com intérpretes em todos os níveis e modalidades de ensino, da Declaração de Salamanca de 1994 e das recomendações, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial, oferece programas, ações e projetos de apoio à educação do aluno surdo, como o Centro de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez. O Governo Federal criou também o Programa de Acessibilidade à Educação Superior, denominado “Incluir”, para a inclusão de alunos surdos na Universidade (ANSAY, 2009).

Na visão de Lacerda e Santos (2013, p.37), “temos diferentes escolas e leis que defendem a educação de surdos e que fazem exigência às escolas para que estas cumpram o compromisso com a inclusão, evitando a exclusão, um caminho rumo à quebra de barreira e de preconceito em nossa sociedade”. Porém, na prática, a proposta ainda é permeada na diferença linguística e no despreparo da sociedade de professores e profissionais, fazendo com que o sujeito surdo não encontre possibilidades de troca, de relações saudáveis, bem como o entendimento e internalização de conhecimentos.

Segundo Witkoski (2009), a linguagem é a maior particularidade e dificuldade para o surdo ser incluído no processo educativo. Percebe-se que não há defesa de uma pedagogia da diferença, onde a LIBRAS é vista como primeira língua do surdo, assim como de um currículo de docentes preparados para ensinar os surdos e de uma metodologia e prática direcionada aos mesmos (CAMPOS, 2008). Além disso, mesmo com a presença de um intérprete podem ocorrer distorções conceituais, transmitindo-se, muitas vezes, uma

informação divergente da desejada pelo professor, pela sua forma de entendimento diferente e porque a LIBRAS possui um conjunto de sinais abreviado em relação a outras línguas. Os surdos acabam ainda não se socializando também com os outros colegas da turma, ouvintes.

A educação dos surdos é então um grande desafio para as políticas públicas de educação, sobretudo porque, pensar em educar todas as pessoas significa educar todos no mesmo espaço, do mesmo jeito e de uma única forma. Na prática, a inclusão ainda caminha a passos lentos, afinal, era, e ainda é, um grande desafio encontrar uma escola que realmente seja inclusiva. Damázio (2005) questiona que “ser contrário à inclusão escolar de alunos com surdez é defender guetos normalizadores que, em nome das diferenças existentes entre pessoas com surdez e ouvintes, se caracterizam, homogeneízam a educação escolar”.

Cruz (2007) corrobora a afirmação acima e destaca como a trajetória escolar dos surdos pode ser permeada por exclusões e dificuldades e, como resultado deste processo, ainda poucos alunos surdos conseguem finalizar o Ensino Fundamental. Já uma grande minoria destes, consegue finalizar o Ensino Médio e, principalmente, ingressar no Ensino Superior, apesar de terem aspirações e expectativas (ANSAY & MOREIRA, 2008).

E na prática, qual a experiência dos surdos na educação inclusiva, apesar de todas as leis e políticas? O presente estudo apresenta como objetivo compreender a experiência dos surdos universitários, durante sua trajetória escolar, na proposta inclusiva.

## **2. Método**

A pesquisa tem caráter qualitativo e foi realizada em uma Instituição de Ensino Superior (IES) Pública em Aracaju SE. Os participantes da pesquisa foram cinco alunos surdos, pertencentes ao Ensino Superior.

Realizou-se um grupo focal, objetivando dinamizar o momento com perguntas variadas e buscar um maior conhecimento, com vistas a responder o objetivo propostos pelo trabalho. As perguntas foram traduzidas em língua de sinais por dois tradutores/intérpretes, para que os alunos surdos compreendessem as propostas das perguntas e a pesquisadora, os seus depoimentos. O momento foi gravado por meio de recursos de áudio e após apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para realizar a análise do material coletado, foram transcritas, minuciosamente, as falas dos alunos, através da fala do intérprete e, em seguida, foram submetidas à técnica da análise de conteúdo de Bardin (2009), através das seguintes fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.



O projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética do Hospital Universitário de Aracaju/ Universidade Federal de Sergipe/ HU-UFS, tendo sido aprovado no dia 05/06/2017, de acordo com o parecer nº 2.099.243.

### **3. Resultados e Discussão**

Os resultados e discussões aqui suscitadas abordam a percepção dos alunos quanto a sua trajetória escolar, na proposta educativa inclusiva, até o Ensino Médio. Para a realização das análises, foi utilizado o método da análise de conteúdo temática, a partir da criação de uma categoria, Inclusão Escolar vivenciada até o Ensino Médio, estabelecida de acordo com a fundamentação teórica e com o objetivo da pesquisa. Expõe-se, a seguir, idade, sexo dos participantes e dados sobre sua experiência escolar. Os participantes foram identificados a partir de nomes fictícios: Dora, Carlos, Mariana, Lucas e Arthur.

Quanto ao gênero, dos cinco alunos surdos participantes, três são do masculino e dois, do feminino. Os mesmos têm idade entre 24 a 44 anos de idade. Os estudantes surdos conquistaram uma vaga no Ensino Médio, de forma tardia, o que pode ser explicado por suas trajetórias escolares terem sido marcadas por pausas, mudanças e interrupções, sobretudo por não se adequarem e se adaptarem à maioria das escolas onde estavam matriculados. Sampaio e Santos (2002, p.20) ressaltam que a adaptação e as obrigações da vida acadêmica revelam-se desafiadoras e, geralmente, levam ao próprio abandono, visto as falhas da trajetória escolar anterior, “como deficiências de linguagem, inadequação das condições de estudo, falta de habilidades lógicas, problemas de compreensão em leitura e dificuldade de produção de textos”.

Lucas só teve a oportunidade de estudar em escola com proposta inclusiva (estudou em quatro colégios); Carlos estudou em sete escolas (cinco escolas com proposta inclusiva e duas, especiais); Mariana, em seis (quatro escolas com proposta inclusiva e duas escolas especiais); Arthur, em cinco (quatro escolas com proposta inclusiva e uma, especial) e Dora em quatro, sendo três escolas com proposta inclusiva e uma escola especial. No estudo, percebeu-se que muitos surdos procuram as mesmas escolas, até o Ensino Médio, seja pela indicação ou por estas os aceitarem.

Considerou-se neste estudo, somente a experiência dos estudantes em escolas com propostas inclusivas, por ser o foco do presente estudo. A análise de conteúdo realizada permitiu a identificação de uma categoria, denominada Inclusão Escolar vivenciada até o

Ensino Médio. Vale ressaltar que estas passaram pelo consenso de três juízes independentes, e tiveram como base os objetivos do estudo.

### 3.1 Discussão da categoria

A categoria Inclusão Escolar vivenciada até o Ensino Médio diz respeito à concepção dos sujeitos surdos sobre as suas experiências, na proposta de inclusão escolar, do ensino fundamental ao ensino médio.

Todos os alunos surdos universitários tiveram experiências em escola inclusiva durante o ensino fundamental e/ou médio. Alguns tiveram, em escolas inclusivas e em escola especial, porém, a maioria em escola inclusiva, foco do presente estudo.

No tocante as suas trajetórias escolares, verbalizaram as dificuldades de comunicação, pois algumas escolas só aceitavam a oralização. Tratava-se de escolas inclusivas, sem a presença de intérprete. A respeito disso, os surdos deram os seguintes depoimentos:

*Os professores eram todos oralizados (...) usava aparelho e aconselhavam que não usasse a língua de sinais e isso gerava um certo desgaste (...). Não têm intérprete, não têm língua de sinais, sempre fica atrasada nos estudos (...) os colegas também, não tinha interação, preconceito contra mim, sempre conversando, falando, não perguntavam a minha opinião (...) por isso eu me desestimulava e até desistia de estudar (Dora).*

*O professor escrevia português, falava, oralizava, eu via, não estava entendendo nada, claro. O professor sabia um pouco LIBRAS, se esforçava, ia mostrando lá no papel, ia apontando e eu ia respondendo, eu me esforçava para estudar apesar das dificuldades, e eu pedia, por favor, me ajude (...) a professora não detalhava nada, faltava intérprete. Como eu ia entender o que ela estava falando? Então, na escola, eu infelizmente, em algumas tive que abandonar, pois não tinha a questão do intérprete, não tinha o auxílio e tinham alguns problemas com os outros ouvintes (Mariana).*

*O professor falava, só verbalizava, não tinha intérprete, os alunos conversavam, eu ficava sentado ouvindo os lábios mexerem. Na hora da prova, era prova surpresa, não avisavam, não informavam, e eu não sabia responder nada, não conhecia, não sabia do assunto, ainda tinha que escrever em português que eu não sabia, e o pessoal me dava cola, trocava prova, não conseguia entender o português naquela época, era muito difícil, então a inclusão com o surdo não acontece de verdade não (Carlos).*

Ao sinalizarem sobre suas trajetórias escolares em escolas inclusivas, percebe-se o sentimento de descrédito que os surdos têm com relação à proposta inclusiva. As políticas de inclusão determinaram condições precárias de ensino aos surdos, especialmente, pois não foi

viabilizado o ensino através da LIBRAS, o que permitiu um verdadeiro bloqueio de interação e de aprendizagem de conteúdo, o que acabou, inclusive, desmotivando-os a continuar estudando, conforme declaram Dora e Mariana.

Outro ponto que merece atenção é a declaração de Dora, sobre a falta de interação dos surdos com os outros alunos, excluindo os surdos, não apenas dos processos de escolarização, mas também de socialização. Conforme declara Borges e Costa (2010, p. 582), “Muitas vezes, as políticas de integração acabam trazendo efeito contrário: maior isolamento e menores possibilidades educativas para os alunos ‘incluídos’”.

Percebe-se, nos depoimentos acima, que as experiências de escolarização dos alunos surdos foram comprometidas pelas dificuldades de acesso à língua natural e de compreender a língua portuguesa, bem como pela falta de profissionais com conhecimentos em suas particularidades, sobretudo, especializados em LIBRAS.

Os outros participantes da entrevista também declararam a presença da oralização como forma de comunicação, imposta para o seu aprendizado, conforme depoimentos abaixo:

*Era tudo oralizado, era uma barreira de comunicação (Lucas).*

*A professora era muito rigorosa, bem dura, mandava o tempo todo a gente falar. Na sala de aula era muito rigoroso, nos obrigava “fala, fala” (...) Não tinha intérprete ne era tudo feito com a fala oral, eu apenas transcrevia o que estava no quadro e tinham uns cinco ou seis surdos na sala, o resto era todos ouvintes, era uma turma de inclusão, mas não tinha intérprete, não tinha nada, o que ensinavam, eu só escrevia, não entendia nada, só fazia copiar, copiar e entregar (Arthur).*

O predomínio das práticas educativas ouvintistas dificulta e oculta as possibilidades educacionais dos surdos. A respeito disso, Witkoski (2012) teceu uma teoria que a escola específica para surdos, se aprisionadas ao ouvintismo, na realidade, formam iletrados funcionais. Witkoski (2012, p. 42) adverte que “a língua, para além das implicações na formação identitária, é crucial também para o próprio desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo e seu potencial de aprendizagem”. Deste modo, como no ambiente escolar regular, os professores utilizam a língua oral-auditiva e os surdos ficam, automaticamente, excluídos do processo de aprendizagem significativa.

Sob o olhar de Pedreira (2006), a não priorização da experiência visual nos projetos e propostas educacionais configura-se como um fator importante para o fracasso dos surdos. Já na visão de Crochik (2011, p. 70), “a ausência dessas adaptações e atitudes indica uma

negligência, uma indiferença, que já é ofensiva a quem é esquecido; esse tipo de negligência é uma forma de preconceito expressado pela frieza das relações existentes”.

Além de os professores utilizarem o oralismo como forma de comunicação, baseando-se na declaração de Arthur, exigiam que eles também falassem. Este fato configura-se resquícios do modelo clínico terapêutico, que, como o próprio nome sugere, refere-se à patologia, ao déficit biológico, focaliza a perda auditiva e percebe o surdo como deficiente (SKLIAR, 2000). Nele, o oralismo é reconhecido como o padrão da normalidade.

A educação, que foi ofertada de forma geral aos participantes surdos, não atendeu eficazmente as suas peculiaridades, sobretudo, àquelas de proposta inclusiva. Pode-se considerar que o predomínio das práticas educativas ouvintistas dificulta e oculta as possibilidades educacionais dos surdos, como relatado por Carlos, em sua fala, acima, ao desabafar que a inclusão com o surdo não acontece na verdade. Desta forma, os surdos, dentro deste ambiente escolar regulador, ficam, automaticamente, excluídos do processo de aprendizagem (WITKOSKI, 2012). Assim, mesmo após o término do ensino médio, muitos não sabem ler, escrever e não compreendem o mínimo dos conteúdos acadêmicos (SANCHEZ, 2005).

Para a política da inclusão acontecer, na prática, exigem-se condições mínimas, objetivando desencadear o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, conforme proposto na teoria. Uma delas é a formação dos professores, sobretudo no conhecimento da comunidade e identidade surda, para entender as diferenças linguísticas que envolvem a educação, o ensino e a avaliação de aprendizagem dos surdos. Além disso, é importante que haja a presença do intérprete da língua de sinais. Corroborando esta ideia, Lacerda e Santos (2013) salientam que a educação inclusiva não é apenas ofertar o acesso dos alunos à escola ou à língua, mas sim ter uma formação profissional específica para trabalhar com estes alunos, saber lidar com as diferenças e agir com cada um deles.

A escola defendida pelos surdos é aquela que atende as especificidades da pessoa surda e deve ser construída a partir da perspectiva socioantropológica da surdez (WITKOSKI, 2012). Lacerda e Santos (2013) destacam quanto à importância de um espaço de educação bilíngue para possibilitar uma melhor educação para os surdos, através da boa prática pedagógica dos professores, didáticas visuais e currículos específicos, tudo para que não existam barreiras e discriminação.

Desta forma, cabe-se a reflexão: o estudante surdo ainda prefere a escola especializada ou a escola bilíngue?

#### 4. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo compreender a experiência dos surdos universitários, durante sua trajetória escolar, na proposta inclusiva, considerando o Ensino Fundamental e/ou Médio.

Os alunos pesquisados, quando tiveram experiência no ensino fundamental e/ou médio, perceberam como as escolas inclusivas ainda eram permeadas por normas e princípios dos ouvintes, o que dificulta seus desenvolvimentos e potencializam os processos de estigmatizações por parte dos colegas e professores. Os professores precisam entender as reais necessidades dos alunos surdos, através de um estudo de sua cultura e identidade, para fazer uso de metodologias apropriadas para o aprendizado do surdo.

Os conteúdos devem ser transmitidos pela língua de sinais (com a presença de um tradutor e intérprete) e com o uso de recursos visuais, objetivando melhor desenvolver os surdos. Pode-se contar também com professores ou instrutores surdos, para realizar o trabalho junto com os professores, visando repassar os conteúdos para os alunos. Como programas de desenvolvimentos linguísticos e metalinguísticos, para os surdos sugerem-se as principais metodologias de comunicação total: LIBRAS, datilologia, o *cued speech* (sinais manuais), *pidgin*, e o *visual phonics* lúdicos, desde o ensino infantil.

Além disso, com o fito de melhor desenvolver o ensino, especialmente até o Ensino Médio, percebe-se como fundamental o trabalho conjunto com pais, professores e com a comunidade em geral, objetivando que todos os sujeitos tenham condições de aprender e estimular as suas potencialidades.

Com este estudo, conclui-se que a realidade escolar inclusiva vivida pelos sujeitos pesquisados ainda não aconteceu efetivamente: ocorriam apenas discursos, mas, na prática, faltavam políticas efetivas, apesar de existirem resoluções, decretos e leis que tentavam regulamentá-la. A escola regular com proposta inclusiva precisa ampliar as possibilidades e diminuir as diferenças para a geração presente e para as futuras, minimizando as situações excludentes que acontecem, por vezes, por meras diferenças, sendo que os seres humanos são diferentes e iguais concomitantemente.

O presente estudo abre mais um caminho para os pesquisadores que têm interesse em estudar o tema proposto e analisar como acontece a proposta inclusiva hoje, além de detalhar as maiores dificuldades dos surdos, de maneira que se possa reavaliar a política vigente, a atuação de professores, dos familiares e da sociedade.

## Referências

ANSAY, N. N. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2009.

ANSAY, N. N. & MOREIRA, L. C. O aluno surdo e suas expectativas frente ao ingresso no Ensino Superior. In: **Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos. Livro de Programa e de Resumos. São Carlos, São Paulo, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revisada e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BORGES, F. A. & COSTA, L. G. Um estudo de possíveis correlações entre representações docentes e o ensino de Ciências e Matemática para surdos. **Ciência & Educação**. 16 (3), 567-583, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132010000300005>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

BOTEGA, L. R. **A conferência de Góten e a educação para todos no Brasil dos anos 1990**. 2005. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=22:a-conferencia-de-jomtien-e-a-educacao-para-todos-no-brasil-dos-anos-1990&catid=4:educacao&Itemid=15](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22:a-conferencia-de-jomtien-e-a-educacao-para-todos-no-brasil-dos-anos-1990&catid=4:educacao&Itemid=15)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 mai. 2017.

CAMPOS, M. de L. I. L. **Cultura surda: possível sobrevivência no campo da inclusão na escola regular**. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CROCHIK, J. L. (Org.) **Preconceito e Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos Da Presidência da República, SDH, PR, 2011.

CRUZ, J. I. G. **Consolidação de uma trajetória escolar: o olhar surdo universitário sobre o Ensino Superior**. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro Universitário Mouro Lacerda, São Paulo, 2007.

DAMÁZIO, M. **Educação escolar de pessoa com surdez: uma proposta inclusiva**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

FREITAS, L. O. **Práticas Psicológicas na Educação Especial e a Interface com a Educação Inclusiva**. Trabalho de Conclusão de Curso *latu sensu* de Psicologia Escolar, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

LACERDA, C. B. F. & SANTOS, L. F. dos. **Tenho um Aluno Surdo, e Agora?** Introdução à LIBRAS e Educação de Surdos. São Carlos: Edufscar, 2013.

LIMA, F. B. S.; VAINBERG, R. & ARATANGY, C. R. **Preconceito e discriminação no contexto escolar**. São Paulo: FDE, 2009.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MAGALHÃES, R. DE C. B. P. & CARDOSO, A. P. L. B. Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In: MAGALHÃES, R. de C. B. P. (Org.) **Educação Inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Liber Livro, 2011.

MENDES, A., & SILVA, S. **Integração e inclusão: do que estamos falando?** 2001. Disponível em: <[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Integracao\\_Inclusao.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Integracao_Inclusao.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2016.

PEDREIRA, S. M. F. Porque A Palavra Não Adianta: Um Estudo Das Relações Entre Surdos/As E Ouvintes Em Uma Escola Inclusiva Na Perspectiva Intercultural. In: **A Educação De Surdos/as: um campo de lutas e tensões**. Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2006.

QUADROS, R. M. **A educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SAMPAIO, I. S., SANTOS, A. A. A. Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.7, n.1, p.31-38, 2002.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escola para todos no século XXI**. Inclusão – Revista da Educação Especial. Out. 2005. Disponível em: < de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

SKLIAR, C. B. **A formação de professores (surdos e ouvintes) desde a perspectivada diferença**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

STROBEL, K. L. A Visão Histórica da In(Ex)Clusão dos Surdos nas Escolas. **Educação Temática Digital**. Campinas, v.7, n.2, p.245-254, 2006.

STUMPF, M. R. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. In: **Estudos Surdos III**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

WITKOSKI, S. A. **Educação de Surdos, pelos Próprios Surdos: Uma Questão de Direitos**. UFPR: CRV, 2012.

\_\_\_\_\_. **Educação de surdos e preconceito** – bilinguismo na vitrine e bimodalismo precário no estoque. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Educação, Curitiba: UFP, 2011.

\_\_\_\_\_. Surdez e Preconceito: A Norma da Fala e o Mito da Leitura da Palavra Falada. **Revista Brasileira De Educação**. Rio De Janeiro: ANPED, 2009.

## **– CAPÍTULO 5 –**

### **ESTUDO 5: SURDEZ E PRECONCEITO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS PAIS DE SURDOS**

Andressa Araújo de Araújo e Joilson Pereira da Silva

#### **Resumo**

O presente trabalho objetivou analisar a concepção dos pais de surdos sobre o preconceito vivenciado pelos seus filhos. Foram pesquisados oito pais de surdos por meio de uma entrevista semiestruturada que foi analisada com o auxílio do Software IRAMUTEQ através da Classificação Hierárquica Descendente – CHD. Os resultados geraram um dendograma com cinco classes que representam, na visão dos pais, os preconceitos que os filhos enfrentam. É evidente ainda a compreensão de muitas pessoas do preconceito histórico que associa o surdo como deficiente e “doente”. Desta forma, diversos tipos de preconceitos estão presentes no cotidiano dos surdos, os quais têm como autores principais os próprios familiares, a escola e os profissionais da área de saúde.

**Palavras-Chave:** Família; Preconceito; Surdo.

### **STUDY 5: DEAFNESS AND PRECONCEPTION: AN ANALYSIS FROM THE PERCEPTION OF DEAF PARENTS**

#### **Abstract**

The present work aimed to analyze the conception of deaf parents about the prejudice experienced by their children. Eight parents of the deaf were surveyed through a



semistructured interview which was analyzed using the IRAMUTEQ Software through the Descending Hierarchical Classification (CHD). The results generated a dendogram with five classes that represent, in the parents' view, the prejudices that children face. It is evident yet the understanding of many people of historical prejudice that associates the deaf as deficient and "sick." In this way, different kinds of prejudices are present in the daily life of deaf people, which have as main authors their own family, the school and the health professionals.

**Keywords:** Family; Preconception; Deaf.

### **Introdução**

Os pais são, via de regra, as pessoas que acompanham os filhos, sentem e percebem as dificuldades e adaptações às quais são submetidos, especialmente, quando o assunto é um filho com alguma diferença, como no caso da surdez. Então vivem e, muitas vezes, compartilham as principais dificuldades e preconceitos vivenciados por eles, nos diversos âmbitos da vida: social, no mercado de trabalho, na assistência à saúde e no processo de escolarização.

Como exemplos destas situações de preconceitos sentidas pelos surdos, podem-se citar: a terminologia que algumas pessoas usam, ao se referirem ao surdo: “mudo”, “macaco”, “mudinho”, “surdo-mudo”; além dos risos e olhares estranhos ao perceberem os surdos se comunicando através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); a rejeição na matrícula dos filhos surdos, em alguma escola da escolha dos pais; a dificuldade em conquistar uma vaga no mercado de trabalho; problemas de comunicação com o médico, ao procurar um posto de saúde ou hospital, para atendimento do surdo, entre outras.

De certa forma, o preconceito contra os surdos, pode acontecer também na própria família. Afinal, a maioria dos pais, ao descobrirem o diagnóstico da surdez de seus filhos, passa por uma fase crítica, pois este fato exige adaptações e novas prioridades na família.

Petean (1995) esclarece que os pais, no momento do diagnóstico da surdez, lidam com o sentimento de perda, da “morte” do bebê perfeito, da criança sonhada.

Porém, conforme explicam Canho, Nemo e Yamada (2006), as reações emocionais iniciais, seguidas do diagnóstico, geralmente, não perduram. Orsoni (2007) elucida que aos poucos, esta realidade vai gerando sentido para as famílias. Os sentimentos negativos como revolta, culpa, tristeza e solidão, apresentados pelos pais, podem ser modificados de acordo com a forma que estes interpretam a condição do seu filho e ganham proximidade com eles (Santos Filho & Oliveira, 2010).

Buscaglia (1997) afirma que muitas famílias que têm filhos com deficiência sentem-se pertencentes a um *status* inferior com poucos ou restritos direitos. Esses sentimentos são baseados na realidade, defrontada com atitudes depreciativas da sociedade, como proteção exagerada de parentes e amigos, ações esquivas de estranhos e implícitas nas atitudes e tratamentos de diversas pessoas e profissionais de saúde.

Os pais, frente às atitudes de preconceito, podem-se empenhar para dar o seu melhor, protegendo ou (super) protegendo o seu filho, além de utilizar meios de combater, de alguma forma, o preconceito, ou ainda, conforme esclarece Buscaglia (1997), insistir que as coisas continuem como eram antes do filho com deficiência nascer, e por fim, negar a deficiência (Buscaglia, 1997).

Como exemplo deste último caso, é comum que os pais, por vergonha da condição do seu filho, criem resistência à utilização da LIBRAS. Além disso, a família pode se recusar a buscar informações sobre a identidade surda e a cultura, afastando o surdo do convívio social e impossibilitando que o mesmo desenvolva suas potencialidades sociais e educacionais.

Deve-se lembrar que o preconceito não apresenta aceitação ou autorização para existir, de acordo com as leis. Pelo contrário: estas estabelecem o igualitarismo como ideal. Porém,

mesmo com as políticas existentes, com fins a diminuir as situações de exclusão, ainda hoje se percebem resquícios do pensamento excludente.

Dentro desta perspectiva, este trabalho teve como objetivo analisar a concepção dos pais de surdos sobre o preconceito sofrido pelos seus filhos. Ressalta-se que muitos estudos existem com a finalidade de se compreender a reação familiar pós-diagnóstico da surdez, mas não se encontrou estudos que tratem do objetivo do presente trabalho. O trabalho apresenta relevância pela importância do tema e pelo pioneirismo.

## **Método**

### *Participantes*

Participaram oito pais de surdos, sendo cinco mães e três pais. A indicação e o primeiro contato com os participantes ocorreram por meio da amostragem do tipo não probabilística (intencional) bola de neve.

### *Instrumentos e Procedimentos*

Buscando compreender e desvendar a problemática e o objetivo presente neste trabalho, como instrumento para coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com base em um roteiro previamente estabelecido que evidenciou os aspectos relevantes para abarcar o conteúdo desejado.

Inicialmente, foi realizado um primeiro contato com uma mãe de surdo e explicitado o objetivo da pesquisa. Mediante autorização para entrevista, foi realizada a primeira entrevista, piloto, para verificar a adequação de suas questões. Após o término, foram solicitadas indicações de pais/mães que pudessem participar das entrevistas.

Foram marcados dia e horário para a realização das entrevistas com os pais das crianças surdas. A coleta de dados ocorreu no local indicado pelos próprios participantes: quatro entrevistas foram realizadas em suas residências, três em seus locais de trabalho e uma na escola onde seu filho estuda (mediante autorização desta). O estudo foi realizado na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe.

Todos os participantes declararam sua concordância com os termos da pesquisa, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes e, posteriormente, transcritas em sua totalidade pela pesquisadora para posterior análise. Além disso, este estudo teve aprovação do Comitê de Ética do Hospital Universitário de Aracaju/ Universidade Federal de Sergipe/ HU-UFS, tendo sido aprovado no dia 05/06/2017, de acordo com o parecer nº 2.099.243.

Para a análise de dados foi utilizado o Programa *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ). O programa é um método informatizado para análise de textos, que busca apreender a estrutura e a organização do discurso, informando as relações entre os mundos lexicais mais frequentemente enunciados pelo sujeito (Almico & Faro, 2014). Dentre os diferentes tipos possíveis de análise, utilizou-se para este estudo a Classificação Hierárquica Descendente (CDH), que possibilita organizar em dendograma as classes geradoras de sentido, a partir de sua semelhança e frequência (Camargo & Justo, 2005).

### **Resultados e Discussão**

Inicialmente, será apresentada uma descrição dos dados para, posteriormente, apresentar-se a discussão dos resultados, tomando-se por base a literatura sobre o tema. Na descrição dos dados, expõe-se o perfil dos participantes (nome fictício, idade, sexo, escolaridade e renda familiar), para depois, a composição familiar, a causa da surdez do filho e se o mesmo faz uso de aparelho coclear.

Como forma de proporcionar uma maior segurança e tranquilidade ao participar da pesquisa, a referência a cada participante será feita através de nomes fictícios, respeitando o anonimato dos participantes, como sugere a Resolução 196/96.

Além disso, esclarece-se que ao utilizar a palavra surdo, ao longo dos resultados e da discussão, considerar-se-á os surdos que utilizam a LIBRAS como primeira língua, visto que todos os filhos surdos dos participantes entrevistados têm conhecimento e utilizam a LIBRAS como forma de comunicação.

Segue tabela com maiores informações a respeito do perfil dos participantes:

Tabela 1. Perfil dos Participantes

<b>Nome fictício</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Renda familiar</b>
Maria	58	F	Pós-graduação	Acima de 6 salários mínimos
Joana	42	F	Superior completo	4 a 6 salários mínimos
Pérola	46	F	Superior completo	Acima de 6 salários mínimos
Felipe	47	M	Mestrado	4 a 6 salários mínimos
Aline	60	F	Pós-graduação	Acima de 6 salários mínimos
Rafael	37	M	Superior Incompleto	1 a 3 salários mínimos
Cristina	46	F	Ensino médio	1 a 3 salários mínimos
Guilherme	45	M	Superior Incompleto	4 a 6 salários mínimos

Fonte: Arquivo pessoal.

Sobre a idade, seis dos participantes têm idade de até 48 anos, enquanto dois, acima de 48 anos. Cinco participantes são pertencentes ao sexo feminino (mãe dos surdos), enquanto três, masculino (pais dos surdos).

A respeito da Escolaridade, um participante tem Ensino Médio Completo; dois Ensino Superior Incompleto; dois possuem Ensino Superior Completo; dois têm Pós-Graduação *Latu Sensu* e um possui Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Além disso, faz-se importante informações como: composição familiar, causa da surdez e se o filho surdo faz uso de aparelho coclear, pois a forma que o sujeito e o filho surdo são/estão modifica a forma que ele vai se relacionar com o mundo. Segue tabela abaixo:

Tabela 2. Caracterização dos participantes e de seus filhos

<b>Nome fictício</b>	<b>Composição Familiar</b>	<b>Causa da Surdez</b>	<b>Uso de Aparelho</b>
Maria	3 filhos, é casada e mora junto com o marido e o filho surdo com a namorada. O filho surdo é o terceiro por ordem de nascimento.	Rubéola na gravidez	Não
Joana	Separada, só tem uma filha surda.	Nasceu prematuro	Já utilizou
Pérola	Casada e tem um filho.	Não sabe a causa.	Já utilizou
Felipe	Casado e tem duas filhas. A filha surda é a segunda, por ordem de nascimento.	Teve PCA (persistência do canal arterial).	Já utilizou
Aline	Separada, tem dois filhos, mora sozinha, o segundo filho é que é surdo.	Não sabe a causa.	Não
Rafael	Separado e o filho surdo foi o primeiro, hoje tem outra mulher, com a qual tem dois filhos e a ex-esposa também tem dois filhos.	Rubéola na gravidez	Não
Cristina	Mora com a filha surda. É separada, mas tem três filhas. A filha surda foi a terceira por ordem de nascimento.	Nasceu prematuro	Já utilizou
Guilherme	É separado há 5 anos, o filho hoje mora em outro estado. É o segundo filho da sua ex-esposa e o primeiro dele. Hoje, ele tem mais dois filhos.	A mãe teve pré-eclâmpsia, e o filho passou de 60 a 80 dias na UTI pré-natal, teve icterícia, tomou muito antibiótico.	Utiliza aparelho Coclear

Fonte: Arquivo pessoal.

A respeito das causas da surdez apresentadas na tabela como “nasceu prematuro”, vale ressaltar o relato de Joana: *“Ela usou antibiótico por causa de uma bactéria adquirida no hospital com oito dias de nascida. Teve intercorrência, fizeram então uma cirurgia no intestino e deram antibióticos, estes prejudicam a célula do ouvido”* e a criança de Cristina ficou na UTI: *“o primeiro exame deu perda leve de audição, moderada e, dois anos depois, perda severa, profunda”*.

Pérola, apesar de não saber a causa, tem histórico de surdez na família por parte do pai. Felipe relatou que o filho teve PCA (persistência do canal arterial): *“Esse canal quando a criança nasce, ele naturalmente se fecha e separa o sangue venoso do arterial, e o dela não fechou. Quer dizer que os dois sangues estavam-se misturando e isso causou um problema no coração dela. Com dois meses, ela se submeteu a uma cirurgia, conseguiu fechar o canal e, posteriormente, por ela não reagir a sustos e chamados, descobriu-se a surdez”*.

A seguir, consideram-se os resultados obtidos, referentes à concepção dos pais sobre os preconceitos sentidos pelos filhos surdos:

### **1) Concepção dos pais sobre os preconceitos sentidos pelos filhos surdos**

O corpus analisado teve 8 UCI (entrevistas) e foi repartido em 222 segmentos de texto e 7.624 palavras, com a frequência média de 1,4 palavras por resposta. O dendograma gerado, de acordo com a semelhança dos segmentos de texto (Figura 1), apresentou cinco classes de segmentos de texto. Além desse dendograma, a interface de resultados possibilita que se identifique o conteúdo lexical de cada uma das classes, a partir da aba Perfis (Camargo e Justo, 2005)

As palavras mais frequentes em cada classe estão listadas no dendograma constante na Figura 1. Foram selecionadas para apresentação as 10 primeiras palavras exibidas. Os

segmentos de textos (falas dos participantes), mostradas ao longo dos Resultados e da Discussão, foram gerados na aba “Perfis”, onde foi possível verificar os segmentos de textos que contém a palavra, expressa em determinada classe do dendograma, de forma que possa se recuperar o seu contexto (Camargo & Justo, 2005).



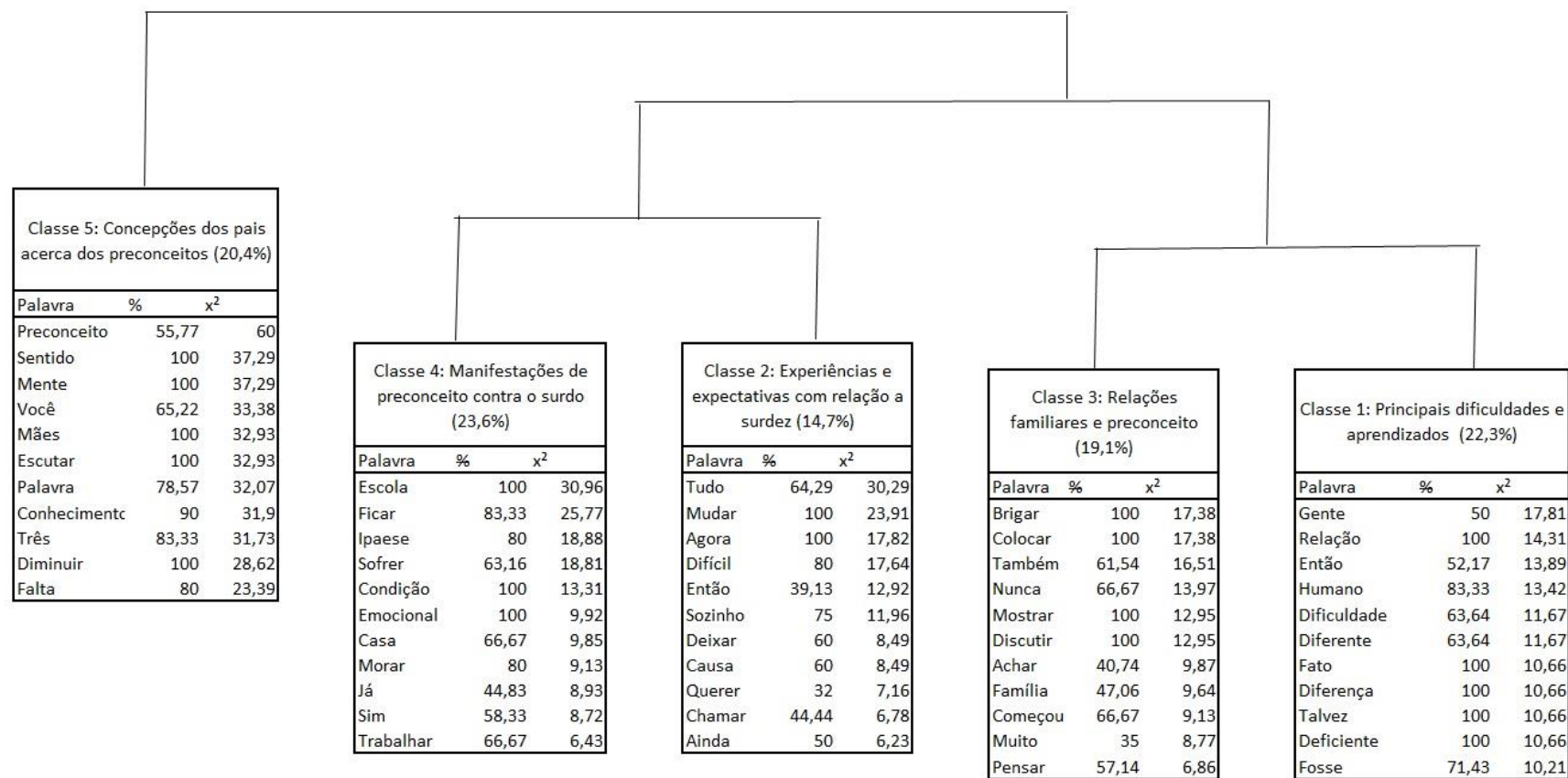


Figura 1. Dendrograma da classificação hierárquica descendente do corpus “Preconceito e Surdez”.

Fonte: Arquivo pessoal.

Em uma primeira etapa, o corpus foi dividido (1ª partição) em dois subcorpora. De um lado, a classe 5, e do outro, as classes 4,3,2 e 1. Em uma segunda etapa, o segundo subcorpus foi dividido em dois (2ª partição), opondo a classe 4 e 2 de um lado e, de outro, as classes 3 e 1. Num terceiro momento (3ª partição), a classe 2 se opôs à classe 4. Em uma última divisão (4ª partição), as classes 3 e 1 se opuseram entre si.

Iniciar-se-ão os resultados e a discussão pela Classe 5, intitulada Concepções dos pais acerca dos preconceitos, pelo seu grau de importância, considerando o objetivo do trabalho. Esta classe se opôs às demais classes por apresentar uma visão ampla do preconceito, objeto do estudo. Posteriormente, considerar-se-á a classe 4, intitulada Manifestações de preconceito contra o surdo no ambiente escolar; depois, a classe 2, Experiência e expectativas com relação à surdez, a classe 3, Relações familiares e preconceito e a 1, Principais dificuldades e aprendizados, por ordem de revelação do dendograma gerado pelo programa Iramuteq, conforme explicado acima.

A classe Conceção dos pais acerca dos preconceitos foi a terceira maior classe e abarcou 20,4% dos fragmentos da categoria. Com base nas palavras e principais segmentos, notou-se que esta classe aborda o conceito dos pais sobre o preconceito e os principais preconceitos sentidos pelos filhos.

O conteúdo referente à conceituação do preconceito pode ser visto nos extratos:

*“[...] é um preconceito, preconcebido, em função de suas experiências anteriores e do grau de conhecimento, de informação. É a falta de informação, insensibilidade, reação ao diferente [...]” (Maria).*

*“[...] o preconceito, ele vem da falta de conhecimento, eu acho, a pessoa não tem conhecimento das coisas, é uma pessoa primitiva, que não tem conhecimento do mundo [...]” (Aline).*

*“[...] o preconceito é uma falta de informação, insensibilidade, reação ao diferente, intolerância, egoísmo... é uma falta de respeito não aceitar a pessoa, a pessoa não é como ela quer [...]” (Rafael).*

Foi comum nesta classe, respostas de participantes que salientaram o preconceito ser um conceito prévio, uma falta de conhecimento, de informação ou até de insensibilidade ao diferente, que acaba por discriminar as pessoas.

De acordo com Pinheiro (2011), preconceitos são valores diversos, a partir de juízos preconceituosos que o sujeito tem sobre a realidade, levando em conta não somente o individual, mas, sobretudo, a cultura. Corroborando esta ideia, Crochík (2006) esclarece que as condutas preconceituosas se baseiam em estereótipos culturais. Os estereótipos, por sua vez, são passados de geração para geração, reproduzidos pelas culturas, e veiculados em diversos meios sociais, como internet e televisão, fortalecendo as ideias preconceituosas.

Arendt (2012), por sua vez, explica que o preconceito está ancorado a um juízo passado, apresentado como verdade absoluta, que impede que se visualize a experiência atual e as novidades e novos conhecimentos. Desta forma, repetem-se no presente os conhecimentos surgidos anteriormente, sem considerar novos dados.

O preconceito é então baseado na ideia de classificação, fundamentado em ensinamentos e expectativas e, a partir disso, é formada uma opinião em relação aos indivíduos que apresentam características diferentes e particulares, através de um conceito formulado de maneira parcial. Os indivíduos que fogem do padrão de normalidade, impostos pela maioria, passam a ser excluídos ou estigmatizados.

O participante Felipe contribuiu para esta classe, ao abordar o tema preconceito, referindo-se a seu filho surdo, salientou:

*“[...]o preconceito sempre esteve muito presente, sempre procuramos tirar isso por menos e dar a ela uma vida normal, mostrar que ela é importante pra gente, que a gente ama ela [...]” (Felipe).*

O preconceito é comum no dia-a-dia do surdo. Witkoski (2009) esclarece que falar sobre preconceito é narrar uma das interfaces de ser surdo. Ainda sob o olhar desta autora, a

surdez foi construída, historicamente, sendo o diferente, igualado a deficiente, em um enfoque patologizante.

Além das manifestações de preconceito expresso, da discriminação, a partir do tratamento negativo aos surdos e da exclusão, deve-se advertir de que a acessibilidade também é deficitária, como exemplo, em alguns locais de atendimento, existem senha e não tem monitor, sendo chamada a senha por áudio ou outros locais, para resolver algum problema, exigem que só pode ser a pessoa, por telefone, ou percebem-se ainda como há restrições dos locais de lazer, como cinema e teatro, pois, não existem intérpretes ou legendas e, ainda, pode-se citar as escolas regulares, que ainda não apresentam preparação para a verdadeira inclusão.

Felipe, justamente por ter esta consciência, procura dar uma vida “regular” a sua filha surda, demonstrando sua importância e seu sentido, já que, longe do ambiente familiar, a mesma sofre a influência do preconceito. A respeito disso, é interessante que todos os membros da família estejam envolvidos e apresentem relações concretas, um clima social propício e acompanhamento do desenvolvimento do surdo.

Sobre os principais preconceitos visualizados pelos pais, que seus filhos encaram, têm-se os abaixo, conforme ilustra os recortes textuais:

*“[...] vários episódios, principalmente em ônibus [...]” (Cristina).*

*“[...] tive alguns problemas no prédio onde eu morava, os pais chamavam ele de mudinho, tive alguns atritos, os pais começaram a proibir os filhos de andar com ele [...]” (Aline).*

*“[...] preconceito de forma impensada, de chamar de mudinho, mas por falta de conhecimento, não por preconceito. Ele nunca sofreu preconceito por ninguém, pelo menos eu nunca vi [...]” (Pérola).*

*“[...] principalmente conhecidos que não convivem no dia a dia, não chegava a ser reação de preconceito e sim de pena, que não deixa de ser mais sutil, não tão direto [...]” (Maria).*

Além disso, vale-se ressaltar que, no caso dos surdos, um dos exemplos de preconceito é a denominação “mudo”, conforme visto nos relatos de Pérola e Aline, onde aparece claro que se acreditava que os surdos não podiam falar, o que se configurava um estereótipo e, a partir desta ideia, cria-se um preconceito, pois a tendência que as pessoas têm é a de marginalizar estes indivíduos e até discriminá-los.

Hoje, sabe-se que esta denominação é errônea, pois, conforme esclarece Lima e Vieira (2006), a criança surda não é necessariamente muda, uma vez que apresentam órgãos fonadores, mas geralmente, não aprendem a falar, pois não ouvem.

Outrossim, tão grande é o peso e a influência que a cultura traz para os estereótipos, preconceitos e discriminações, que se percebe numa das falas de Aline, ao explicar que os filhos dos colegas do prédio foram proibidos de andar com o seu filho surdo. Este impedimento configura o grau de preconceito sentido pelo pai do colega, talvez por ignorância, pensando, provavelmente, que seu filho poderia contrair a surdez, ou algum déficit de desenvolvimento por não estar atuando com “normalidade” em seu pensamento, ou ainda por vergonha de seu filho estar convivendo com um surdo.

A respeito das principais suposições que explicariam o preconceito, a autora Peregrino (2013) reflete e interroga se o preconceito tem força por ser um juízo passado, permanente e não revisto que vê o surdo como um defeito a ser corrigido, como anormal, doente, incapaz e inferior, conforme visto acima, ou se é reflexo da própria condição surda, da dificuldade do ouvinte se comunicar com o surdo, por este ter uma língua própria, que não é a língua vista como natural, pela grande maioria, o português, oral – auditivo. Os participantes apostam na falta de conhecimento como motivo principal de manifestações preconceituosas por parte das pessoas.

A classe 4, intitulada Manifestações de preconceito contra o surdo no ambiente escolar, a maior deste corpus, com 23,6% dos segmentos da categoria, revela, através da fala

dos pais, a condição de sofrimento emocional, vergonha, *bullying* e rejeição, sofridos pelos surdos, especialmente nas escolas, como indicado no segmento de texto ilustrativo:

*“[...] Olham de outra forma para ele, dão risada, a partir disso, ele já fica com o sofrimento, ele passou por tudo isso. Nas escolas regulares que ele estudou existiu preconceito. As escolas não deram certo justamente por isso. [...]” (Aline)*

*“[...] A principal dificuldade foi a questão da LIBRAS. Ele foi uma vez para uma escola, tipo assim, uma sala de inclusão, mas os meninos ficavam mexendo com ele[...]” (Rafael).*

O riso, postulado acima é, segundo Peregrino (2015), uma atitude preconceituosa, originada pelo estigma da surdez. O olhar diferente para o surdo e esta forma de discriminação, as risadas, acontecem, provavelmente, pela sua forma de comunicação diferente, uma vez que, geralmente, utilizam a modalidade visuo-espacial e, além disso, há o desconhecimento desta pelos ouvintes. Pode-se considerar que a LIBRAS, apesar da Lei nº 10.436/02 que promoveu o conhecimento e visibilidade como língua natural dos surdos, ainda não é respeitada e valorizada pela sociedade, de forma geral.

Corroborando esta ideia acima apresentada, Espote, Serralha e Scorsolini-Comin (2013) esclarecem que a forma específica de comunicação dos surdos, representada pela ausência da fala e carregada por gestos e ruídos, causa, às vezes, estranhamento. E este, pode ser o início da discriminação, visto que a pessoa pode demonstrar a sua não familiaridade e conhecimento através de atos discriminatórios, ou mesmo ignorar os surdos, por não saber como se comunicar com os mesmos. Os intérpretes surgem com o objetivo de os surdos entenderem e se fazerem entender.

Além disso, grande parte dos preconceitos acontecem no ambiente escolar, em escola regular, com a falsa inclusão, conforme trecho ilustrativo abaixo:

*“[...] Onze anos ficamos à procura de uma escola, mas não tinha LIBRAS, os professores não interagem, eles são excelentes copistas [...]” (Felipe).*

É latente a dificuldade de se conseguir uma escola que inclua os surdos, em termos de estrutura adequada, preparo dos educadores e do sistema de ensino, com a presença do intérprete de LIBRAS e são ainda raras as compreensões dos principais atores sociais envolvidos na educação, dos aspectos e especificidades do surdo como da LIBRAS, da cultura e da identidade surda.

É aí que se postula e se interroga se a verdadeira inclusão existe, ou se o que existe é apenas a integração, que aceita o indivíduo diferente, mas não inclui ou promove a falsa inclusão, ou ainda, a inclusão perversa, Borges e Costa (2010, p. 582), advertem que “Muitas vezes, as políticas de integração acabam trazendo efeito contrário: maior isolamento e menores possibilidades educativas para os alunos ‘incluídos’”.

A respeito da fala de Felipe, da falta de interação dos professores e da característica de “excelentes copistas”, pode-se esclarecer, como preconiza Witkoski (2009), que os professores consideram a palavra falada e contam, muitas vezes, com a possibilidade de leitura orofacial do surdo, o que, na realidade, não acontece com tamanha facilidade e permite, então, grande dificuldade de compreensão dos conteúdos, o que o restringe à cópia dos conteúdos expostos no quadro e à tentativa, quase sempre frustrada, de apreensão dos mesmos.

A não interação dos professores com os surdos, pela sobreposição do ouvintismo, denota a exclusão deste aluno do processo de ensino-aprendizado. De acordo com Espote, Serralha e Scorsolini-Comin (2013), a exclusão é fruto dos valores presentes nas relações sociais, já que é, a partir disso, que são criados os estereótipos e preconceitos, os quais alimentam a discriminação.

A classe 2, Experiência e expectativas com relação à surdez, representaram 14,7%. Esta classe refere-se à visão dos pais sobre a experiência de ter um filho surdo e as suas expectativas. Os pais relatam, de forma geral, sobre a dificuldade, as mudanças, o processo

solitário de aceitação da surdez e da importância de se querer abraçar a causa. Apresenta-se um segmento de texto que compõe a classe 2:

*“[...] eu abdiquei de tudo por causa dele, eu não queria que ele tivesse lá fora ou dentro de casa sem ele conhecer a língua dele, querendo que ele vivesse a minha língua e eu não conhecesse a dele, então eu corri atrás. Fomos fazer curso [...]” (Pérولا).*

Esta fala demonstra a preocupação da participante, por ter consciência das dificuldades que seu filho irá enfrentar e da importância em se ter à língua natural, LIBRAS, como primeira língua e de ela conhece-la para permitir a convivência e interação.

A respeito da dinâmica familiar, é interessante que a família esteja envolvida no desenvolvimento do surdo, na sua busca de identidade e cultura, sobretudo a partir do conhecimento da LIBRAS. Afinal, conforme declara Stelling (1999), a forma como a pessoa surda é tratada em casa irá determinar a imagem que ela terá de si mesma, pois é na família que muitos dos valores, crenças e costumes transmitidos de geração para geração são repassados por meio da linguagem.

Porém, este processo de buscar a LIBRAS e de se adaptar ao mundo do surdo não é automático. Geralmente, acontece depois de algum tempo após receber o diagnóstico da surdez e pode-se afirmar que é um processo gradual e difícil, para a maioria dos pais. De acordo com Iervolino, Castiglione e Almeida (2003), após a fase do diagnóstico, os pais têm um tempo de negação que possibilita acolher o impacto, superar o seu “pesar” e aceitar-se novamente como pais. Harrison (1994), em seu estudo, assinala para a fragilidade dos pais, no momento inicial, pós-diagnóstico da surdez, demonstrando sentimentos dolorosos e intensos.

Os pais passam pelas seguintes fases, depois de receberem a notícia da surdez: negação, resistência, afirmação e aceitação (Bevilacqua & Formigoni, 2000). De acordo com Melo (2011), na fase da negação, os pais não aceitam a notícia da surdez, indo geralmente, de médico em médico, para buscar uma notícia positiva, diferente da já ofertada. Na fase da



resistência, os pais sabem que o seu filho é surdo, mas acreditam que ele terá uma vida igual a do ouvinte. No estágio da afirmação, a surdez sobrepuja sua vida em todos os aspectos, assimilando informações e tomando decisões sobre o processo de reabilitação (Schmaman; Straker, 1980 citado por Melo, 2011). Já no estágio da aceitação, a surdez já é um fato na vida dos pais e eles têm aceitação dela, incluindo suas limitações e reestruturam, assim, suas vidas, incluindo seus sistemas de valores (Luterman, 1979).

Os participantes, que contribuíram para a classe 2, já se apresentam na fase da aceitação e afirmam que a presença de um filho surdo trouxe uma transformação positiva na forma de eles verem o mundo. Isto é representado nos trechos abaixo:

*“[...] mudou muito a minha maneira de ver o mundo. Às vezes, tinha mania de reclamar das coisas, vejo meu filho surdo e não tem tempo ruim para aquele menino[...].” (Guilherme).*

*“[...] é um presente, é muito bom conviver, ter ela na vida, é bom demais, mesmo que ela não fale e ouça, ela sabe quando tô triste, quando estou alegre, ela percebe, então é um presente na vida [...]” (Joana)*

*“[...] Ela me ensina o tempo todo com posicionamento, caráter, perseverança, então eu sou feliz. Eu sou uma pessoa feliz, eu não tenho do que me lamentar, ela é feliz [...]” (Felipe).*

Marchesi (1995) relata que os pais, geralmente, apresentam como estratégia de adaptação à notícia da surdez reforçar o vínculo com o filho surdo, reconhecendo e aceitando sua deficiência auditiva; ou mesmo, podem não aceitar a deficiência, isolando e discriminando o filho, ou ainda, reorganizar a família e responsabilizar um dos seus membros, geralmente a mãe, pelo filho surdo.

Williams e Darbyshire (1982, citado por Melo, 2011) destacam que o processo de preocupação e frustração do momento do diagnóstico reaparece em outras circunstâncias: quando acaba a escola, quando entra na adolescência, quando conclui seus estudos e entra na

idade adulta, quando começa a trabalhar e pretende casar, entre outras. Como expectativas com relação ao futuro do filho, têm-se os seguintes elementos significativos:

*“[...] Eu vejo para ele um futuro duro, difícil, muito difícil, ele é muito inteligente, agora ele tem que se acordar para ver que as coisas não estão fáceis para nós ouvintes, as coisas já estão difíceis... ele vai pegar uma barra pesada [...]” (Guilherme).*

*“[...] É muito difícil, ela quer fazer um curso, ter um dinheiro dela, moto ela não quer não, porque a irmã tem e ela acha perigoso, mas comprar um carro e me ajudar. Ela fala que quer muito me ajudar [...]” (Cristina).*

*“[...]Eu tenho que jogar ela pro mundo e ver como vai ser a minha preocupação é, por exemplo, a gordura interfere socialmente, já dificulta ela estar no meio, dá vergonha, além de não falar, não ouvir, então esse processo é mais difícil [...]” (Joana).*

*“[...] Então, vou botar na academia, gosta muito de natação, dança, quero ver se introduzo também nessa parte, ao mesmo tempo, quero ver se ela tem também mais independência, quero ver se introduzo ela na vida dos surdos [...]” (Felipe).*

Percebe-se, nas falas, a preocupação dos pais por perceberem a dificuldade de os filhos serem inseridos e incluídos socialmente. Glat (1995) considera que ainda hoje existem grandes dificuldades de inclusão social, sobretudo de marginalização aos surdos impostas e a sua família, “por contaminação”.

Espote, Serralha e Scorsolini-Comin (2013) esclarecem que mais do que uma questão cultural, o preconceito leva com ele ideias quanto à deficiência apresentada, a maioria catalogada com a ideia de falta de capacidade. Deste modo, entende-se a preocupação dos pais quanto ao futuro do filho surdo.

Guilherme apresenta uma visão muito realista sobre o assunto e, na fala de Cristina, foi possível perceber uma certa simbiose, talvez pela culpa que a mãe traz, por ter aceito a surdez da filha com apenas 10 anos. Atualmente, esta mãe vive para filha e a filha para ela. É

como se elas quisessem recuperar o tempo perdido. Na sua fala, demonstrou o sentimento de independência que a filha deseja.

Joana e Felipe tem a esperança de tornar os filhos mais independentes, pois acreditam que isso pode ajuda-los. Provavelmente os pais agiram até o momento, com uma superproteção inconsciente, fato que, Melo (2011) enfatiza, é comum, na busca do crescimento do filho, visando à preservação e à defesa também do filho de possíveis dificuldades. Porém, agindo assim, dificulta-se a autonomia do filho para a conquista de suas capacidades.

Na classe 3, com 19,1%, foram mostradas as relações familiares e os preconceitos e, por este motivo, esta classe recebeu o nome de Relações Familiares e Preconceito. Apresentam-se segmentos de texto ilustrativos, componentes dessa classe:

*“[...] O preconceito, para qualquer criança especial, é uma maldade, uma crueldade. Infelizmente esse preconceito existe até dentro de nós, mães de surdos. No início eu falava: não use as mãos não, fique calada. Ela dizia pra irmã “eu acho que minha mãe tem vergonha de mim[...]” (Cristina).*

*“[...] O preconceito começa na própria família, depois nas ruas, nas instituições. Sempre existe esse preconceito na família. A gente quer que eles sejam como nós, a gente nunca se coloca no lugar deles [...]” (Felipe)*

*“[...] Na própria família tenho um irmão que é muito brincalhão, ele brinca com todo mundo, mas, de vez em quando, vem aquela brincadeira sobre a forma que meu filho fala e todo mundo ri. Isso também era uma forma de preconceito e eu briguei muito com a família também [...]” (Aline)*

Segundo Witkoski (2009), “é incorporado ao ambiente familiar o poder das ciências médicas, como regime de verdade, que vai ao encontro do tipo de representação social dominante, que também identifica a surdez como uma condição de inferioridade, de incapacidade” (p. 571).

Pode-se considerar que são comuns, nos pais de surdos, sentimentos como tristeza, raiva, vergonha, medo e insegurança diante do novo, do desconhecido. Estes sentimentos são

potencializados, muitas vezes, pois os próprios profissionais da saúde, ao revelarem o diagnóstico, transmitem uma visão fatalista. Witkoski (2011) destaca que a descoberta da surdez pelos pais, geralmente, é realizada através de exames audiológicos e imersos nos discursos clínico-terapêutico, contribuindo para o rótulo estigmatizante com que o surdo é visto.

Além disso, pode-se afirmar que uma das maiores polêmicas em relação aos surdos, desde o século XVIII, é a utilização da língua de sinais (Goldfeld, 1997). Witkoski (2009) aborda que a família, muitas vezes, apresenta resistência à utilização da língua de sinais, geralmente, pelo constrangimento de ter um filho visto como deficiente, conforme visualizado na fala de Cristina.

Reafirma-se que o primeiro olhar que os familiares têm sobre a criança surda é o rótulo de deficiente, sendo as famílias influenciadas pelos discursos científicos dos “especialistas em surdez”, que os veem como um corpo com defeito que precisa ser corrigido e reparado (Witkoski, 2012). São ilustrativos os seguintes segmentos de texto:

*“[...] Os médicos colocam muitas necessidades que, na verdade, não existem na cabeça dos pais e tratam de uma forma muito como se diz, falsa, com a mentira, muita falta de profissionalismo[...].” (Maria).*

*“[...] Ele começou a balbuciar muito, nessa época, e dava aquele ânimo, aquela coisa, eu não tinha muita orientação, nem informação, achava que ele pudesse falar, falta de informação mesmo[...].” (Pérola)*

Os pais, como se pode perceber nos trechos acima, tinham a esperança da normatização de seus filhos, através da fala, influenciados pelas ciências médicas, como se fossem regimes de verdade, como se o filho precisasse ser corrigido através de serviços de saúde como o de fonoaudiólogo e do uso de aparelhos cocleares. A medicalização da surdez, conforme declara Witkoski (2011), é sustentada por uma ideologia oralista, percebida na fala de Pérola, quando compartilha, com alegria, a sua esperança, de o filho falar, ao vê-lo

balbuciando, e depois, explica a falta de orientação recebida, por anterior “ignorância” no assunto.

Maria, através do trecho acima, adverte que, possivelmente por estar enraizado neste discurso baseado no oralismo, visto como algo normal, ela e o marido, apresentaram muitas necessidades, que, se tivessem conhecimento, não precisariam ter passado. Hoje em dia, esta participante e seu marido abraçam a causa, cultura e identidade surda, junto com seu filho.

Além disso, esta foi a única participante que não sentiu reação de preconceito na família:

*“[...] nunca senti então nenhuma reação, pelo contrário, para ele, eu acho que ele sempre foi muito exaltado [...]” (Maria).*

Este caso, portanto, ressalta que, de acordo com o visualizado na pesquisa, constitui-se uma exceção à regra. Maria complementa:

*“[...] ele sempre foi muito consciente das coisas, nunca demonstrou nenhuma frustração por ele ser surdo, nunca se colocou em nenhuma limitação por ser surdo, ele acha as vezes que a gente faz muitas coisas por ele, que ele devia fazer mais [...]” (Maria).*

A não reação de preconceito da família, provavelmente influenciou o fato deste participante aceitar a sua condição e se sentir realizado com ela, assumindo sua identidade e cultura. Porém, o relato da mãe, de que o filho procura ser mais independente, demonstra a superproteção, comum pelo excesso de preocupação e indiretamente pode manifestar um preconceito sutil, por não confiar no potencial dele para se desenvolver. Fato, enraizado no estigma de que o surdo não tem condições efetivas de desenvolvimento semelhante ao dos ouvintes.

Glat (1995) afirma que a marginalização imposta ao indivíduo surdo, acaba provocando o isolamento de muitas famílias e, por conseguinte, reforçando a superproteção, fazendo com que a condição especial do sujeito surdo seja atribuída a dimensões maiores, em comparação a suas capacidades e aptidões.

Na classe 1 (22,29%) é exaltada a experiência de ter um filho surdo, com todas as dificuldades e aprendizados que isso suscita. Esta classe recebeu o nome de Principais dificuldades e aprendizados. O segmento de texto a seguir é ilustrativo desta classe: “[...] *Foi um privilégio aprender LIBRAS e não ficar só pra mim, expandir pra quem precisa, as dificuldades foram muitas e o aprendizado é que eu não fico só pra mim, eu procuro ajudar as pessoas também[...]*” (Cristina).

As dificuldades da relação com o filho surdo podem influenciar no preconceito ou, às vezes, é até o próprio preconceito, conforme trechos abaixo:

*“[...] nós tínhamos uma orientação muito deturpada, encaminhavam a gente e era aquela coisa: tem que ir para o psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, então tratam o surdo como doente, eles não estão preparados para a orientação[...]”* (Maria)

*“[...] outra dificuldade é a questão da própria discriminação que ela sente, da família, em geral, não a gente, mãe, pai, irmã e depois há discriminação de amigos em geral e da própria sociedade [...]”* (Felipe)

*“[...] primeiro é o preconceito porque acham que o surdo é uma pessoa doente, como se não merecesse um lugar na vida [...]”* (Aline).

Maria traz como principal dificuldade a questão da orientação no momento diagnóstico e pós-diagnóstico, fazendo uma crítica à ideia construída de surdez, como desvio de normalidade, numa abordagem patológica. Já Felipe e Aline relatam como dificuldade a própria questão da discriminação e do preconceito, por significar sua exclusão e privação de direitos básicos constitucionais.

Como ponto positivo, os pais declaram:

*“[...] a gente passa a ser mais sensível, passa a ter um olhar diferente sobre a deficiência, pode ser a qualquer uma, não só a surdez, passa a ser mais humano e a acreditar mais nas pessoas [...]”* (Felipe).

*“[...] o principal é a gente começar a ser mais humano e ver as coisas de forma diferente. No momento que eu tive um filho surdo e passei por todas as dificuldades para conseguir seguir o caminho dos surdos [...]”* (Maria).

*“[...] Não que eu não era humano, mas eu fiquei mais humano, de eu enxergar que as dificuldades não são esse bicho de sete cabeças, que tem coisas muito mais difíceis que as pessoas superam...[...]” (Guilherme).*

Os três trechos acima, trazem a palavra humano. Vale ressaltar que, na classe Principais dificuldades e aprendizados, a palavra humano foi a 4º palavra mais significativa, com  $x^2 = 13,42$ . Interessante apresentar a resposta dos pais, por apresentarem uma contradição com os juízos passados, cristalizados sobre os surdos, contrários a humano, que rotula o surdo como anormal e inferior. Os relatos dos pais mostram como a convivência e a presença do filho é significativo para perceber a sociedade de outra forma, mais humana. Eles têm, assim, a oportunidade de desconstruir preconceitos e de se libertar dos juízos e, mais ainda, de conviver e ver os pontos positivos e as aprendizagens que a convivência com o diferente suscita, engrandecendo a experiência humana.

### **Considerações Finais**

As cinco classes analisadas possibilitaram compreender, a partir da concepção dos pais de surdos, o que é presente na realidade destes, sendo visualizados preconceitos, especialmente, na família, na escola e na área da saúde.

Percebe-se no estudo que, apesar das Leis, como a de nº 13.146, de 2015, art. 4º que prevê: “Toda pessoa com deficiência tem o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” e, o Art. 5º, que complementa: “A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante” (inclusive contemplando que, em casos de prática de discriminação, em razão da sua deficiência, a Lei prevê pena de reclusão de 1(um) a 3(três) anos e multa, podendo ser maior, em casos específicos), das políticas igualitárias e da luta pelos surdos para conquistar

seu espaço, os preconceitos contra os mesmos são constantes, sendo presentes ainda o caráter clínico terapêutico que percebe o surdo como doente e deficiente.

É interessante ressaltar que alguns pais, no momento do diagnóstico ou até depois dele, apresentam alguma forma de preconceito e assumem esta condição. De forma geral, porém, aceitam a surdez e falam sobre a oportunidade de aprendizado que isso suscitou. Consideram o preconceito como uma forma cruel e defendem seus filhos. Percebe-se como é fundamental aceitar a identidade e a cultura surda, acreditar no potencial do surdo e praticar com eles os desafios da vida cotidiana, como forma de se diminuir os preconceitos vividos e ajudar a eliminar esta imposição “normalizadora” ainda presente na sociedade.

Pode-se considerar que o presente estudo trouxe como limitação o fato de ter sido aplicado somente com pais conhecedores da LIBRAS. Sugere-se que sejam realizados estudos com pais de surdos que não têm conhecimento da língua, visto ser este um fato comum, que potencializa os preconceitos sentidos pelos surdos, tendo-se a oportunidade de enriquecer os conteúdos sobre o tema e até traçar um comparativo com este estudo.

Os preconceitos e as crenças com relação ao surdo devem ser repensados na sociedade. O surdo é um cidadão que tem a particularidade de comunicação e esta é sua única diferença, que deve ser contemplada, acolhida, incluída e respeitada.

### Referências

- Almico, T. & Faro, A. (2014). Enfrentamento de cuidadores de crianças com câncer em processo de quimioterapia. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(3), 723-737.
- Arendt, H. (2012). *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Bevilacqua, Maria Cecília & Formigoni, Gisela Maria Pimentel. (2000). *Audiologia Educacional: Uma Opção Terapêutica para a Criança Deficiente Auditiva*. 3º edição. Carapicuíba, SP: Pró-Fono.



- Borges, F. A. & Costa, L. G. (2010). *Um estudo de possíveis correlações entre representações docentes e o ensino de Ciências e Matemática para surdos*. *Ciência & Educação*. 16 (3), 567-583, 2010. Recuperado em 26 de agosto de 2016, de <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132010000300005>>.
- Brasil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. Recuperado em 20 de fevereiro de 2017, de <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>.
- Brasil, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República. *Casa Civil*. Brasília, DF. Recuperado em 07 de março de 2017, de <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>.
- Buscaglia, L. (1997). *Os deficientes e seus pais*. (R. Mendes, Trad.). Rio de Janeiro: Record.
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2005). IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia* – 2013, Vol. 21, nº 2, 513-518. Recuperado em 24 de maio de 2017, de <file:///C:/Users/Andrey/Downloads/Camargo%20e%20Justo.pdf>.
- Canho, P. G. M.; Neme, C. M. B. & Yamada, M.O. (2006) A vivência do pai no processo de reabilitação da criança com deficiência auditiva. *Estudos de Psicologia*, 23(3), 261-269.
- Espote, R. & Serralha, C.A.; Scorsolini-Comin, F. (2013) *Inclusão de surdos: revisão integrativa da literatura científica*. *Psico-USF*, v.18, p.77-88.
- Glat, R. S. (1995). *A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão*. Rio de Janeiro, Sette Letras.
- Goldfeld, M. (1997). *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista*. São Paulo: Plexus.

- Harrison, KMP. (1994). *A surdez na família: uma análise de depoimentos de pais e mães*. Dissertação de mestrado em Distúrbios da Comunicação não publicada, Programa de Estudos Pós-Graduados em Distúrbios da Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Iervolino, S. M. S.; Castiglioni, M., & Almeida, K. (2003). A Orientação e o Aconselhamento no Processo de reabilitação Auditiva. In Almeida, K. & Iorio, M. C. M. *Próteses Auditivas: Fundamentos Teóricos e Aplicações Clínicas*. 2ª ed. São Paulo: Lovise.
- Lima, P. A. & Vieira, T. (2006). *Surdos: a(s) linguagem(ns) como sistemas de representação e organização mental*. São Paulo: Avercamp.
- Luterman, D. M. (1979). *Counseling parents of hearing impaired children*. Boston: Little Brown.
- Marchesi, A. (1995). *El desarrollo cognitivo y lingüístico de los niños sordos: perspectivas educativas*. Madrid: Alianza.
- Melo, M. M. (2011). *Família E Escola: Criando Identidades na Constituição do Sujeito Surdo*. Dissertação de mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- Orsoni, L. C. A. M. (2007). *A produção de sentidos da surdez e de filhos surdos*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação Strictu Sensu em Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO.
- Peregrino, G. (2013). Por Um Olhar Arendtiano ao Preconceito Contra Surdos. *VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*. PUC, Londrina – PR.
- Peregrino, G. (2015). Por Um Olhar Arendtiano Ao Preconceito Contra Surdos. *VIII Encontro Da Associação Brasileira De Pesquisadores Em Educação Especial*. PUC, Londrina, PR.

- Petean, E. B. L. (1995). *Avaliação Qualitativa dos Aspectos Psicológicos do Aconselhamento Genético Através do Estudo Prospectivo do Atendimento das Famílias*. Tese de Doutorado em Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Pinheiro, Viviane P. G. (2011). Preconceito, moralidade e educação moral para a diversidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16 n. 46 jan.|abr. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Santos Filho, G. O. S. & Oliveira, R. R. S. (2010). *Os Desafios na Comunicação entre os Surdos e a Família*. Recuperado em 24 de novembro de 2016, de <http://www.webartigos.com/artigos/os-desafios-na-comunicacao-entre-os-surdos-e-a-familia/31113/>.
- Stelling, E. P. (1999). *O aluno surdo e sua família*. In: *Repensando a educação da criança surda*. (Org.) Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Divisão de Pesquisas: Rio de Janeiro.
- Witkoski, S. A. (2009). Surdez e Preconceito: A Norma da Fala e o Mito da Leitura da Palavra Falada. *Revista Brasileira De Educação*. Rio De Janeiro: ANPED.
- \_\_\_\_\_. (2011) *Educação de surdos e preconceito: bilingüismo na vitrine e bimodalismo precário no estoque*. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná. Recuperado em 24 de junho de 2017, de [http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2011/d2011\\_Silvia%20Andreis%20Witkoski.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2011/d2011_Silvia%20Andreis%20Witkoski.pdf).
- \_\_\_\_\_. (2012). *Educação De Surdos, Pelos Próprios Surdos: Uma Questão de Direitos*. UFPR: CRV.

## COMENTÁRIOS FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender a experiência do preconceito vivenciado por surdos universitários durante o período escolar, na proposta inclusiva, e analisar a concepção dos pais de surdos acerca do preconceito vivenciado pelos seus filhos surdos, através de cinco estudos em forma de artigo.

No **Estudo 1**, foi-se apresentado uma análise conceitual referente a surdez e ao preconceito, envolvendo as concepções clínico terapêutica e sócio antropológica, e os preconceitos específicos contra o surdo: audismo, surdofobia e ouvintismo.

No **Estudo 2**, foi produzido um artigo, Estado da Arte, com o intuito de avaliar estudos empíricos nacionais que tiveram como foco a surdez e o preconceito. Os resultados, por sua vez, evidenciaram a necessidade de se aumentar os estudos sobre surdez e preconceito no Brasil, em vista da pouca quantidade de artigos encontrados. Além disso, a predominância de estudos foi de análise qualitativa e o enfoque dado nos estudos analisados foi na área da inclusão (30% do total de artigos), nos estudos que versam sobre a influência do modelo clínico terapêutico e socioantropológico e sua relação com o preconceito (30% do total de artigos) e os demais, do fenômeno do preconceito contra o surdo, em diversos âmbitos ou situações, como exemplos: as implicações da surdez em adultos; em adolescentes com implante coclear; o duplo preconceito, vivenciado por surdos e homossexuais; e, por fim, a história real de um surdo que foi interpretado como sendo louco. Observou-se uma carência de estudos que investiguem de forma específica o preconceito com relação aos surdos.

No **Estudo 3**, objetivou-se compreender a experiência do preconceito vivenciado pelos surdos universitários durante a sua trajetória escolar na proposta inclusiva. Nele, ficou evidente que os sujeitos da pesquisa tiveram sua experiência escolar no Ensino Fundamental e/ou Médio, marcada pelo preconceito, quando em escolas inclusivas, sendo, algumas vezes,

obrigados a oralizar, não contando com a presença do intérprete, sofrendo xingamentos, sendo alvos de brigas, *bullying* e exclusão. É notório que a maioria dos preconceitos ocorre pelo desconhecimento da sociedade da língua de sinais. Percebem-se necessárias mudanças e o desenvolvimento de intervenções e práticas educacionais e pedagógicas que levem em consideração as reais necessidades de todos os discentes. É necessário estudar futuramente as formas de enfrentamento dos sujeitos surdos, neste ambiente, mas não se limitando os estudos a surdos pertencentes à Universidade Pública e sim, também, às Instituições Particulares.

Já o **Estudo 4** buscou compreender a experiência dos alunos surdos universitários, durante sua trajetória escolar, na proposta inclusiva. Neste, percebeu-se que as experiências escolares e o processo de ensino-aprendizado dos surdos foram comprometidos pelas condições precárias de ensino, uma vez que determinam o predomínio das práticas educativas ouvintistas, o não conhecimento da LIBRAS, a falta de intérpretes e de recursos visuais como mecanismos para facilitar a captação de conteúdos teóricos. Assim, a educação inclusiva ofertada aos participantes surdos, não atendeu, eficazmente, as suas peculiaridades; e sim, dificultou e ocultou as possibilidades educacionais dos surdos. Além da exclusão do processo de ensino, foi sinalizado que existia também a exclusão social.

Com a finalidade de analisar a concepção dos pais de surdos sobre o preconceito vivenciado pelos seus filhos, realizou-se o **Estudo 5**. Neste, percebeu-se como os diversos preconceitos são presentes no cotidiano do surdo, estes têm como autores os próprios familiares, profissionais da saúde, escola, entre outros. Pode-se concluir que é evidente ainda a compreensão de muitas pessoas do preconceito histórico que associa o surdo a um defeito a ser corrigido.

Compreende-se através dos quatro estudos em formato de artigo (Estudo 2,3,4 e 5), o quanto de interligação há entre a saúde, o direito e a educação destes sujeitos, uma vez que a notícia da surdez é dada a partir de um diagnóstico médico, que vê o surdo sob um viés

clínico, com uma falta ou defeito, que precisa ser corrigido. Posteriormente, o legislador define e dita como deve ser a realidade destes sujeitos, sem considerar, necessariamente, suas especificidades. A escola, por sua vez, tenta cumprir.

Desta forma, analisando os resultados dos estudos, percebe-se que os surdos vêm sendo ainda representados como deficientes, como tendo uma patologia, sendo estigmatizados e, muitas vezes, têm desconsideradas suas potencialidades, tanto no ambiente educacional, como pelos profissionais de saúde e familiares. Assim, geralmente, têm limitados os seus aparatos informacionais nestes ambientes e, por consequência, são excluídos.

Devido aos preconceitos frequentes contra os surdos, visualizados e confirmados nos quatro estudos, é fundamental pensar-se em políticas que contemplem a acessibilidade e o real respeito às diferenças, através do:

1) acesso da população a informações sobre a identidade e cultura surda, e cursos de LIBRAS;

2) apoio, no momento do diagnóstico, aos pais, contando-se com uma equipe multiprofissional e interdisciplinar com conhecimento sobre a surdez;

3) o encorajamento aos professores e aos diversos atores sociais envolvidos na educação para a qualificação destes, através de capacitação pedagógica voltada para o surdo;

4) presença de intérpretes de LIBRAS em escolas regulares;

5) oferta de educação bilíngue para os surdos, sendo a LIBRAS a primeira língua e a língua portuguesa, segunda língua, em escolas e classes bilíngues e também em escolas inclusivas, considerando a importância da aprendizagem da LIBRAS e do Português;

6) capacitação de profissionais da saúde para permitirem o atendimento ao surdo;

7) oportunidades iguais, no que se refere ao direito ao trabalho, bem como condições justas e favoráveis de trabalho, com a presença de intérprete e disposição de cursos de LIBRAS para os funcionários;

8) obrigatoriedade do ensino da LIBRAS para todos os profissionais e graduandos para permitir a disseminação e aprendizado da LIBRAS, de forma que isto traga benefícios à sua futura atuação profissional e permita a inclusão e acessibilidade;

9) outras medidas necessárias para permitir a profissionalização dos surdos, o turismo, o lazer, a informação e a convivência familiar e comunitária, para “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”, conforme disposto no Art. 1º na Lei nº 13.146, de 2015.

Pode-se ressaltar, porém, que esta pesquisa, através dos quatro últimos estudos, em formato de artigo, traz algumas limitações: no Estudo 2, só se consideraram artigos científicos nacionais e duas bases de dados. Sugerem-se, nas bases de dados, a ampliação do objeto para teses e dissertações e de artigos científicos internacionais. Já no Estudo 3 e no 4, utilizou-se uma amostra de surdos universitários de um mesmo curso de graduação e de uma mesma instituição superior de ensino pública. Sugere-se ampliar a amostra e incluir instituições particulares. O Estudo 5 foi feito somente com pais conhecedores da LIBRAS. Por este motivo, recomenda-se que sejam realizados estudos com pais de surdos que não têm conhecimento da LIBRAS, por ser um fato comum e real.

Por sua vez, presume-se que este trabalho traz uma ampla contribuição aos estudos em Psicologia Social, em virtude da carência destes e, mais do que isso, colabora para o campo da surdez. Os resultados destes estudos contribuirão, então, para a ampliação do conhecimento acerca da surdez, com vistas a diminuir os impactos dos preconceitos sofridos pelo surdo.

Conclui-se que os surdos estão diante de um grande desafio, bem como se apresentam assim, por estarem inseridos em uma sociedade majoritariamente ouvinte, em que faltam conhecimentos sobre a surdez e sobre a LIBRAS. É importante, com fins a se diminuir as

dificuldades de inclusão apresentadas, despertar a consciência da importância de os ouvintes aprenderem a LIBRAS, de forma a incentivar a socialização e a inclusão dos surdos, e não só os surdos terem a obrigatoriedade de aprender o português, como é comum acontecer. Desta forma, percebe-se necessária uma mudança nas concepções da sociedade, de forma geral, sobre a surdez e quanto à LIBRAS, para que o surdo seja reconhecido em sua diferença, com respeito a sua língua, identidade e cultura.



## REFERÊNCIAS DA APRESENTAÇÃO

- Furtado, R.S.S. (2008). *Surdez e relação pais-filhos na primeira infância*. Canoas: Ed. ULBRA.
- Martins, Francielle C. (2013). *Discursos e Experiências de Sujeitos Surdos sobre Audismo, Deaf Gain e Surdismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.
- Santos. H. T. S. dos. (2011). Diferença, Surdez e Educação. *Revista do Difere -*, v. 1, n. 1, jun/2011. Recuperado em 20 de outubro de 2017, de file:///C:/Users/Andrey/Downloads/Diferen%C3%A7a,\_Surdez\_e\_Educa%C3%A7%C3%A3o\_-\_SANTOS\_(USAR\_HIERARQUIA)%20(2).pdf.
- Silva, S. A. (2009). *Conhecendo um pouco da história dos surdos*. Londrina, PR. Recuperado em 29 de outubro de 2017, de file:///C:/Users/Tutor/Downloads/Silva%202009.pdf.
- Skliar, C. B. (1998). Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: Skliar, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- Witkoski, S. A. (2009). Surdez E Preconceito: A Norma da Fala e o Mito da Leitura da Palavra Falada. *Revista Brasileira De Educação*. Rio De Janeiro: ANPED.

**ANEXOS / APÊNDICES**

## Anexo A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

The screenshot displays the 'Plataforma Brasil' web application interface. The browser address bar shows the URL: `plataformabrasil.saude.gov.br/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgrupador.jsf`. The page header includes the 'Saúde Ministério da Saúde' logo and the 'Plataforma Brasil' logo. Navigation buttons for 'Público', 'Pesquisador', and 'Alterar Meus Dados' are visible. The user is logged in as 'ANDRESSA ARAUJO DE ARAUJO - Pesquisador | V3.0' with a session expiration of 39min 55.

The main content area is titled 'DETALHAR PROJETO DE PESQUISA'. It contains two main sections:

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA**: This section lists the following information:
  - Título da Pesquisa: OLHARES SOBRE A SURDEZ E O PRECONCEITO: UM ESTUDO COM SURDOS UNIVERSITÁRIOS E COM PAIS DE SURDOS.
  - Pesquisador Responsável: ANDRESSA ARAUJO DE ARAUJO
  - Área Temática:
  - Versão: 1
  - CAAE: 68385817.2.0000.5546
  - Submetido em: 11/05/2017
  - Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS
  - Situação da Versão do Projeto: Aprovado
  - Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
  - Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA**: This section shows a tree view of documents:
  - Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
    - Projeto Original (PO) - Versão 1
      - Curriculum dos Assistentes
      - Documentos do Projeto
        - Comprovante de Recepção - Submissão
        - Folha de Rosto - Submissão 1

Below the document tree, there is a table with the following columns: Tipo de Documento, Situação, Arquivo, Postagem, and Ações. The table is currently empty.

At the bottom of the page, there is a 'Comprovante de Recepção' (Receipt of Receipt) section with a PDF icon and the file name 'PB\_COMPROVANTE\_RECEPCAO\_906226'. A circular stamp with the text 'COORDENADOR' is also visible.

The footer of the page shows two PDF files: 'PB\_PARECER\_CON....pdf' and 'Projeto\_Comite\_Eti....pdf'. There is also a button labeled 'Exibir todos'.

**Apêndice A- Roteiro para Condução do Grupo Focal – Estudo 3 e 4****Identificação:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Renda familiar: \_\_\_\_\_

Composição familiar:

Fase da família: ( ) Aquisição ( ) Madura

Pais: ( ) Surdos ( ) Ouvintes

- 1) Para vocês, o que é ser surdo?
- 2) Fale um pouco sobre suas experiências no período escolar
- 3) No ensino fundamental e médio, estudaram em escola pública ou particular? Na turma, existiam pessoas com algum tipo de deficiência?
- 4) Como é a relação com pessoas não surdas na escola? Esta relação sofreu alguma mudança no decorrer do tempo?
- 5) Como os surdos são tratados pelas pessoas não surdas? Há algum tipo de agressão nesta relação? Qual (is)?
- 6) Como as pessoas não surdas deveriam tratar os surdos?
- 7) Para você, o que é preconceito? Qual (is) mais ocorre(m)?
- 8) Você já vivenciou preconceito na idade escolar? Quais ou de que tipos?
- 9) O que fez para superar o preconceito e não deixar que ele o afete?
- 10) No Ensino Superior, ainda existe preconceito?

**Apêndice B - Roteiro de Entrevista – Estudo 5****Identificação:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Renda familiar: \_\_\_\_\_

Composição familiar:

Fase da família: ( ) Aquisição ( ) Madura

País: ( ) Surdos ( ) Ouvintes

- 1) Conte-me um pouco sobre as características do seu filho. Qual o tipo de surdez dele(a)?
- 2) Como foi o momento da descoberta da surdez? Quando foi percebida? Qual a causa?
- 3) Quais sentimentos e percepções estavam envolvidos na suspeita à detecção do diagnóstico da perda auditiva? Houve aceitação imediata? Caso não, quais as principais dificuldades envolvidas na elaboração e aceitação da surdez do seu filho?
- 4) Como foi o processo de mudança e adaptação, vivenciado pela família, com a descoberta da surdez? Ocorreram mudanças significativas no contexto familiar após a descoberta da surdez? E a relação conjugal, como ficou?
- 5) Quais as fontes de apoio que vocês contaram em situações como a de descoberta de uma perda auditiva? E quais contam?
- 6) Para vocês, o que é família?
- 7) Por que a família é importante no processo de formação do indivíduo surdo?
- 8) Como é a rotina de vocês? Como é o relacionamento na família?
- 9) Como é a experiência de ter um filho surdo? Você considera que a cultura, os mitos, os valores e as crenças influenciam na relação familiar com seu filho surdo? De que forma?
- 10) Quais elementos dificultam e quais facilitam o convívio familiar?
- 11) Qual a modalidade de linguagem que vocês utilizam em casa para interagir?
- 12) Quais as principais dificuldades cotidianas que seu filho enfrenta? E a família?

- 13) Seu filho já sofreu alguma discriminação por ser surdo? E a família?
- 14) Quais os preconceitos sentidos na família? E fora dela? Podem-me contar mais a respeito?
- 15) Qual a pior situação de preconceito enfrentado pelo seu filho surdo? Pode-me contar mais a respeito?
- 16) Qual a sua opinião sobre os preconceitos sentidos pelos surdos?
- 17) Quais as estratégias utilizadas pela família e pelo filho surdo para enfrentar o preconceito?
- 18) Qual (is) as expectativas da família em relação à fala, a linguagem e o futuro do seu filho surdo?
- 19) Há algo mais que vocês queiram acrescentar ou comentar? Por favor, sintam-se à vontade.

## **Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Estudo 3 e 4**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante,

Agradecemos a sua participação voluntária nesta pesquisa que objetiva compreender a experiência de pessoas surdas, estudantes do ensino superior, quanto ao enfrentamento do preconceito na idade escolar.

Solicitamos responder, de forma sincera, as perguntas sugeridas, enquanto participantes do grupo focal, que terá duração de cerca de uma hora.

A meta final da pesquisa é voltada para publicação científica que irá compor a dissertação do meu Mestrado em Psicologia Social. Os dados e resultados da pesquisa serão divulgados em meio científico, apenas de forma agrupada, impossibilitando a identificação pessoal dos participantes.

Sua participação não é obrigatória e apresenta risco considerado mínimo devido ao constrangimento frente à situação de responder às perguntas no grupo focal. Se, em qualquer fase da pesquisa, você se recusar a participar ou retirar seu consentimento, terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é Andressa Araújo de Araújo, mestranda do curso de Psicologia Social e orientanda do Prof. Joilson Pereira da Silva, ambos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Fornecemos o endereço de e-mail (dekaaraujo@hotmail.com) e o telefone (079 99191-4147) para que você possa entrar em contato conosco.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Obrigada pela colaboração e auxílio!

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Entrevistador

\_\_\_\_\_  
Participante

**Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Estudo 5**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante,

Agradecemos a sua participação voluntária nesta pesquisa que objetiva analisar a concepção dos pais de surdos, sobre o preconceito presenciado pelos seus filhos.

A entrevista desta pesquisa será feita individualmente, numa única sessão e sua participação será responder de forma sincera. O formulário de pesquisa será identificado apenas por um código, sendo mantidas sob sigilo suas informações. A aplicação terá a duração de cerca de 40 minutos.

A meta final da pesquisa é voltada para publicação científica e confecção da dissertação do Mestrado em Psicologia Social. Os dados e resultados da pesquisa serão divulgados em meio científico, apenas de forma agrupada, impossibilitando a identificação pessoal dos participantes.

Para participar é importante que você saiba dos seguintes critérios: a qualquer momento, você pode desistir de participar, pois não haverá problema quanto a isso; responda às questões de forma espontânea e tranquilamente; e não existem respostas certas e erradas.

Abaixo, será fornecido um número de telefone, caso desejar entrar em contato com o pesquisador, se houver alguma dúvida ou questão que queira esclarecer a respeito da pesquisa, ou ainda para ter acesso aos seus resultados, assim que esta tiver sido concluída.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é Andressa Araújo de Araújo, mestranda do curso de Psicologia Social e orientanda do Prof. Joilson Pereira, ambos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Fornecemos o endereço de e-mail (dekaaraujo@hotmail.com) e o telefone (079 99191-4147) para que você possa entrar em contato conosco.

Lembramos que o sucesso desta pesquisa depende da sua sinceridade. Obrigada pela participação!

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Entrevistador

---

Participante